

Sem sombra de vergonha

A insistência e a intensidade com que são exaltadas as supremas qualidades do sistema capitalista, levam qualquer cidadão desprevenido ou distraído a concluir que vivemos no melhor dos mundos e que as injustiças e desigualdades existentes são como que fatalidades decididas superiormente e, por isso, inevitáveis.



■ José Casanova

Pág. 14

Diz-me quem (e como) lê...

A propósito de uma leitura do livro de Álvaro Cunhal, A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (a contra-revolução confessa-se).

■ Sérgio Ribeiro

Pág. 15

Direitos sindicais nos EUA

— o que são?

Na «Maior democracia do mundo», cujo modelo muitos dirigentes políticos do mundo, incluindo em Portugal, admiram e advogam, os trabalhadores não têm legislação adequada que lhes garanta representação sindical verdadeiramente livre. Quem o diz é a Confederação Internacional de Sindicatos Livres, num relatório que recentemente tornou público.

■ Pina Gonçalves

Págs. 16 e 17

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 2 de Dezembro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1357 • Director: José Casanova

Reforçar a organização partidária

Encontro de Quadros da Organização

Regional de Setúbal



O Encontro de Quadros da ORS, realizado no passado sábado, no Seixal, definiu como primeira prioridade do reforço orgânico a ligação do Partido aos trabalhadores nos seus locais de trabalho. Pág. 5

Trabalhadores acusam, exigem, propõem

Garantir no presente o futuro do Arsenal



■ Domingos Mealha

Centrais

Prioridades

«**N**ão há democracia plena na exploração, na miséria, na exclusão social...» - afirmou, há dias, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas. Eis uma verdade incontestável e que a realidade da situação do nosso País demonstra exemplarmente. Com efeito, o carácter precário da democracia

em que vivemos - patente em várias das suas manifestações - assume flagrante visibilidade na política antilaboral do Governo do engenheiro António Guterres. Todos os dias somos confrontados com autênticos atentados às liberdades e direitos dos trabalhadores quer em matéria salarial, quer em relação às condições de trabalho, quer no que respeita à segurança e à qualidade do emprego. As limitações «legais» ao direito inalienável de os trabalhadores lutarem pelos seus direitos são permanentemente, diariamente ultrapassadas pelas práticas ilegais do patronato, particularmente do grande patronato que vê no Governo do PS o seu Governo e se sente à vontade para fazer o que muito bem quer e lhe apetece. O grande capital está, de facto, no Poder e a política levada a cabo pelo Governo é, de facto, a sua política. Assim, a violação dos direitos dos trabalhadores - ou seja a violação de direitos humanos fundamentais - é uma constante nesta empobrecida democracia que tanto orgulha o engenheiro Guterres, chefe máximo daquilo a que, ironicamente, se chama Internacional Socialista.

E as perspectivas futuras não só não apontam para uma correcção destes afrontamentos à democracia como, pelo contrário, destapam inludíveis sinais de acentuação e agravamento. As preocupações de António Guterres com «as pessoas» são muito limitadas no seu âmbito: na realidade dirigem-se apenas a algumas pessoas, poucas e sempre, sempre as mesmas.

É essencialmente sobre os trabalhadores que recai o grande peso das consequências gravosas decorrentes da política de direita praticada pelo Governo do PS. Não surpreende que tal aconteça se se tiver em conta o que acima se disse, ou seja o conteúdo de classe da política governamental, bem visível nos privilégios que concede aos grandes grupos económicos e financeiros e, por outro lado, no desprezo e no afrontamento que, ostensivamente, faz aos direitos e aos interesses de quem trabalha e vive do seu trabalho.

Ao eleger como preocupações prioritárias «a competitividade e a internacionalização das empresas», o Governo faz uma clara opção de classe: apoia, e quer que isso seja claro, o grande capital contra o trabalho; preocupa-se, e quer que isso seja claro, em defender os interesses de algumas, poucas, «pessoas» e discrimina, despreza, exclui os interesses da maioria das pessoas - dos trabalhadores que são a força da Nação e a sua principal riqueza. E de tal forma assume essa postura, «moderníssima», de prioritar a tal modernidade e a tal internacionalização das empresas, que não hesita em dar garantias de providenciar para que «os salários cresçam menos do que a produtividade» - assim assegurando a crescente desigualdade na distribuição da riqueza como mandam as regras da pia solidariedade guterrista, a qual muito enriquecida há-de ter saído dessa recente cimeira da hipocrisia que foi o seminário de Florença, subordinado ao tema «Reformismo no século XXI».

Sempre na mesma linha de preocupações, o Governo mostra-se empenhado em dar continuidade à alteração das leis laborais, alteração que visa não só agravar as condições de trabalho e salariais dos trabalhadores, mas também limitar-lhes as possibilidades de lutarem pela defesa dos seus direitos e interesses. Assim se explica o sentido da insistência do engenheiro Guterres na alteração à legislação laboral, nomeadamente na lei da contratação colectiva e na lei das férias, no condicionamento do exercício do direito à greve por via da alteração do conceito de serviços mínimos a prestar durante a greve, na retoma de concepções corporativas na negociação da contratação colectiva e na instrumentalização da concertação social.

Também neste caso não há razões para quaisquer surpresas: cumprindo a sua função de fiel servidor e intérprete dos interesses do grande capital, o Governo penaliza, naturalmente, o trabalho e os direitos; e sendo, por isso mesmo, um semeador de ventos de agitação social, procura tomar medidas que o salvaguardem do pesado e incómodo encargo de colher as tempestades.

cumprindo a sua função de fiel servidor e intérprete dos interesses do grande capital, o Governo penaliza, naturalmente, o trabalho e os direitos; e sendo, por isso mesmo, um semeador de ventos de agitação social, procura tomar medidas que o salvaguardem do pesado e incómodo encargo de colher as tempestades.

Como sublinhou o Comité Central do PCP, o desenvolvimento da luta de massas é um factor determinante para obstaculizar a concretização de uma política direccionada para servir os interesses do grande capital, para defender e alcançar direitos e melhores condições de vida e de trabalho. É definido com rigor as linhas essenciais de intervenção e luta política e social que melhor se criam as condições para esse desenvolvimento da luta de massas.

Nesse sentido, e dado o papel do PCP enquanto partido da classe operária e de todos os trabalhadores, ganha ainda maior importância a necessidade do reforço e da organização do Partido no seio das massas trabalhadoras. Daí a relevância dos recentes Encontros de Quadros da ORL e da ORS, nos quais esta problemática teve presença marcante e onde, na sequência de participados debates colectivos, foram definidas linhas e orientações de trabalho visando esse objectivo.

Como pertinentemente foi afirmado no Encontro de Quadros de Setúbal, «a um Partido revolucionário que intervém na sociedade para a transformar cabem-lhe tarefas e responsabilidades cuja concretização depende em grande medida da capacidade que tivermos de nos ligarmos às pessoas onde quer que elas estejam, colocando como primeira prioridade nesta ligação os trabalhadores nos seus locais de trabalho».



Realizou-se, em Lisboa, o debate «Perspectivas de Intervenção Política dos Intelectuais»

RESUMO

24 Quarta-feira

O PCP promove um debate no parlamento sobre a OMC (Organização Mundial do Comércio) ■ Romeu Francês, advogado de Otelio Saraiva de Carvalho, afirma que o julgamento das FP-25 «é inevitável» ■ A Câmara de Alcochete acusa o Governo de irresponsabilidade ao não informar que vai ser instalada uma unidade de desmantelamento de armas no concelho ■ A ONU decide aplicar um imposto a todos os indivíduos e organizações que ocuparam edifícios públicos ou privados abandonados em Timor-Leste ■ Kofi Annan afirma que o papel da ONU na Tchecquia é apenas humanitário e que cabe à OSCE a regularização política do conflito.

25 Quinta-feira

Realiza-se, em Lisboa, o Encontro de Quadros sobre o Trabalho Autárquico do PCP ■ António Guterres afirma, em entrevista ao *Público*, que o Governo é contra a proibição do financiamento dos partidos políticos por empresas privadas ■ A JSD instaura um processo disciplinar contra Zita Seabra, vereadora da câmara de Vila Franca de Xira pelo PSD ■ O BE entrega o seu primeiro projecto de lei que visa transformar em crime público a prática de violência familiar ■ O Tribunal de Ançara confirma a sentença de morte de Abdullah Ocalan ■ O general Wiranto é acusado pelos serviços secretos australianos de sabotar o referendo de Timor-Leste ■ Investigadores sobre a morte de Luther King afirmam que existe um português envolvido no assassinio do activista.

26 Sexta-feira

Agricultores do Faial manifestam-se em frente da AR, reivindicando a aprovação do projecto da nova fábrica da Cooperativa Agrícola do Faial, pendente desde há dois anos ■ A UE anuncia o aumento para três milhões de contos da ajuda financeira para Timor Lorosae ■ 55 membros das Falintil aceitam integrar as forças de segurança das Nações Unidas ■ O ministro-presidente da Baixa-Saxónica, Gerhard Glogowski, anuncia a sua demissão após ser acusado de corrupção ■ Confrontos entre cristãos e muçulmanos nas Molucas provocam 28 mortos.

27 Sábado

Realiza-se no Seixal, com a participação de Carlos Carvalhas, o Encontro Regional de Quadros de Setúbal ■ Carvalhas participa, em Lisboa, num debate sobre «Perspectivas de Intervenção Política dos Intelectuais» ■ Helena Roseira, dirigente da bancada do PS na AR, defende em entrevista ao *Público*, a «convergência da pensão mínima com o salário mínimo» ■ Jaime Gama defende que a constituição do exército único europeu tem de ser concretizada antes do alargamento a leste da UE ■ Concretiza-se o primeiro encontro informal entre timorenses pró e contra integração em Singapura, do qual o representante do CNRT, José Luís Guterres, afirma que decorreu de forma «muito positiva» ■ O presidente do município de Grozni afirma que os bombardeamentos russos já provocaram centenas de mortos.

28 Domingo

Durão Barroso admite uma coligação para as próximas eleições autárquicas ■ Jorge Sampaio visita o Hospital Psiquiátrico do Lorrvão, em Penacova, marcando assim o terceiro dia da iniciativa de Presidência Aberta na Saúde ■ José Sócrates, ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, afirma, em entrevista ao *Público*, a sua pretensão em pôr vários instrumentos económicos ao serviço do ambiente ■ A ETA anuncia, através da comunicação social, o fim do cessar-fogo e o regresso às acções terroristas.

29 Segunda-feira

A representação chinesa do Grupo de Ligação recusa debater com os portugueses a Lei de Bases da Liberdade Sindical e Direito à Greve ■ O ministro da Educação, Oliveira Martins, afirma que o Governo garantirá o funcionamento da Escola Portuguesa de Macau ■ Durante a sua primeira visita a Jacarta, Xanana Gusmão responsabiliza o general Wiranto pela violência após o referendo ■ O escudo começa a circular em Timor, após a abertura do Banco Nacional Ultramarino ■ A Assembleia da Irlanda do Norte reúne-se para nomear o novo executivo, facto histórico que marca a passagem de poderes de Londres para Belfast ■ A Rússia afasta qualquer hipótese de mediação da OSCE para o conflito na Tchecquia ■ Jorge Batlle vence as eleições no Uruguai.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes, 3
- 1600 - 196 Lisboa - Tel. 21 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90 - 21 781 71 91
Fax: 21 781 71 93

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
- 1169-161 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricial: 47058
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
- 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87/21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Tel. 21 815 34 87/21 815 35 11

Atenção aos novos números de Telefone do Partido Comunista Português e da Redacção do «Avante!»

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linho - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B.L. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1169-161 Lisboa
- Tel. 21 815 34 87/21 815 35 11 - Fax: 21 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1169-161 Lisboa
- Tel. 21 815 34 87/21 815 35 11 - Fax: 21 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raio
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/95

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O suave milagre

Em muito do que se tem escrito nos últimos dias sobre a famosa «reforma do sistema político» há várias coisas que nos têm vivamente impressionado.

A primeira é, desde logo, uma espécie de sebastianismo ressuscitado que quase nos quer fazer crer que, com mais umas leis e ou uns retoques legislativos (ainda que úteis e não desprezíveis, acrescentamos), teremos acesso a um Olimpo político de santidade e perfeição.

De facto, lendo a prosa de alguns, parece que se congema um suave milagre (que esperamos que o Papa, se cá vier em Maio de 2000, já possa reconhecer), graças ao qual os putativos corruptos passarão a pessoas de irrepreensível honestidade; os contumazes demagogos se transferirão de armas e bagagens para o campo da seriedade e da sobriedade; as grandes e impenitentes vedetas da «política-espectáculo» deixarão os palcos do seu péssimo espectáculo para só pisar os nobres tablados da política dos valores, da coerência, do respeito pelos compromissos, da dedicação ao interesse público; e, sobretudo, os eleitos e os eleitores terão empreendido um histórico processo de «reconcilia-

ção» e um comovente movimento de «aproximação» que deixará uns e outros a rebenatar de tanta intimidade.

A segunda coisa que nos causa forte impressão é que, em quilómetros de comentários sobre os «vícios» do «sistema político» (repare-se como, nestas alturas, é conveniente falar do «sistema» para não falar dos verdadeiros responsáveis), não apenas se faça um silêncio de chumbo sobre a relação, hoje incontornável, dos «media» com o «sistema político» mas também a generalidade dos «media» volte a assumir a postura dos implacáveis justiceiros, flagelando sem dó nem piedade alguns defeitos, vícios e comportamentos que nunca teriam ganho a expressão e a gravidade que ganharam sem a prestimosa ajuda dos próprios «media» e dos seus critérios e opções.

Também aqui seria aconselhável uma maior prudência porque, se o suave milagre acima descrito se confirmar, muita coisa teria de mudar nas orientações dominantes no sistema mediático nacional, pois iria perder muitos assuntos, factos e acontecimentos virtuais, e quem sabe mesmo se, por exemplo e a bem da aproximação dos eleitos aos

eleitores, não teriam de passar a informar decentemente a opinião pública do que se discute, do que se vota e do que cada partido defendeu e como votou no Parlamento, o que hoje em dia raramente é uma relevante prioridade.

E, finalmente, a terceira coisa que nos impressiona (ou talvez nem tanto) é o regresso do que se poderia chamar a lógica férrea das generalizações. Que, antes, se manifestava na quase geral recusa de apurar ou identificar diferenças de orientação, de atitude e de comportamento das diversas forças políticas e agora se expressam na ideia difusa, mas falsa e não inocente, de que haveria um grande «consenso» interpartidário em torno da alegada «reforma do sistema político».

É que, na sessão de abertura da nova legislatura e com o Presidente da República a ouvir, o PCP já disse bastante para se perceber que assim não é, e que grande é a diferença entre a superficialidade da cosmética de ocasião e a real vontade de melhorar a democracia portuguesa.

■ Vítor Dias

O condomínio fechado da 3.ª via

Uma megafantasia política tenta percorrer e ganhar o mundo: a chamada 3.ª via, oferecendo aos povos um planeta sorridente, mansamente descansado das suas desgraças, até contente em paz com a fome e o desemprego, imune a violências, guerras e discriminações – isto é, instalado numa nova ordem mundial globalizada, sob a égide do mercado capitalista, triunfante e triunfal.

Adam Smith, o grande economista do «equilíbrio perfeito» entre a oferta e a procura, decerto ele próprio se espantaria com a arrogância de quem quer dar comandos ao mundo a partir de um onipotente mercado global. Nos tempos modernos nunca nos fora dado deparar com uma tal teoria e prática tão perigosamente totalitárias como as que se manifestam no que ficará para a memória histórica com o nome enganador e deturpador de globalização. Totalitarismo que agora pretende deixar de ter fronteiras e soberanias nacionais: quer ultrapassá-las com todos os mecanismos e injunções, num só e único poder.

Perguntar-se-á se em Florença essa chamada globalização se quis dotar de instrumentos jurídicos, isto é, compulsivos – e obrigatoriamente rentáveis para quem os impõe. Mas não é bem assim. A compulsividade já se encontra nas mãos do FMI, do Banco Mundial, da NATO, da Organização Mundial do Comércio... O objectivo de Florença era outro: criar uma cobertura político-ideológica «de esquerda» à dominação global capitalista.

A Internacional Socialista estava lá para isso.

Chamando Clinton à sua cimeira de Florença, a IS (agora secretariada pelo social-cristão Guterres) identificou-se oficialmente com a «nova ordem mundial» proclamada no pós guerra fria pelos EUA, clarificando assim a sua identificação com aquilo a que Bernard Shaw, referindo-se a um certo socialismo, chamava um «parasitismo total».

A 3.ª via é a prova mais claramente expressa, e agora notarialmente reconhecida em Florença por firmas ilustres a assinar por baixo, de uma fachada (ainda) social-democrata para dar cobertura ao totalitarismo neoliberal.

Apresentando-se como um pretensu Astérix europeu, que até vai falando de diversificação cultural em relação aos EUA, a IS esqueceu-se de tomar uns golinhos de poção mágica, para imaginar e apresentar espaço futuro. Porque a Europa «globalizada» que ela pretende representar, sem ideologia, sem marcos doutrinários, vende barato a sua história, tão digna de ser pensada e projectada em novos passos, entregando-a às mãos decadentes do império romano – perdoem a gralha; o que queria dizer era: do todo poderoso império norte-americano.

Este encontro de bem abastecidos figurantes nada pode oferecer aos tantos milhões de condenados em vários continentes que, para solução da sua miséria e esperança de desenvolvimento económico e social confiaram nos enganamentos do neoliberalismo e da social-democracia. Reunidos no seu condomínio fechado de Florença os gestores da globalização não puderam esconder o medo de que a irresistível, forte e justa tentação de igualdade e justiça, se vá tornando cada vez mais séria, com ideias e acções que ameacem o ruir, não de um simples muro, mas de uma verdadeira muralha a separar passado e futuro.

Atravessando essa muralha, um fantasma esteve presente em Florença: o fantasma das ideias do socialismo. Mesmo depois de lhe terem decretado a morte, os administradores do condomínio capitalista sabem que esse ideal continua vivo e tem força para gerar dinâmicas capazes de pôr cobro aos seus sonhos de dominação global. Um fantasma que em cada dia renasce, se torna real e ganha vida com a luta e a esperança de milhões de seres humanos.

■ Aurélio Santos

CLINTON Internet e desigualdades

O progresso técnico - científico é um elemento decisivo para fazer avançar a Humanidade. A ciência é sempre uma luz que ilumina o caminho do Homem. Mas os avanços técnico - científicos nem sempre estão ao alcance de todos, antes são muitas vezes utilizados em benefício de sectores muito reduzidos das sociedades. Os países mais desenvolvidos, as grandes potências podem através da sua força política, económica, diplomática e militar fazer com que esses avanços se repercutam na vida dos cidadãos e dos povos de modo muito negativo. Assinala-se o enorme avanço no domínio dos satélites e que os EUA utilizaram para destruir a Jugoslávia.

Na Cimeira de Florença, da chamada Terceira Via, a via que pretende unir no centro o representante da América imperial com os representantes de partidos socialistas e social-democratas falou-se imenso de progresso, avanço tecnológico e de Internet. Mas o que é a Terceira Via? O abandono das posições socialistas e social-democratas, sem que Clinton abandone o que quer que seja do seu ideário imperialista. No fundo são os partidos socialistas e social-democratas quem hipoteca no altar do centro político os seus valores políticos, o que ainda sobrava da alma original.

Na Cimeira de Paris a Internacional Socialista mostrou-se preocupada com a evolução da globalização, embora Schroder, Blair e Jospin são os que dão corda à carroça da globalização. Porém, em Florença, estes dirigentes socialistas, com António Guterres, Presidente da IS, fizeram reflexões conjuntas com o líder da nova ordem política, económica e militar, o Sr. William Clinton. E como já se assinalou todos encheram a boca acerca do que devem ser o progresso e o papel das novas tecnologias e as suas incidências na sociedade contemporânea.

Clinton garantiu a sua fé que em breve todas as escolas dos EUA terão acesso à Internet. Não deverá ser assim para os vários milhões de excluídos, mas mesmo que a maioria dos norte-americanos tenham acesso à dita Internet, é bom sabermos o que se passa por esse mundo, pois o mundo é feito de muitos mundos. Os números às vezes são cruéis, não permitem disfarces. Sem conceder que a Internet é algo que resolva os grandes problemas do mundo vejamos alguns números. Segundo o Instituto Panos de Londres, no seu informe sobre Internet e Pobreza, em cada 10 utilizadores em todo o planeta, 8 são do norte. De acordo com esse informe na África, América Latina e Europa do Leste há 7,6 milhões de utilizadores, na Ásia Pacífico 6,5 milhões, enquanto na Europa o número atinge os 23,7 e nos EUA 51,6. Mesmo prevendo uma forte expansão no Terceiro Mundo o fosso apenas diminuirá em 2%, isto é, em 100 utilizadores, 10 estarão no sul e 90 no norte.

Segundo o mesmo Instituto, a Internet poderia aproximar o norte do sul e até democratizar as comunicações internacionais e ser um estímulo à novas formas de comércio. Porém o que está a acontecer é o contrário, fazendo aumentar o fosso. Basta pensar que sendo nos países do sul que se concentra a imensa maioria da população, estes têm apenas 25% das linhas telefónicas; que nestes países o custo de acesso à Internet e o custo do PC é muito mais elevado que na Europa ou nos EUA.

O propósito do tema tem a ver com as declarações «preocupadas» dos dirigentes das grandes potências mundiais quanto aos efeitos da globalização. Conhecem bem os monstros e as monstruosidades que ela gera. Por isso tentam sacudir a água do capote e colocar-se à margem do que eles próprios ajudaram a criar e a fomentar. O capitalismo gera desigualdades brutais que a globalização tornou ainda mais gritantes. São os dirigentes dos EUA, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Itália e UE que com a sua política contribuem para que os pobres do planeta se tornem mais pobres e que as transnacionais e multibilionários se tornem imensamente mais ricos e poderosos. O tão propagado acesso à Internet é um exemplo acabado da gritante desigualdade que marca os tempos actuais. A procura de convergências entre Clinton e a Internacional Socialista visa fazer crer ao mundo que as desigualdades são naturais: e que resultam de factos colaterais como o acesso à Internet, pretendendo ocultar o sistema político-económico capitalista como o único responsável por tão grandes monstruosidades.

■ Domingos Lopes



Foto: Jorge Caria

Depois - ... eu conto...



ETA anuncia o fim das tréguas

A organização separatista basca ETA anunciou a interrupção da trégua militar que decretara, unilateralmente, em 18 de Setembro do ano passado, afirmando em comunicado que, a partir do próximo dia 3 de Dezembro, «cabe à Euskadi ta Askatasuna (ETA) fazer saber aos comandos operacionais quando devem começar a realizar acções». Este anúncio era esperado e temido na sociedade espanhola, dado o endurecimento das posições do governo de José Maria Aznar na condução deste processo. A ETA, aliás, explica no seu comunicado que a interrupção do cessar-fogo agora anunciada se deve ao bloqueio do processo político iniciado há 14 meses, acusando os governos espanhol e francês de, apesar da trégua, terem prosseguido com a repressão. Entretanto, a resposta do próprio José Maria Aznar foi igualmente de força, recusando qualquer cedência às reivindicações da ETA, incluindo a da transferência dos 600

presos «etarras» para o País Basco (o Governo espanhol distribuiu estes prisioneiros por diversas prisões de Espanha, dificultando enormemente o contacto destes com as famílias). Com esta intransigência, o Governo de Aznar acabou por



dar fundamento às acusações da ETA de bloqueio às negociações e ao processo de paz, ficando isolado no espectro político-partidário do país, que defende generalizadamente a via do diálogo para este grave problema no País Basco.

Chamadas locais continuam «monopólio» da P. Telecom

As novas empresas operadoras de telecomunicações - que entrarão em força no mercado nacional dos telefones a partir da liberalização anunciada para 1 de Janeiro próximo - acusam o Instituto das Comunicações de Portugal (ICP) de lhes «impedir» o acesso ao serviço telefónico das chamadas locais (as

realizadas num raio inferior a 50 quilómetros). Para que as novas operadoras pudessem fornecer esse serviço teriam que instalar elas próprias infra-estruturas para isso, investimento que nenhuma quer fazer, preferindo exigir a utilização da rede instalada da Portugal Telecom, o que é recusado liminarmente pelo ICP,

sob o argumento de que «se assim, não fosse, pelo menos numa fase inicial, o mercado não funcionaria com tanto dinamismo». As operadoras privadas replicam que as infra-estruturas utilizadas pela Portugal Telecom «são do Estado e existem no âmbito de um serviço universal de telecomunicações», pelo que a sua utilização deveria estar aberta a todos os operadores, argumentos que não con-

vencem o ICP. Resultado: quem julgava que podia «dispensar» a Portugal Telecom nas chamadas locais, aproveitando os preços mais baixos apressadamente anunciados pela propaganda dos novos operadores privados, pode tirar daí a ideia. Os novos operadores não estão dispostos a investir para o fornecimento desse serviço, apesar de até já terem anunciado os seus «preços mais baixos».

Eleições na Guiné-Bissau

Realizaram-se, no passado domingo, eleições simultâneas para a Assembleia Nacional e a Presidência da República na Guiné-Bissau, duplo escrutínio que mobilizou maciçamente os mais de meio milhão de eleitores recenseados, com a maioria a apresentar-se nos locais de voto horas antes da abertura das respectivas assembleias de voto. Apresentaram-se a escrutínio 13 listas para a Presidência da República e 12 listas para a Assembleia Nacional. Globalmente, o escrutínio correu sem incidentes significativos, havendo apenas notícia de alguns distúrbios no Bairro de Belém, em Bissau, como protesto pelo grande atraso com que chegaram as urnas e os boletins de voto, facto, aliás, que se verificou noutros pontos do território, indicando as dificuldades logísticas que a Comissão Nacional de Eleições teve de enfrentar na preparação e concretização deste acto eleitoral. No arquipélago de Bijagós a votação foi mesmo prolongada para o dia seguinte, dado que os materiais eleitorais tiveram de ser transportados por via aérea e marítima. Quanto aos resultados, só estarão apurados dentro de cerca de uma semana.

Austrália vai reduzir tropas e CNRT é recebido em Jacarta

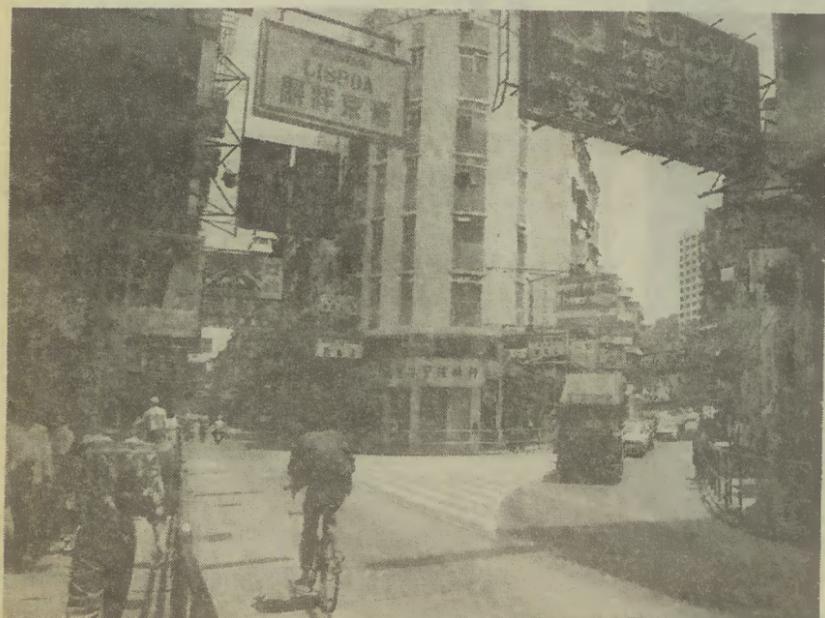
O primeiro-ministro australiano, John Howard, numa visita que fez esta semana ao território de Timor-Leste, anunciou que o seu país irá reduzir para metade o número das suas tropas que lideram e integram a força internacional de paz em Timor-Leste, redução que se efectuará logo que a administração das Nações Unidas assuma o controlo do território, previsto para o início do próximo ano. Pormenorizando, John Howard informou que apenas ficarão em Timor-Leste entre 1500 a 2000 militares australianos, contra os actuais 7500 espalhados por diversas zonas do território, explicando que o envolvimento da Austrália no proces-

so timorense está a ficar «muito oneroso». Entretanto, Xanana Gusmão deslocou-se em visita a Jacarta, a capital indonésia, onde foi recebido pelo novo Presidente da República, Abdurrahman Wahid, que o recebeu calorosamente, afirmando que «pode regressar à capital indonésia quando quiser» e «como irmão». Nas conversações entre



o CNRT e o Governo indonésio foram abordadas questões variadas, desde a urgência em fazer regressar ao território de Timor-Leste os refugiados e libertar os presos políticos timorenses que ainda continuam nas prisões indonésias, até à instalação de uma representação do CNRT em Jacarta.

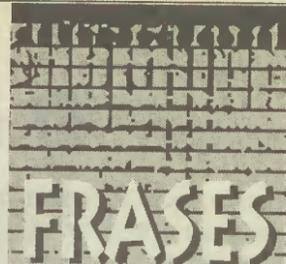
EUA «ignoram» território de Macau



Segundo o Público, a escassas semanas da transição da administração de Macau os EUA continuam sem definir a forma como vão manter as relações com a futura Região Administrativa deste território, atitude que contrasta, flagrantemente, com a assumida pelos EUA em relação a Hong Kong. Neste caso, a administração norte-americana produziu legislação específica - o «Hong Kong Policy Act» - logo em

1992, a cinco anos da transição oficial do território para a República Popular da China, onde se acautelava e garantia a manutenção dos anteriores benefícios para os documentos de identificação e de viagem emitidos a partir de transição nas relações entre os EUA e Hong Kong. Esperava-se que o mesmo acontecesse em relação a Macau que, à semelhança de Hong Kong, mantém relações privilegiadas com os

EUA em matéria económica, relações essas que, no caso de Hong Kong, foram salvaguardadas com o Policy Act, o mesmo não sucedendo com Macau, dado que os EUA, até agora, não produziram legislação semelhante, o que já provocou um protesto do governo de Macau, acusando os norte-americanos de estarem a gizar «um inadmissível estatuto de menoridade» de Macau em relação a Hong Kong.



“As micro-empresas são vistas como núcleos essenciais de uma economia moderna e flexível. Mas em Portugal significam também trabalhar sem deixar de ser pobre”

(João Ramos de Almeida, Público «Economia», 29.11.99)

“Mais de 40 por cento das pessoas que, em 1997, trabalhavam em empresas com menos de cinco trabalhadores e um quarto das que eram empregadas em unidades com cinco a nove empregados auferiam salários ao nível da pobreza. Os dados são do Ministério do Trabalho e Solidariedade (MTS), para onde as empresas são obrigadas a enviar informação respeitante aos seus empregados”

(idem, ibidem)

“O mundo capitalista - de que a IS [Internacional Socialista] é o actual expoente, ligadas que estão, por Guterres, as correntes de Bernstein e Mounier sobrepondo-se à história do socialismo - parece já não ter sombra de vergonha: a África é-lhe favorável no estado de violência interna em que vive. Fica mais barata. Dá-lhe mais milhões”

(Víctor Cunha Rego, Diário de Notícias, 29.11.99)

“Os chimpanzés: 99,7 por cento do seu material genético é igual ao do ser humano. Será que os 0,3 por cento que faltam justificam que o Homem os trate tão mal?”

(Catarina Casanova, Notícias Magazine, 28.11.99)

“Se mandasse no Zoo de Lisboa fazia com que fosse um espaço onde cada vez mais o bem-estar dos animais estivesse em primeiro plano e o dos visitantes em segundo”

(idem, ibidem)

“Uma das coisas que me impressiona na minha vida foi a falência das profecias”

(António Alçada Baptista, idem)

“O PSD deixou de ser um partido, é uma colecção de indivíduos em que toda a gente odeia toda a gente”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 28.11.99)

“O PSD não vai deixar-se condicionar por quaisquer instrumentalizações que venham de fora”

(Durão Barroso, idem)

“Vamos deixar de ser identificados como o partido dos velhos”

(Barbosa da Costa, líder do PSN reeleito num «congresso» com 25 pessoas, Público, 29.11.99)

“[Os novos dirigentes do PSN] são mais jovens e mais ricos, mas vão continuar a defender os interesses dos desfavorecidos, idosos, pensionistas e reformados”

(idem, ibidem)

Encontro de Quadros de Setúbal faz balanço positivo

Mais ligados aos trabalhadores e aos problemas das populações

Mais de 350 quadros das mais diferentes áreas de trabalho do Partido no distrito de Setúbal participaram no passado sábado num encontro, durante o qual foi feito um balanço e análise do trabalho desenvolvido nos últimos dois anos, definidas as grandes linhas de acção até 2001, bem como as prioridades do calendário de iniciativas.

Desde a realização em 5 de Abril de 1988 do Encontro de Quadros da ORS, os comunistas de Setúbal alcançaram importantes resultados quer no plano interno quer ao nível da intervenção política e eleitoral.

Este esforço foi salientado por Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, que interveio no final da sessão da manhã. O dirigente comunista chamou a atenção para a situação grave da economia portuguesa e criticou as grandes linhas de actuação do Governo, opondo-se nomeada-

DORS do PCP, falou sobre os objectivos do Encontro, salientando que «a um Partido revolucionário que intervém na sociedade para a transformar cabem-lhe tarefas e responsabilidades, cuja concretização depende em grande medida da capacidade que tivermos de nos ligarmos às pessoas onde quer elas estejam, colocando como primeira prioridade nesta ligação os trabalhadores nos seus locais de trabalho».

«Esta não pode ser entendida apenas com uma questão

A força do PCP

Mais adiante, Jorge Pires sublinhou que «perante a cada vez mais complexa e exigente luta política e ideológica, em que estamos envolvidos, vão surgindo opiniões de que o mais importante na nossa intervenção são os conteúdos e não o esforço para aumentar e alargar a participação dos membros do Partido. Não só discordamos como consideramos que as duas coisas não são incompatíveis e que até se complementam. A participação é um valor intrínseco à nossa ideologia, aos nossos princípios e está profundamente ligada ao projecto de sociedade que defendemos. Cada vez mais as pessoas, incluindo naturalmente os membros do Partido, são motivadas para a participação, se

Actividade intensa

O relatório de actividade apresentado no Encontro traduz de forma quantificada o intenso trabalho realizado, e dá conta dos avanços obtidos dos quais são de salientar alguns exemplos. No referido período foram realizadas 45 assembleias de organização; teve lugar a 5.ª AORS, para cuja preparação se efectuaram 240 reuniões, assembleias e plenários, envolvendo um total de 2431 militantes. Recorde-se que a AORS contou com 1200 participantes, dos quais 744 eram delegados.

Embora aquém do objectivo de mil novos militantes, nestes dois anos, segundo os dados do relatório, foram recrutados 560 membros do Partido - dos quais 41,6% têm até 30 anos; 39,8% são mulheres e 35,2% são operários industriais. Surgiram 22 novos organismos e foram reactivados 31; aumentou o número de exemplares do «Avante!» vendidos semanalmente, invertendo-se a tendência de descida verificada nos últimos anos.

Estes resultados foram obtidos no contexto de outras importantes batalhas, de que se destacam os dois referendos, a luta contra o pacote laboral, as eleições europeias e legislativas,

para além do acompanhamento e participação em muitas outras reivindicações e lutas. Salienta-se ainda que o grande contributo da ORS para a Festa do «Avante!», designadamente o aumento do número de EP's vendidas antecipadamente pelas organizações.

Contudo, como frisou Jorge Pires, «todos nós sabemos que podíamos ir mais longe, que podíamos ser mais audazes nas medidas que tomámos, que podíamos ter evitado cometer os mesmos erros. Mas é esta permanente insatisfação que sentimos com o nosso trabalho que torna a nossa intervenção aliciante e nos dá força para irmos mais longe».

Um distrito em mutação

Sobre a influência eleitoral do PCP no distrito, e depois de ter valorizado a subida de percentagem e a eleição de mais um deputado nas últimas legislativas, Jorge Pires referiu-se às grandes alterações verificadas na estrutura económica e social do distrito, nas duas últimas décadas.

Segundo recordou, no início da década de 80, só na Quimigal, Lisnave, Setenave e Siderurgia

Nacional existiam 4500 militantes do PCP. Hoje, a realidade é bem diferente e estudos indicam que a Península sofreu não só mutações no tecido económico e social, como também alterações demográficas com a instalação de novos residentes oriundos de outras regiões do País. Estas pessoas são consideradas as mais pessimistas relativamente ao futuro e por isso menos receptivas às mensagens políticas, dado que a sua deslocação na maior parte dos casos não foi por qualquer desejo ou vontade própria, mas por necessidade. Apesar disto, o PCP continua a obter em Setúbal, que com os seus 800 mil habitantes é o quarto distrito do país, resultados médios de 43% para as autarquias e 24% para as legislativas.

A explicação desta grande influência deu-a Jorge Pires: «onde está o Partido, onde ele funciona, onde os membros do Partido se assumem como tal estando sempre na primeira linha de combate político e ideológico, onde as organizações se ligam à vida do meio onde estão inseridas com os comunistas a assumirem a defesa dos trabalhadores e das populações e a serem porta-vozes dos seus anseios, os resultados aparecem, são positivos e motivadores».



Centenas de quadros do Partido participaram activamente no Encontro

mente a alterações da legislação eleitoral que afectem o princípio da proporcionalidade.

Com vista ao reforço do Partido, Carlos Carvalhas apelou à iniciativa política das organizações e falou da importância do trabalho com a juventude, do acompanhamento das questões ambientais, da criação de espaços para dialogar com os vários sectores da sociedade. Como referiu o secretário-geral, o PCP não é uma força fechada sobre si mesma, mas está cada vez mais aberto à sociedade.

Antes, logo na abertura dos trabalhos, Jorge Pires, membro da Comissão Política e da

ideológica. Apesar de tudo o que se tem dito nos últimos anos sobre as classes, a vida confirma todos os dias, que no desenvolvimento da luta de classes, o embate fundamental é aquele que se concretiza no dia-a-dia no local de trabalho. É aí que se confrontam as duas classes antagonicas da sociedade portuguesa e é a partir deste confronto que se esclarece e clarifica a coincidência de interesses entre o grande patronato e aqueles que no poder político desenvolvem políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores e do nosso povo.»

sentirem que essa participação é útil e é reconhecida.

«Não aceitamos a ideia retrógrada e perigosa que no seu desenvolvimento nos levará à divisão dos militantes, entre os que pensam e decidem e os que executam. O que o nosso Partido precisa é de mais camaradas a pensarem e a executarem.»

Jorge Pires considerou ainda que «a força do nosso Partido está na sua natureza de classe, na sua ideologia, na capacidade que tivermos de pôr a funcionar regularmente todo este grande colectivo partidário que é a ORS, preparado ideológica e politicamente para intervir».

Prioridades para 2001

A resolução do Encontro avança um conjunto de medidas e objectivos que, como resumiu Jorge Pires, membro da Comissão Política e responsável pela ORS, «apontam em três direcções fundamentais: reforço orgânico, aumento da militância e maior ligação aos problemas dos trabalhadores, das populações e da região».

Entre as prioridades surge em primeiro lugar a criação de novas células e organismos em empresas que tenham mais de 200 trabalhadores, dando particular atenção às concentrações operárias. O documento define ainda como orientações a dinamização das organizações por local de residência; a realização de assembleias em especial das organizações de base; o recrutamento de 500 novos militantes no próximo ano; a criação de novos organismos e reactivação de outros; a intervenção junto de quadros técnicos e intelectuais e dos pequenos e médios empresários; a responsabilização

de mais quadros e o rejuvenescimento dos organismos.

O Encontro decidiu desenvolver uma campanha de afirmação da imprensa do Partido, estabelecendo o objectivo de aumentar a venda semanal do «Avante!» em mais 500 exemplares.

A Resolução define ainda um conjunto de objectivos políticos e eleitorais, considerando que estão criadas condições para intensificar a concretização das principais direcções de trabalho decididas na 5.ª AORS, realizada em Fevereiro último.

Por fim, foram definidas as principais prioridades do calendário de trabalho para o próximo ano, onde para além do aniversário do Partido, da Festa do «Avante!» e da preparação do 16.º Congresso, estão previstas várias iniciativas com vista ao reforço da organização; à afirmação e intervenção política; formação política e ideológica; intervenção no poder local; participação em realizações de carácter unitário.

LISBOA

Ilda Figueiredo na CGTP

Uma delegação do PCP, constituída por Ilda Figueiredo, deputada no Parlamento Europeu, e Américo Costa, do Comité Central, encontrou-se a seu pedido, na quinta-feira passada, com uma delegação da CGTP-IN, integrando o seu coordenador Manuel Carvalho da Silva e Florival Lança, do Executivo. Durante a reunião, que teve como objectivo discutir questões do emprego e da precarização, Ilda Figueiredo alertou a CGTP para a necessidade de a central e os seus sindicatos prestarem com regularidade informação aos deputados portugueses no Parlamento Europeu sobre os conflitos laborais, sobretudo os que digam respeito a empresas multinacionais ou transnacionais, de forma a facilitar a sua resolução.

BARREIRO

Pré-escolar em debate

O Ensino pré-escolar esteve em debate numa reunião realizada pelos professores comunistas do Barreiro, designadamente a fraca participação do Governo e do Ministério da Educação no projecto da autarquia para a construção, equipamento e apetrechamento de material didáctico e pedagógico de um Jardim de Infância, na freguesia da Verderena.

De acordo com a legislação, o Governo pode financiar este tipo de projectos em 75% do custo total da obra e 100% do custo do equipamento, no caso das zonas carenciadas, como o Barreiro é considerado. Contudo, apesar de apenas 3654 das 20 695 crianças dos 3 aos 5 anos frequentarem no distrito a rede pública de educação pré-escolar, o Governo optou por participar apenas com 20% o custo total do investimento.

Os professores comunistas do Barreiro pedem, assim, que o Ministro e o Governo, através de um investimento sério, sejam coerentes com o que dizem defender, ou seja, «igualdade de oportunidades e uma Escola para todos».

ÁGUEDA

Atraso incompreensível

A Comissão Concelhia de Águeda já começou a discutir as propostas referentes ao concelho para eventual inclusão no Orçamento de Estado para o ano 2000, quando da discussão do PIDDAC, abordando, ainda, em reunião recente, as alterações à legislação que regula a vida e intervenção das autarquias e a participação dos eleitos na vida dos órgãos autárquicos do concelho. Finalmente, a Concelhia do PCP, debruçando-se sobre as implicações sociais resultantes do encerramento da Famel, imputou a responsabilidade da situação à administração da empresa que não soube encontrar as respostas aos desafios que lhe foram colocados. Por outro lado, o PCP não percebe a razão por que o Ministério da Economia há mais de dois anos protela uma decisão sobre a fusão da empresa com outras do sector, de forma a viabilizá-la.

CASCAIS

Alguém paga «o mais barato»

Os trabalhadores da Câmara Municipal de Cascais continuam sem conhecer a Comissão de Higiene e Segurança que por lei deve existir e integrar representantes eleitos pelos trabalhadores.

A célula do PCP da CMC considera, ainda, que os trabalhadores têm sido vítimas da opção do PS/PSD/PP de privatizar cada vez mais serviços da Câmara, designadamente no caso da privatização de parte dos Serviços de Higiene e Limpeza, em que os trabalhadores ficaram sem condições de trabalho na empresa SUMA e sem instalações.

Entretanto, «as coisas vão de mal a pior» a nível de higiene e segurança na Câmara que também nada fez até agora para levar a SUMA a cumprir o caderno de encargos/obrigações assumidos. Por isso, quando o Presidente Judas diz que é mais barato entregar os serviços aos privados, quem paga esse «mais barato» é a saúde dos trabalhadores e o ambiente do concelho, denunciam os comunistas.

V. R. S. ANTÓNIO

Crise preocupa comunistas

Com o objectivo de melhor definir a sua intervenção em benefício da melhoria das condições de vida dos habitantes do concelho, a Comissão Concelhia de Vila Real de Santo António do PCP decidiu aprofundar a situação nos diversos sectores da actividade económica, política e social.

Para já, os comunistas estão preocupados com o desmantelamento dos sectores produtivos, conservas, pescas e agricultura, a própria crise no terciário, actividade turística e comércio, e, ainda com os recentes despedimentos no sector de artes gráficas de grandes tradições em Vila Real de Santo António.

O maior responsável pelas dificuldades conhecidas é o Partido Socialista que, sendo detentor da maioria em todos os órgãos de soberania e na Câmara Municipal, «assiste de braços cruzados» à desvalorização do trabalho, em benefício da concentração da riqueza.

Autarquias Locais

ORL debate legislação

Na sequência da reunião Nacional de Quadros sobre «Os novos desafios ao Poder Local Democrático», efectuada em 6 de Novembro último no Seixal, e a exemplo do que está a ser feito nas várias regiões do País, realizou-se na passada quinta-feira, na Casa do Alentejo, uma reunião alargada de eleitos locais do distrito de Lisboa.

Na segunda metade da legislatura anterior foram aprovados e publicados cerca de duas dezenas de novos textos legais que estão a modificar profundamente o quadro de atribuições, de competências e de funcionamento das autarquias locais, tendo sido por iniciativa do grupo Parlamentar do PCP que diversa desta legislação foi discutida na Assembleia da República. Contudo, dado o conteúdo de classe da política conduzida pelo PS, o produto final aprovado e publicado nem sempre correspondeu ao inicialmente proposto.

Nesta reunião foram apontados alguns aspectos positivos que se devem incentivar e analisados aspectos negativos, como a maior presidencialização dos executivos autárquicos, contra os quais o PCP se encontra.

Pela extensa matéria em análise, foi apontada a necessidade de prosseguir o aprofundamento e conhecimento da nova legislação a todos os níveis, de forma a melhorar a reflexão e a traduzi-la em medidas de reforço da acção das autarquias e de melhoria da participação democrática das populações.

Especialmente focados foram o Estatuto do Direito de Oposição (Lei 24/98), a Lei de novas atribuições e competências (Lei 159/99) e a Lei de competências e de funcionamento das autarquias locais (Lei 169/99).

Assim, em relação às autar-

quias onde a CDU detém a presidência, há que definir e tornar regimentais regras claras sobre o exercício do direito de oposição, sendo que, em todos os restantes



Os comunistas, nas autarquias onde a CDU detém a presidência, querem regras claras sobre o exercício do direito de oposição

casos, dever-se-á exigir o cumprimento das regras de informação regular sobre o andamento dos principais assuntos, a consulta prévia sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos e a obrigatoriedade de ser elaborado, até Março do ano seguinte, o relatório de avaliação anual do grau de observância do direito de oposição.

Quanto à nova lei de atribuições e competências - que funciona como lei quadro -, há que exigir a criação, ao longo dos próximos quatro anos, de diplomas específicos com vista à concretização das novas transferên-

ciamento à nova lei. Foi ainda enfatizada a necessidade de se proceder com urgência à revisão dos regimentos das Assembleias de Freguesia e Municipal e de se fazer, na maioria dos casos pela primeira vez, os regimentos das Câmaras Municipais.

Outros aspectos referidos foram o da actual caminhada de autarquias de maioria PS e PSD para a concessão e privatização de diferentes serviços - substituindo os esforços por melhor garantia de serviço público com o objectivo único de obtenção de maiores lucros privados - e a criação de empresas municipais,

«clandestinos» e as novas ANGI.

A concluir, foi aprovada a necessidade de se fazer um ponto da situação sobre a realidade actual do projecto autárquico da CDU - que deverá acompanhar a própria evolução da sociedade - e apontada a necessidade de se melhorar o trabalho de direcção e o trabalho autárquico dos eleitos comunistas, em permanente contacto com as populações, no sentido de garantir um bom resultado para a CDU e para as comunidades que votam maioritariamente na Coligação.

Carlos Carvalhas em Palmela

PS prossegue propaganda descarada

«Eis um triste exemplo da mais descarada confusão entre um partido e o aparelho do Estado, onde o segundo é concebido como mero instrumento dos interesses do primeiro» - assim se referiu Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, às declarações de Eduardo Pereira, deputado socialista e ex-ministro, em visita partidária ao concelho de Palmela.

Segundo Eduardo Pereira «a maioria dos problemas existentes, principalmente na freguesia do Pinhal Novo, é da responsabilidade do PS através dos vários ministérios que, ao darem pareceres positivos aos projectos que a Câmara Municipal quer ver aprovados, permitem que a Câmara saia bem vista». E, não satisfeito, sugeriu que o levantamento dos problemas «seja enviado directamente pela estrutura local do PS para os Ministérios», como forma de «acabar com o litígio entre nós, socialistas e o Governo» (*Jornal do Pinhal Novo*, de 22 de Novembro).

Carlos Carvalhas falava no almoço-convívio promovido pelos trabalhadores comunistas

caso exemplar de como o PS se aproveita «descaradamente» das funções institucionais

e dos dinheiros públicos para fazer propaganda partidária. Para difundir uma «visão bacoca» da cultura e do património cultural, a propósito do protocolo da Câmara Municipal de Palmela com o prestigiado grupo de teatro e animação «O Bando», Jorge Mares, responsável concelhio do PS, «apurou-se à exaustão na distribuição nas restantes freguesias do concelho de um comunicado emitido sob a chancela da Junta de Freguesia de Palmela, cujo orçamento sai, em última análise, dos bolsos dos cidadãos».

Enfim, um assunto que será detalhadamente tratado no *Boletim* que aquela estrutura partidária vai fazer sair em breve, fazendo eco de um comentário sobre o mesmo assunto de Vítor Borrego, presidente da Assembleia Municipal de Palmela: «Estamos na República das Bananas!».



Carlos Carvalhas no almoço-convívio dos trabalhadores comunistas da Câmara de Palmela

tas da Câmara Municipal de Palmela realizada no passado dia 24 de Novembro, que juntou cerca de 200 pessoas.

Mas, segundo a Comissão Concelhia de Palmela do PCP, não seria necessário recuar muito no tempo para se encontrar mais um

«Pacto de Insubmissão»

Intelectuais debatem intervenção política

A Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa foi palco, no sábado, de um amplo debate sobre as «Perspectivas de Intervenção Política dos Intelectuais», organizado pela DORL no âmbito do «Manifesto 99-Pacto de Insubmissão», onde os temas abordados não se restringiram ao trabalho dos intelectuais, mas também a toda a intervenção do PCP.

Um ponto comum à maioria das intervenções foi a necessidade de intervir na sociedade quotidianamente no sentido de aumentar o número de «insubmissos» à ordem vigente, porque há um mundo que tem de ser profundamente alterado. Como defendeu Rui Godinho, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, há que «construir, todos os dias e em todos os lugares, a alternativa» e lutar «contra a normalização que nos é imposta».

Diogo, um estudante espanhol da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, referiu este aspecto e

defendeu a necessidade de não separar a militância política da vida estudantil. E deu o exemplo de um trabalho de investigação feito por alunos sobre as empregadas da limpeza daquela faculdade, que contribuiu em grande parte para alterar a situação de subcontratação em que se encontravam.

E como criar mais «insubmissos»? Essa não é uma missão fácil, em especial devido ao facto de a generalidade dos meios de comunicação social terem as costas viradas às alternativas. A internet pode aqui desempenhar

um papel importante, como forma de divulgação e de aumentar a participação.

Mas essa não é a única maneira. O actor Moraes e Castro defendeu dois caminhos: o comportamento ético e a defesa da verdade, com vista à construção de uma base cultural que contribua para a mudança das mentalidades. Na prática isso quer dizer um bom ensino, o enriquecimento do conteúdo dos espectáculos e das artes e a comunicação dos intelectuais com o público em geral.

Alerta contra neoliberalismo

Todas as intervenções foram ao encontro do «Pacto de Insubmissão», manifesto subscrito por mais de 1600 pessoas, que, como Helena Medina referiu, não é uma base programática ou um compromisso global de interven-



Muitos intelectuais participaram no debate

ção conjunta. Para a dirigente comunista, este documento «é um grito de alerta contra o neoliberalismo. É a expressão determinada de uma vontade de intervenção individual por parte de quem acredita que vale a pena o esforço de, no dia-a-dia, procurar a unidade e a convergência».

Helena Medina não esqueceu a forte pressão que os intelectuais sofrem no sentido de serem ins-

trumentalizados. E apontou várias razões: a degradação das condições de trabalho; o silenciamento ou deturpação dos projectos alternativos; as linhas de orientação visando cortes de investimentos nos sectores sociais e culturais; a recusa prática do direito de participação na definição das políticas para os seus sectores de actividade; e a entrega do papel regulador fundamental da cultura

às regras económicas e ideológicas do mercado capitalista.

A dirigente comunista defendeu ainda que o grande apoio que o «Pacto de Insubmissão» suscitou se deve à «necessidade sentida por muitos intelectuais de afirmar que há intelectuais que não estão à venda; que há intelectuais que não desistem de pensar, de questionar o mundo e de romper com verdades estabelecidas».

Carlos Carvalhas

«Um Partido de causas, valores e ideais»

«A iniciativa do “Pacto de Insubmissão”, que não é nem pretendeu ser uma plataforma para um qualquer movimento e muito menos um artifício para a instrumentalização de cidadãos incautos, foi uma iniciativa de grande importância que congregou diferentes vontades e saberes em torno de causas e que ajudou a atingir os objectivos eleitorais da CDU. Passada a conjuntura eleitoral, pensamos que era de todo o interesse ouvir, trocar opiniões, debater sem agenda prévia ou fechada e abrir caminhos para novas lutas, mesmo que pontuais, em que nos pudessemos encontrar com total respeito pelos percursos, posturas, diferentes opiniões ou opiniões diferenciadas», afirmou Carlos Carvalhas na sua intervenção.

O secretário-geral do PCP afirmou que, «após as eleições, o nosso Partido entendeu realizar plenários de militantes, abertos a todos os que estiveram connosco nesta importante batalha», explicando que «o objectivo era o de ouvir. De pedir a todos e, nomeadamente, aos independentes a sua reflexão e as suas sugestões sobre a nossa intervenção futura, sobre a iniciativa política, sobre as grandes causas e as prioridades, sobre os movimentos sociais e os novos movimentos, sobre o envolvimento de todos e de cada um, em batalhas futuras.»

«O PCP é um Partido de causas, valores e ideais, sempre disposto a conjugar esforços e a levantar bandeiras, quer em relação a causas com um cunho de classe, quer em relação às causas transversais a toda a sociedade. A sua prática é a tradução da cultura da insubmissão, da coerência, da luta pela transformação da sociedade», afirmou o líder comunista.

«Nós consideramos a aliança entre a classe operária e os intelectuais como uma aliança social básica e entendemos que a intervenção dos intelectuais é também da máxima importância quer na elaboração da linha política geral do Partido quer na luta das ideias», sublinhou.

«Como é sabido no nosso ideal e projecto, a democracia tem quatro vertentes inseparáveis: política, económica, social e cultural e assentando esta na liberdade e apoio à produção cultural. A democracia cultural radicada no movimento da sociedade e componente da vida do povo constitui um dos factores de transformação da realidade.»

Carlos Carvalhas reiterou que a importância e a intervenção do debate «é enorme, nomeadamente no movimento e na luta das ideias, no combate a mistificações, mas também na maior abertura do Partido à sociedade, ao debate plural, à assimilação crítica das contribuições e reflexões alheias».

Silenciamento e propaganda

«As pressões do “pensamento dominante”, do “pensamento único”, do pensamento ao serviço dos interesses dominantes exige um grande esforço de atenção, de resposta e também de “marcação de agenda” apesar da grande desproporção de meios», salientou Carlos Carvalhas, afirmando que «a ofensiva atinge todos os domínios, quer pela mentira e pela mistificação, quer pela deturpação ou pelo silenciamento».

«Silenciamento por exemplo quanto às continuadas atrocidades da Turquia em relação aos curdos ou em relação ao Kosovo, onde a OSCE acaba de revelar um balanço terrível de raptos, mortos, pilhagens e incêndios criminosos contra sérvios, ciganos muçulmanos islâmicos e albaneses moderados», recordou.

como é o caso da globalização como tendo que ser a globalização da pobreza, do agravamento das desigualdades, do casino financeiro planetário. A apologetica e a mistificação andam muitas vezes a par, como é o caso da propaganda do “modelo americano” e do que lhe está associado: trabalho precário, parcial, flexibilização, “baixa dos custos do trabalho”, etc.»

«É assim que, por exemplo, se propaga a ideia do carácter “excepcional” do actual crescimento da economia americana, qualificado o mais forte de sempre, quando olhando para um período mais longo se verifica que desde os fins dos anos 50 a economia americana já passou por seis fases de expansão e outras tantas de recessão. Mais: na retoma verificada no período Kennedy-Johnson (1958/69) o crescimento médio anual foi de 4,1 por cento, na retoma ligada à administração Reagan-Bush (1982/90) a taxa anual de crescimento foi apenas de três por cento e no actual ciclo de crescimento (1990/98) a taxa de crescimento ainda foi menor: 2,6 por cento ao ano», afirmou.

Falsa «sensibilidade social»

«Também no nosso país as mistificações do Governo PS ultrapassam tudo», considerou Carvalhas. «Afirmam enfaticamente, por exemplo, que governam com “grande sensibilidade social”. “Grande sensibilidade social” que tem depois tradução nos aumentos ridículos (e obscenos quando comparados com os lucros da banca, ou com os milhões da negociata Champalimaud/Santander) do salário mínimo nacional e das pensões e reformas. Ou na acentuação das desigualdades, em que Portugal ocupa vergonhosamente o primeiro lugar no quadro da União Europeia», acusou.

«Afirmam que o desemprego tem vindo a diminuir sucessivamente, escondendo as alterações dos critérios que não permitem comparações e as operações de cosmética sobre o falso emprego e o trabalho precário. Gabam-se do crescimento económico do país, mas escondem que não só é relativamente modesto como assenta em areias movediças. Veja-se o endividamento externo», declarou o líder comunista.

«O défice da Balança de Transacções Correntes (mercadorias mais serviços) registou um agravamento de quase 40 por cento (entre Janeiro e Agosto deste ano), quando comparado com o período homólogo do ano passado.»

«E o Banco de Portugal já expressou que o défice da Balança Corrente mais o de capital possa vir a exceder este ano os seis por cento do PIB, o que seria um dos piores valores da economia portuguesa nos últimos 20 anos!», considerou Carvalhas.

JCP



Reunião de Quadros Pelo fim do novo modelo de gestão escolar

A JCP organizou, no sábado, a Reunião Nacional de Quadros da Organização do Ensino Secundário sobre «Gestão Escolar», no âmbito da preparação do 7.º Encontro Nacional do Ensino Secundário.

Os jovens comunistas pretendem analisar e aprofundar os conhecimentos e a discussão sobre o novo modelo de gestão e administração das escolas dos ensinos básico e secundário, que, de acordo com os participantes na iniciativa, demonstram «ser um forte instrumento de centralização antidemocrática de poderes na escola», não permitindo a «verdadeira participação dos estudantes» na sua gestão.

Para a JCP este novo modelo de gestão aponta para uma redução na democracia das instituições escolares, considerando que qualquer orientação para o trabalho nesta área passa pela exigência da revogação do diploma de Autonomia e Gestão das Escolas.

A JCP sublinha que tem como objectivo a resolução dos problemas concretos das escolas e dos estudantes, bem como a defesa dos seus direitos e interesses.

Objectivos alcançados em Sintra

A Comissão Concelhia de Sintra da JCP reuniu-se, no dia 20, em Rio de Mouro, para eleger a actual comissão e fazer o balanço das iniciativas realizadas durante o ano.

Para as dezenas de participantes, o trabalho dos jovens comunistas foi positivo por ter alcançado o objectivo de aproximar a JCP aos estudantes do ensino secundário, o que se reflectiu numa maior dinamização da luta, no aumento de novos militantes e numa maior consciencialização dos estudantes sobre a política de ensino.

A comissão concelhia apontou quatro áreas prioritárias para trabalho futuro: a defesa do património e do ambiente; a situação autárquica; a defesa dos direitos dos estudantes; e a intervenção junto aos jovens trabalhadores nas fábricas e empresas do concelho.

Foi ainda decidido organizar um ciclo de debates nos próximos meses, nomeadamente sobre educação sexual, toxic dependência e consumo de drogas e o 25 de Abril.

Organização Mundial do Comércio Urgem normas de regulação

Decorre desde terça-feira prolongando-se até amanhã, em Seattle, nos EUA, a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). A enorme importância de que se reveste esta cimeira para os interesses nacionais justificou plenamente o debate sobre o tema realizado na passada semana no Parlamento. Pena é que a abordagem apenas agora tenha sido feita e só após exigência do PCP. Pela vontade do Governo, percebeu-se, o País ainda hoje estaria arredado de quaisquer informações relacionadas com aquele conclave.

Agostinho Lopes, falando em nome da bancada comunista, falou mesmo em «pesado muro de silêncio» para criticar o Governo a este propósito, assinalando que os cidadãos «nada ou quase nada sabem» sobre o curso das negociações que precederam a Conferência, designadamente quanto à estratégia do Executivo português e seus objectivos numa perspectiva de defesa dos interesses nacionais.

O parlamentar comunista

não teve dúvidas em afirmar que se tratou de uma «subtracção ao País», e em particular à Assembleia da República, de informação imprescindível, visando ocultar ao povo português matérias de interesse essencial para a sua vida presente e futura.

«Amanhã virão dizer aos agricultores que a culpa não é do Governo mas das imposições da OMC. Amanhã virão dizer aos empresários têxteis que os seus problemas resultam das posições que a União

Europeia assumiu na OMC. Amanhã virão dizer aos jovens que a degradação ambiental, num planeta cada vez mais sujo e irreconhecível, nada tem a ver com a política do PS mas com a decisão da OMC», referiu Agostinho Lopes, que defendeu a necessidade de serem introduzidas regras de regulação do comércio mundial, como condição para o reequilíbrio do desenvolvimento mundial e para a redução das desigualdades.

Esta é, aliás, uma das medidas preconizadas pelo PCP no projecto de resolução por si apresentado no decorrer do debate e que hoje deverá ser submetido à votação do plenário.

Nos seus considerandos, depois de constatar o enorme incremento registado no volume das trocas e da produção económica globais, o texto responsabiliza a liberalização e desregulamentação

do comércio mundial, a par do livre acesso dos interesses económicos particulares aos serviços públicos, pelo agravamento das desigualdades entre países, pelo acentuar da troca desigual, pela multiplicação dos problemas da segurança alimentar, pelo agravamento das desigualdades sociais e pelo acelerar dos processos de êxodo e de desertificação rural.

Neste contexto, do ponto de vista da formação comunista, importa proceder a uma «avaliação das consequências dos processos de liberalização e desregulamentação do comércio», do mesmo modo que urge incorporar nas regras da OMC normas adoptadas noutros fóruns internacionais. Exemplificadas, a este respeito, são as «regras no plano social e ambiental como as que decorrem das convenções e recomendações da OIT em relação ao trabalho infantil, à

contratação colectiva e a sindicatos livres; das Cimeiras do Rio de Janeiro e de Quioto quanto à defesa da biodiversidade do planeta; da Cimeira de Copenhaga quanto ao emprego e da Conferência de Pequim quanto aos direitos das mulheres; da UNESCO quanto à garantia da existência de políticas culturais nacionais e da FAO quanto às políticas de segurança alimentar».

Defendida no texto da Resolução é também a adopção, no plano internacional, de uma taxa sobre todas as operações cambiais, de curto prazo, não suportadas em transacções comerciais (Taxa Tobin), bem como, noutro plano, uma «maior transparência no funcionamento da OMC», o que implica maiores graus de informação e participação dos trabalhadores e dos cidadãos através das suas organizações representativas.

Salário mínimo



Sobe hoje a plenário o projecto de lei do PCP que define os termos em que deverá

processar-se o aumento do salário mínimo nacional. A proposta dos deputados comunistas, baseada em razões de natureza social mas também em factores de dinamização económica, aponta para o aumento anual dos salários, em particular do salário mínimo nacional, num valor que não pode ser inferior à taxa de inflação prevista para o ano, acrescida, pelo menos, de três pontos percentuais. Defendido pelo PCP, no imediato, é ainda um aumento de 3200\$00, o que fixa o valor mínimo em 64 500\$00.

Tourada em Barrancos

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de lei que estabelece que o dispositivo previsto no diploma que proíbe as touradas com touros de morte não se aplique em Barrancos por ocasião da festa anual de Agosto. Na nota preambular do diploma, os deputados comunistas recordam que, apesar do Decreto n.º 15 355 vigorar desde 1928, nunca essas touradas deixaram de se realizar ao longo de todo aquele período «em determinados e circunscritos pontos do território nacional». Isto acontece, sublinham, devido à existência de tradição local, «fortemente enraizada e que se sobrepôs sempre às determinações da autoridade». Sem prejuízo do disposto no referido decreto para a generalidade do território nacional, a bancada do PCP entende que a Lei deve conter «os mecanismos adequados para que um caso, como o de Barrancos, de tradição local absolutamente comprovada, possa ser atendido».

Salários em atraso na Kebir

O PCP instou o Governo a pronunciar-se sobre as razões que levaram a Inspeção-Geral do Trabalho do Porto a não visitar a Kebir, apesar de em devido tempo ter sido «alertada para a gravidade da situação da empresa», que entrou em processo de salários em atraso. «A Inspeção de Trabalho no Porto não considera que uma situação típica de abandono e de delapidação de uma empresa, na iminência da perda de 130 postos de trabalho é suficientemente grave para agir em tempo?», questiona o deputado comunista Honório Novo em requerimento dirigido aos ministros do Trabalho e da Economia. O parlamentar do PCP pergunta ainda o que tenciona o ministro do Trabalho e da Solidariedade fazer perante o «comportamento aparentemente fora da legalidade dos administradores da Kebir ao retirarem da empresa mercadorias e matéria-prima».

Em causa Conselhos Económicos e Sociais Regionais

Governamentalizar em vez de descentralizar

O decreto-lei que cria os Conselhos Económicos e Sociais Regionais (CESR) corre o risco de ser um nado-morto. Quem o diz é o Grupo Parlamentar do PCP que, depois de avaliar o diploma, chegou à conclusão que o seu conteúdo para além de «confuso» enferma ainda de «falta de credibilidade». Não exigindo a sua total revogação, os deputados comunistas entendem, porém, em nome da descentralização e da participação, que só uma «profunda alteração» o pode salvar.

O motivo principal para as críticas da bancada comunista, e que justificaram o seu pedido de apreciação parlamentar (ratificação) ao diploma, prende-se com o facto de o Governo, contrariamente ao que anuncia no preâmbulo, não assegurar a participação dos cidadãos e das suas organizações, numa lógica descentralizadora.

Em vez de anunciada intenção de contribuir no sentido da descentralização, comum a todos os partidos, logo após a

derrota da regionalização no referendo, o PS limitou-se à «caricada ideia» de criar uns quantos comissários regionais, numa versão de «novos boys», para os quais nem o próprio Governo sabia quais as funções a desempenhar, acusou Lino de Carvalho.

O parlamentar comunista considerou mesmo, referindo-se aos CESR, estar-se em presença de uma «figura híbrida que mais parece um monstriño», de que não se conhece qual a sua real função nem a

sua real articulação com as estruturas já existentes.

«O Governo ao elaborar este diploma ou não sabia o que queria ou elaborou o diploma de forma incompetente ou, mais grave, quis fazer um simulacro de participação e descentralização criando, pelo contrário, um órgão governamentalizado, uma espécie de regresso de certas formas de «corporativismo»», sustentou Lino de Carvalho.

A eliminação de todas as referências às funções de «con-

certação» sublinhando simultaneamente as funções de «participação», constitui, entretanto, uma das medidas imprescindíveis para melhorar o diploma, na perspectiva da bancada comunista, que defende ainda não poder aquele órgão ficar na dependência das CCR's mas sim como órgão de apoio ao Conselho da Região e, por conseguinte, dando ao presidente do Conselho da Região as funções que estão cometidas ao presidente das CCR's.

Consagrado em projecto de lei do PCP Proibição do financiamento dos partidos por empresas

O Grupo Parlamentar do PCP formalizou em projecto de lei o princípio desde há muito por si defendido de proibir o financiamento dos partidos políticos por empresas. Entregue na passada semana na Mesa do Parlamento, o diploma reitera também o objectivo de reduzir o montante máximo de despesas eleitorais legalmente admissível.

Com esta é a quarta vez que a bancada comunista vem a terreiro em luta por aquilo que considera serem princípios essenciais do regime democrático. Em causa está sobretudo o enquadramento, limitação e transparência que devem presidir ao financiamento privado dos partidos políticos, matéria sobre a qual desde há muito tem uma posição clara e coerente no sentido de que o «financiamento da vida política por empresas é inaceitável e deve ser inequivocamente proibido». Recorde-se que nunca estas posições do PCP, materializadas em projectos de lei, mereceram acolhimento por parte do PS, do PSD e do CDS/PP. A primeira evolução registada neste domínio pertenceu ao PSD, que anunciou uma alteração de posição no final da Legislatura passada.

Só muito recentemente, há cerca de 15 dias, o CDS/PP, fez saber o seu apoio a esta alteração do quadro legal, e também o Governo, de acordo com notícias vindas a público nos últimos dias, estaria agora na disposição de proibir as empresas de financiarem os partidos políticos, correspondendo assim à exigência sempre feita pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Segundo a proposta do PCP, o financiamento dos partidos políticos e da actividade política tem de assentar nas contribuições dos seus militantes e simpatizantes, dos eleitos em sua representação e nas subvenções estatais que assegurem um mínimo de igualdade de oportunidades e de tratamento dos diversos partidos políticos e candidaturas.

Definindo o regime dos donativos admissíveis, o projecto de lei estabelece no seu articulado que os donativos de natureza pecuniária concedidos por pessoas singulares estão sujeitos ao limite de 30 salários mínimos nacionais por doador e por ano, não podendo, por outro lado, os donativos anónimos exceder, no total anual, 500 salários mínimos mensais nacionais.

Proibidos são os donativos de natureza pecuniária oriundos de empresas, pessoas colectivas de utilidade pública ou dedicadas a actividades de beneficência ou de fim religioso, bem como de associações profissionais, sindicais ou patronais, de fundações ou governos ou pessoas colectivas estrangeiras.

O limite máximo admissível de despesas realizadas em cada campanha eleitoral, por sua vez, é fixado em 4800 salários mínimos mensais nacionais no caso das eleições presidenciais e em 30 salários mínimos mensais nacionais por cada candidato efectivo na campanha eleitoral para a Assembleia da República.

TRABALHADORES

Soa a falso o discurso do Governo

Depoimento de José Ernesto Cartaxo, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN

«Avante!»: Em que medida o aumento da precariedade de emprego se reflectiu, desde o último congresso, na acção reivindicativa dos trabalhadores e na capacidade de intervenção sindical?

José Ernesto Cartaxo: Ocorreu, desde o último congresso, já com o actual Governo, um forte agravamento da precariedade de trabalho: contratos a prazo, trabalho temporário, desenvolvimento do falso emprego independente (os "recibos verdes"), recurso injustificado à subcontratação, trabalho ao dia, à hora, etc.

Este agravamento da precariedade teve consequências em toda a vida laboral e social dos trabalhadores: nos seus direitos (que são negados), nos salários, na desregulação dos horários de trabalho, no aumento dos acidentes de trabalho, na não inscrição na Segurança Social, etc. As consequências negativas não são menores quando se trata de direitos colectivos, como o direito à greve, o direito de contratação colectiva, direitos de informação e de consulta.

Nem todos os direitos são formalmente negados, mas na prática são inviabilizados ou neutralizados pelo risco de perda de emprego. Por isso, existe uma grande dose de hipocrisia quando o Governo e o patronato defendem a flexibilidade, que é quase sempre um eufemismo para a precariedade, e dizem não pôr em causa os direitos dos trabalhadores. De igual modo, soa a falso o discurso do Governo sobre a necessidade de aumentar a formação e a qualificação quando, ao mesmo tempo, promove a precariedade laboral, que constitui um dos

principais desincentivos à valorização profissional dos trabalhadores e reflecte uma política de continuar a apostar nos baixos salários.

O aumento da precariedade constituiu assim um dos principais aspectos que debilitou a capacidade reivindicativa e de intervenção sindical desde o último congresso. Daí que a matéria relativa ao emprego estável e com direitos seja um dos temas centrais do 9.º Congresso da CGTP-IN.

Como vê hoje a CGTP-IN as pressões para a contenção dos salários, feitas numa situação muito modificada, mas com o velho argumento de que melhores remunerações dos trabalhadores iriam aumentar o desemprego?

As políticas de contenção dos salários conduziram em toda a Europa à diminuição da parte dos salários na distribuição do rendimento, alargando e reforçando as desigualdades

sociais. Não foi por isso que aumentaram os investimentos, se criaram empregos e se reduziu o desemprego.

Os salários elevados não são incompatíveis com o emprego. Pelo contrário, constituem um factor de dinamização da actividade económica, atendendo aos efeitos positivos sobre o reforço do mercado interno. Nas condições da economia portuguesa, continuar uma política de baixos salários é insistir em produções e em especializações de fraca criação de riqueza o que compromete a competitividade do País.

Por isso, a CGTP-IN vê na valorização dos salários e na sua aproximação à média comunitária uma das linhas de força essenciais a sair do próximo Congresso.



O pontapé de saída para o 9.º Congresso foi dado há um ano, no Porto



Centenas de trabalhadores protestaram contra o anúncio do fecho da fábrica na Amadora

Forte manifestação na Amadora Defender a produção em vez da especulação

Centenas de trabalhadores da ex-Sorefame paralisaram o trabalho na passada sexta-feira, de manhã, e desfilaram desde a Venda Nova até à Câmara Municipal da Amadora, protestando contra o anunciado fecho da fábrica e exigindo garantias de que a multinacional ADtranz não verá facilitada a especulação imobiliária nos terrenos onde há décadas se encontra instalada aquela importante unidade metalúrgica.

«A intenção da direcção da ADtranz só pode ser explicada com o interesse na venda dos terrenos para especulação imobiliária», disse Mateus Moreira, da Comissão de Trabalhadores, à Agência Lusa.

Da Câmara, os trabalhadores exigiram garantias de que o Plano Director Municipal não vai ser alterado, mantendo-se no PDM os terrenos da Sorefame classificados como zona industrial e de serviços. Joaquim Raposo, presidente da autarquia, perante as mais de três centenas de trabalhadores

ali concentrados, garantiu que «a Câmara não permitirá a construção de habitação na zona», adiantando que «ainda este mês, vamos levar a reunião de Câmara o Plano de Urbanização da Venda Nova e aquela zona continuará classificada como zona industrial e de serviços».

Mateus Moreira, da Comissão de Trabalhadores da ADtranz, sublinhou que «a fábrica está de boa saúde e tem uma boa carteira de encomendas, como é exemplo o material para o Metro do Porto».

Bernardino Soares, deputado do PCP, que acompanhou a manifestação dos trabalhadores, disse que já fez um requerimento ao Governo procurando saber quais as medidas que serão tomadas contra o encerramento da fábrica.

A direcção da ADtranz Portugal emitiu um comunicado no dia 12 de Novembro, anunciando uma reestruturação decidida pela multinacional. Alegando um «excedente da capacidade técnica», a ADtranz aponta para o fecho de seis fábricas e o despedimento de três mil pessoas até 2002. Em Portugal, o cenário prevê a fusão das actuais unidades de Sines e da Amadora, em localização que ainda estaria por decidir... Só que, no mesmo comunicado, são logo levantados vários inconvenientes à continuação na Amadora. A intenção da ADtranz foi prontamente contestada pelos trabalhadores e pelas suas estruturas representativas.

Despedimentos e tropelias agitam sector do comércio

A loja da «Marks & Spencer» no Centro Comercial Colombo, em Lisboa, encerrou no sábado ao público por ordem do «franchisador» inglês. De acordo com a Agência Lusa, este, alegando o incumprimento de pagamentos devidos, anunciou que vai encerrar nos próximos dias todas as lojas da marca em Portugal. As cinco lojas do «franchisado» português com marca «M & S» situam-se em Lisboa - na Avenida Guerra Junqueiro, Rua Augusta e «shopping» de Gaia.

Um dos trabalhadores da loja do Colombo explicou que só naquele dia teve conhecimento do encerramento da loja, via telefone, depois de, na sexta-feira, trabalhar «normalmente». «Avisaram-me apenas que a Sonae encerrou o espaço e convocaram-me para uma reunião na segunda-feira, com todos os trabalhadores das lojas», contou. Na última semana, disse a empregada, os artigos «Marks & Spencer» começaram a ser vendidos

com um desconto de 30 por cento e, nos últimos meses, os stocks da loja não estavam a ser repostos como é habitual, «mas, na altura, não me apercebi do que isso significava».

Há cerca de dois anos, já tinham fechado as lojas «M & S» nas Amoreiras e na Via Catarina, no Porto.

Feridos

O Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte decidiu exigir a intervenção da Inspeção Geral do Trabalho em todo o distrito de Braga, durante os feriados de Dezembro, procurando «pôr cobro a mais esta prepotência das entidades empregadoras» - como é classificada a prática dos super e hipermercados e de muitas empresas do comércio, que abrem regularmente em dias feriados e programam «a prestação de trabalho dos trabalhadores como se de um dia normal de trabalho se tratasse».

«Sendo certo que a legislação e alguns regulamentos camarários prevêem a possibilidade da abertura dos estabelecimentos em dias de feriado, não é menos certo que as convenções colectivas de trabalho e a legislação em vigor salvaguardam o direito aos feriados por parte dos trabalhadores», sublinha o CESNorte. Numa nota enviada à nossa redacção, o sindicato diz não perceber a passividade das autoridades face a tal situação e afirma que «não existe uma só hora de registo de trabalho suplementar registado por trabalho prestado em dias de feriado». Nestas condições, «é perfeitamente possível a intervenção da Inspeção do Trabalho, a menos que, tal como os patrões, considere os trabalhadores dos super e hipermercados como portugueses de segunda, não tendo por isso direito a feriados».

Auchan

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escrí-

tórios e Serviços acusou o Grupo Auchan (Pão de Açúcar e Jumbo) de ingerência na vida sindical, porque recusou os representantes indicados pela Fepces/CGTP-IN para a reunião do Comité Europeu da empresa. «Numa escalada de arrogância e ilegalidade, o Auchan tem vindo

a excluir a dirigente sindical Maria Emília Marques de representante eleita dos trabalhadores e a procurar decidir, por contactos e pressões directas sobre os delegados sindicais, nos locais de trabalho, da ida das delegadas suplentes à reunião do Comité Europeu», protesta a direcção da

federação, no ofício dirigido ao director-geral do grupo.

A situação foi também denunciada aos restantes sindicatos do Comité Europeu do Grupo Auchan, numa carta em que a Fepces explicou por que não se fez representar na reunião de 18 e 19 de Novembro, em Paris.

Vitória histórica nos Açores

Na Assembleia Legislativa Regional foi finalmente aprovada, na semana passada, legislação que contempla a reivindicação de uma remuneração complementar para a Administração Pública, de modo a compensar o custo de vida mais elevado na Região do que em média no território nacional.

Os vários projectos apresentados - face à substancial alteração das posições do PSD e PP, que se juntaram ao PCP e passaram a aceitar o princípio de atribuição do chamado subsídio de insularidade - foram reunidos, por consenso, num único diploma.

Fica assim fixada uma remuneração complementar para os trabalhadores da Administração Pública, que tem o valor de 8500 escudos para

todos os trabalhadores não abrangidos pela redução fiscal, e que se aplica de forma regressiva aos restantes, consoante os respectivos índices na tabela salarial. Ficou ainda estabelecido um aumento de cinco por cento do salário mínimo regional e uma subida de 6 mil escudos para as pensões e reformas abaixo do mínimo nacional, bem como o aumento da redução fiscal de 15 para 20 por cento.

O STAL, que foi pioneiro na exigência da remuneração complementar e esteve, nesta luta, acompanhado pelo Sindicato da Função Pública do Sul e Açores e pelo Sintap (constituindo uma frente sindical regional), considera este resultado como uma vitória histórica dos trabalhadores, que não desistiram da luta por um objectivo justo.

Fuga aos impostos

Os bancos portugueses estão a utilizar ilegitimamente a Zona Franca da Madeira para fugir ao pagamento dos impostos, denunciou Octávio Teixeira, nas jornadas parlamentares da CDU/Madeira, sábado passado, no Funchal. O deputado comunista sublinhou que as instituições bancárias, em vez de pagarem os 34 por cento de impostos devidos, contribuem apenas com 14 ou 15 por cento de IRC, utilizando indevidamente o off-shore da Zona Franca da Madeira. Nestas mesmas jornadas parlamentares, o deputado madeirense Edgar Silva, anunciou que o grupo parlamentar da CDU/Madeira vai propor na Assembleia Legislativa Regional madeirense a redução gradual das taxas do IRS, em função do rendimento colectável.

A CDU/Madeira defende que todos os trabalhadores por conta de outrem abrangidos pelo primeiro escalão do IRS deveriam beneficiar de uma redução de 20 %, no segundo de 15 %, no terceiro de 12,5 % e no quarto de 10 %. Para todos os que auferem rendimentos superiores a 10 mil contos, a CDU/Madeira propõe uma redução de 5%.

A CDU/Madeira considera esta medida necessária como critério de justiça social e na perspectiva de corrigir desigualdades.

«Se todas as empresas da Zona Franca da Madeira pagassem IRC, daria para compensar a redução proposta no IRS dos trabalhadores» realçou Edgar Silva que defendeu também a aplicação do pagamento da Ecotaxa a todos os turistas que entrem na região.

Violência contra as mulheres

As quarenta e seis organizações não governamentais dos Direitos das Mulheres que constituem, actualmente, a Plataforma das ONG's, manifestaram, em comunicado de imprensa, o seu apoio à criação, pelas Nações Unidas, do dia internacional para a eliminação da violência contra as mulheres. Reconhecendo o impacto que a violência tem no desenvolvimento das mulheres e crianças, as ONG's de mulheres portuguesas exortam o Governo e a opinião pública para que sejam tomadas todas as medidas eficazes tendentes à eliminação da violência contra as mulheres.

Má distribuição das verbas da PAC

A eurodeputada comunista Ilda Figueiredo considerou inadmissível que 90 por cento das verbas que vêm da União Europeia para Portugal no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) fiquem nas mãos de menos de 10 por cento dos proprietários. Ilda Figueiredo, que falava em Afife, Viana do Castelo, onde se deslocou para se inteirar dos principais problemas que afligem aquela freguesia, acrescentou que irá fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que aquelas verbas sejam melhor distribuídas, com vista a um maior apoio ao desenvolvimento rural, às explorações familiares e à reforestação. Estas afirmações de Ilda Figueiredo surgiram na sequência de a Comissão de Baldios de Afife ter dado conta das suas dificuldades em conseguir financiamentos comunitários para levar por diante acções com vista à salvaguarda da riqueza natural da freguesia.

A eurodeputada visitou a orla litoral de Afife e incitou as forças vivas locais a unirem esforços para proteger aquela zona das pressões urbanísticas que cada vez ali mais se fazem sentir.

Outro aspecto focado nesta visita foi o das estações elevatórias do saneamento, que funcionam mal e poluem o rio sempre que há cheias.

Baldios de Viseu contra aterro sanitário

A Balfloira - Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu assumiu publicamente a solidariedade com as populações das freguesias de Lazarim e Bigorne (concelho de Lamego), contra a instalação daquele aterro num local que, pela sua proximidade de várias aldeias, pela afectação de várias nascentes de água no local, pelo impacto negativo sobre uma zona de grande beleza natural e de pastagem para os gados (mais de 1500 cabeças de gado), «não reúne as condições adequadas para o efeito».

O Secretariado da Balfloira disponibiliza-se para dar à população daquelas freguesias todo o apoio para a constituição das suas Assembleias de Compartes e eleição dos órgãos de administração dos seus baldios e os meios para a elaboração de um Plano de Utilização dos Baldios que contemple o aproveitamento de todos os seus recursos e potencialidades, ao nível da floresta, da pastorícia, do aproveitamento turístico, da defesa do ambiente, da exploração de águas, «tudo riquezas e potencialidades deste baldio que o aterro de Ribeira de Lamas não deixaria de afectar negativamente».

Encontro em Loures sobre a saúde do idoso

«Vida activa, envelhecimento saudável», foi o tema de um encontro centrado na problemática da saúde do idoso, realizado no passado dia 24 por iniciativa da Câmara de Loures.

A iniciativa, promovida no âmbito do Ano Internacional das Pessoas Idosas, teve como objectivos identificar e reflectir sobre os principais problemas de saúde e bem-estar social que afectam a população idosa do concelho e ainda motivar, para uma participação activa, todos aqueles que trabalham na área da saúde.

Almada solidária

Está a decorrer em Almada, até 23 de Dezembro, uma campanha de solidariedade do município com a cidade angolana de Porto Amboim e o território de Timor-Leste.

A população e empresários de Almada são convidados, através de folhetos informativos e listas de compras, a deixar donativos - dinheiro, alimentos, brinquedos e material escolar - numa tenda montada para o efeito na Praça São João Baptista. No âmbito desta campanha estarão ainda à venda diversos objectos com desenhos da autoria do escultor João Machado, na Oficina da Cultura, em Almada, e no Solar dos Zagallos, na Sobreda.

Almada tem geminação com Porto Amboim desde 1997.

Humanizar a vida no concelho de Cascais

«As Opções do Plano para 2000 e o Orçamento reflectem a falta de estratégia para a resolução dos problemas que afectam as populações». Esta, em síntese, a posição da CDU, divulgada em conferência de imprensa, no passado dia 23 de Novembro.

Em documento entregue à comunicação social, a CDU/Cascais considera que o PS se demite da função de gerir ao permitir que «o plano de actividades 1999 se transforme numa listagem de intenções mais ou menos difusa, em vez de ser um instrumento de gestão, que vá ao encontro da resolução dos problemas do concelho».

A CDU sublinha, em particular, que o plano «não tem correspondência nos objectivos, nos programas e nas acções ao nível financeiro» e não estão estabelecidos prazos para a sua realização.

Estas discrepâncias manifestam-se nas mais diversas áreas. Da habitação à recuperação dos bairros de génese ilegal, para os quais «a verba definida permite prever que a falta de infra-estruturas e de condições de vida condigna, em muitos bairros, persistirá por muitos e muitos anos». Na cultura e educação, continuando «a não representar uma preocupação» as cantinas nas escolas do 1.º ciclo. No desporto, acção social, saúde e juventude, áreas em que «a solução encontrada são os subsídios a entidades particulares». E ainda no que respeita à rede viária ou ambiente.

Trata-se, na perspectiva da CDU, de «um discurso na esfera do imaginário, mantendo-se quase tudo na mesma no plano material, isto é, as assimetrias vão-se acentuando na práxis social».

Assim, o plano reflecte «a falta de estratégia para a resolução dos problemas que afectam as populações», sendo a única opção clara «o concessionar e privatizar serviços públicos, da responsabilidade e competência da Câmara», como é o caso do Mercado de Cascais, os Jardins e Áreas Verdes e, eventualmente, o Aeródromo.

Plano de saúde para Cascais

As propostas da CDU para o sector da Saúde, discutidas na últi-

ma reunião da Câmara de Cascais, no passado dia 17, irão servir de base para a discussão, com o Ministério da Saúde, na elaboração do «Plano Director de Saúde» para o concelho.

Tendo como objectivo assegurar o «direito à saúde, com carácter universal e gratuito», a CDU/Cascais avança, em particular, propostas nas áreas dos cuidados primários de saúde e da política hospitalar.

Concretamente, os comunistas de Cascais propõem a construção de dois novos centros de saúde, em Alcabideche e São Domingos de Rana e a criação de novas extensões, de par das existentes, devidamente apetrechadas, «tendo em conta a distribuição da população pelo concelho e as acessibilidades às unidades de saúde».

A CDU considera indispensável que os centros de saúde funcionem até às 24 horas e sejam dotados de kits de equipamento básico de RX, electrocardiologia e de análises.

No que respeita à política hospi-

ta, a CDU/Cascais propõe a construção de um novo hospital em Tires, até ao fim da próxima legislatura, a transferência dos serviços de ortopedia e traumatologia para esse novo hospital e a criação de um serviço de infecto contagiosas.

Como medidas complementa-

envolvidas no processo da saúde». A CDU defende ainda a promoção de «uma forte linha de acção na área da prevenção primária, com campanhas de sensibilização envolvendo a comunidade escolar e as populações em geral», em articulação com outras áreas.



A CDU/Cascais considera que a Câmara não tem uma estratégia para resolver os problemas das populações

res, a CDU considera importante a criação de uma Carta de Saúde do Concelho, como «instrumento de planeamento», e do Conselho Municipal de Saúde, «espaço de diálogo, concertação e cooperação de todos os agentes e entidades

Um projecto - neste momento com caminho aberto para a sua concretização - que visa conseguir «com algum investimento atempado, poupar no sofrimento humano e em custos financeiros». Ou seja «humanizar a vida dos municípios de Cascais».

Fenprof exige dinheiro para o Ensino Superior

«Os professores sentem-se defraudados, as Universidades e os Politécnicos encontram-se depauperados, os estudantes são prejudicados», denuncia a Fenprof na sequência de uma análise da situação no Ensino Superior.

Em resumo, poder-se-á dizer que a questão de fundo é: não há dinheiro. Não há dinheiro para aumentos salariais, para retroactivos, para novos contratos ou, simplesmente, para despesas correntes.

O que se passa, sublinha a Fenprof, é que «as Universidades e Politécnicos sobrevivem com orçamentos depauperados», pois o Governo não cumpre modelos de financiamento acordados e «procede a aumentos salariais no ensino superior, mas não corrige o orçamento das suas instituições».

Com uma cada vez menor fatia para pagar despesas correntes, «optar por pagar os vencimentos devidos, significa parar ou acumular dívidas de

consumo corrente». Com o agravar desta situação, os estudantes são fortemente prejudicados, são penalizados os docentes na sua carreira profissional, e é afectada a qualidade do ensino. «Como quer o Governo exigir aproveitamento quando (perto do fim do 1.º semestre) ainda há disciplinas que não funcionam por falta de verba para contratar os docentes necessários?», pergunta a Fenprof.

Para superar esta situação, o Departamento do Ensino Superior da Fenprof reclama que os orçamentos para o ano 2000 coincidam com os orçamentos-padrão resultantes da aplicação da fórmula de financiamento acordada - 80% de despesas como o pessoal e 20% de despesas com consumo corrente -, levando em conta os aumentos salariais.

«Só assim poderá ser promovido o sucesso escolar e defendida uma escola pública de qualidade», conclui a Fenprof.

Emigrantes comunistas debatem situação na Alemanha

O Organismo de Direcção Nacional (ODN) dos comunistas portugueses emigrados na Alemanha, reuniu no dia 20 de Novembro em Dusseldorf para analisar os resultados das eleições para a Assembleia da República e a evolução da situação política e social da comunidade portuguesa neste país.

A realização no próximo ano da Expo 2000 em Hannover, na qual Portugal irá participar com um pavilhão, é uma das preocupações dos comunistas, que a consideram como um acontecimento que «deverá ser uma oportunidade para a valorização da comunidade portuguesa que vive na Ale-

mânia». Assim, o ODN «exige das autoridades portuguesas e dos responsáveis pelo pavilhão de Portugal uma particular atenção de forma a permitir uma participação que dignifique o nosso país e a comunidade portuguesa, sendo, por isso, desde já de procurar envolver, na programação das iniciativas, representantes da comunidade portuguesa».

Propõe ainda a realização de iniciativas específicas no pavilhão de Portugal nos dias 25 de Abril (dia da Liberdade), 10 de Junho (dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas) a par do 5 de Outubro.

No quadro da análise dos resultados eleitorais na Europa, os emigrantes comunistas consideram fundamental «a abertura de um debate, sem preconceitos nem demagogia, em torno do voto dos emigrantes que, em nosso entender, deverá centrar-se nos seguintes aspectos: a criação de mecanismos que impeçam a instrumentalização e partidarização dos serviços do Estado ligados à emigração; que os serviços públicos de rádio e televisão (RTPi e RDPI) sejam, de facto, um espaço plural de informação; que se encontrem formas, relativamente ao modo de voto, mais transparentes para esti-

mular a participação dos eleitores (a abstenção continua a subir, atingindo na Europa 73,5%); que seja tida em conta a realidade da emigração quanto ao recenseamento, o qual, neste momento, é um factor impeditivo para muitos emigrantes».

O ODN manifestou ainda particular preocupação pela situação do ensino do português na Alemanha e decidiu criar uma comissão que proceda ao seu levantamento, «contando promover no início do próximo ano um conjunto de iniciativas a fim de auscultar os principais interessados, os pais, os alunos e os professores».

INTERNACIONAL

Presidenciais no Uruguai Direita elege Battle

Jorge Battle, candidato do Partido Colorado, de direita, no poder, venceu no domingo a segunda volta das eleições presidenciais no Uruguai com 51,59 por cento dos votos, contra 44,07 de Tabaré Vazquez, o candidato da coligação de esquerda Frente Ampla. Com a vitória de Battle, o Uruguai dá início a uma complexa «coabitação» política resultante da eleições gerais de 31 de Outubro, em que pela primeira vez a Frente Ampla se sagrou como a força maioritária no parlamento, com um total de 52 lugares (12 senadores e 40 deputados).

No domingo, beneficiando da concentração de votos dos partidos de direita (Colorado e Nacional) Battle obteve 1 138 067 votos contra 972 197 de Vazquez, da coligação Encontro

Progressista/Frente Ampla (EPFA), num escrutínio que mobilizou 2 205 924 eleitores (cerca de 90 por cento dos inscritos). Apesar do cerrar de fileiras à direita Battle não conse-

guiu vencer na capital, Montevideo, ficando-se pelos 407 395 votos (42,42 por cento), contra os 522 702 votos (54,43 por cento) de Vazquez.

Reconhecendo a derrota, o dirigente da Frente Ampla saudou o seu adversário e sublinhou que «esta força política estará sempre disposta a trabalhar para a melhoria das condições de vida de todos os uruguaios».

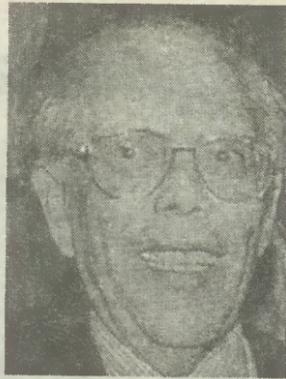
Por seu lado, os apoiantes dos partidos Colorado e Nacional festejaram a vitória do seu candidato afirmando ter ganho «a democracia e a liberdade», aparentemente esquecidos da agressividade que marcou a recta final da campanha eleitoral, onde a par de todo o tipo de insultos foram desenterrados os velhos fantasmas do «perigo marxista». Foi justamente para barrar o caminho ao «marxista» Tabaré Vazquez que o Partido Nacional, tradicional adversário dos colorados na luta pelo poder apesar das suas afinidades ideológicas, apelou pela primeira vez ao voto num candidato do

Partido Colorado. Recordar-se que a introdução da segunda volta nas eleições presidenciais, instituída pela reforma constitucional aprovada em Dezembro de 1996, resulta de uma proposta dos partidos Colorado e Nacional justamente com o objectivo de fazer face à crescente força da Frente Ampla.

O presidente eleito, que assumirá funções em 1 de Março de 2000, afirmou entretanto que o primeiro objectivo do seu governo será «poder levar a cabo no próximo século os ideais do progresso, liberdade, democracia, tolerância e de respeito entre todos», para o que conta «com a participação activa de todos os cidadãos».

Violência na Colômbia

Bem mais complexa é a situação na Colômbia, onde qualquer acto eleitoral é uma actividade de alto risco, como mais uma



Jorge Battle, presidente eleito do Uruguai

vez se verificou no domingo com o assassinato, por desconhecidos, de um jornalista e um operador de câmara da televisão, quando «cobriam» uma eleição municipal na localidade de El Playon, a 450 quilómetros de Bogotá.

Segundo um porta-voz da polícia do departamento de Santander, citado pela Lusa, os corpos do repórter Luis Rincon e do operador de câmara Alberto Sanchez foram encontrados criados de balas.

O anterior presidente da câmara foi assassinado há dois meses juntamente com dois funcionários da autarquia.

Cerca de 130 jornalistas foram assassinados na Colômbia nos últimos 10 anos.

Violência na Argélia

Vinte e sete pessoas foram assassinadas no passado fim-de-semana em duas barragens de estrada montadas por islamitas armados a sul e ocidente de Argel. O massacre fez elevar para 50 o número de pessoas mortas nas estradas argelinas no período de uma semana, em situações idênticas. Desde 1992 - após a suspensão da segunda volta das eleições legislativas em que a Frente Islâmica de Salvação (FIS) foi a força mais votada - que a Argélia vive sob o pesadelo da violência. No total, estima-se que o número de vítimas seja superior a 100 000. Segundo alguns investigadores, o número de pessoas mobilizadas na guerra civil argelina eleva-se a mais de meio milhão.

Eleições

na Suíça...

O Partido Radical Democrático, PRD, continua a ser o mais representado no Conselho dos Estados (câmara alta), após as cinco últimas segundas voltas das eleições parlamentares suíças do último fim-de-semana. Com a eleição de três novos deputados, o PRD assegurou 18 lugares no Conselho, enquanto o Partido Democrata-Cristão (PDC) ficou com 15, a União Democrática do Centro (UDC) com sete e o Partido Socialista (PS) com seis. No conjunto do Conselho Nacional e o Conselho dos Estados, o PRD fica com 61 deputados, seguido do PS (57), da UDC (51), e do PDC (50).

De acordo com a «fórmula mágica» que vigora há 40 anos na Suíça, o novo governo será composto por sete membros: dois socialistas, dois radicais (PRD), dois democratas-cristãos (PDC) e um UDC. Os quatro partidos ocupam em conjunto 219 dos 246 lugares nas duas câmaras parlamentares helvéticas, cabendo os restantes ao partido ecologista, liberais, extrema-esquerda e Liga do Ticino.

...e na

Macedónia

Os macedónios voltam amanhã às urnas nas assembleias de voto onde a eleição presidencial de 14 de Novembro foi anulada devido a acusações de «fraude eleitoral». O escrutínio é repetido em 226 das 2973 assembleias de voto, ou seja, nas 193 cujos resultados foram anulados no sábado pelo Supremo Tribunal e nas outras onde a comissão se deu conta de irregularidades. Em jogo estão 160 000 votos - 10 por cento dos 1,6 milhões de eleitores. Os resultados de 14 de Dezembro dão como vencedor o candidato governamental do centro-direita, Boris Trajkovski, com 52,85 por cento dos votos, contra 45,94 para o seu adversário social-democrata Tito Petkovski. As mesas de voto onde as eleições vão ser repetidas situam-se em regiões de maioria albanesa, tidas como favoráveis a Trajkovski.

Perplexidades russas

As declarações de Michel Camdessus, director-geral do Fundo Monetário Internacional, estabelecendo uma ligação entre a transferência de créditos para a Rússia e a situação na Tchetchénia, está a provocar um coro de protestos em Moscovo.

Classificando a campanha militar russa na Tchetchénia de «violenta», Camdessus afirmou que «a reacção da opinião pública é muito negativa», pelo que o FMI «não poderá prosseguir o seu financiamento se o resto do mundo o não quiser». Embora «o resto do mundo», seja lá o que isso for, ainda não se tenha pronunciado, o FMI continua a bloquear a tranche de 640 milhões de dólares, esperada inicialmente para o final de Setembro, prevista no quadro de uma ajuda de 4,5 mil milhões de dólares, pelo que as palavras de Camdessus estão a provocar um incómodo cada vez maior.

O antigo primeiro-ministro russo, Serguei Stepachine, veio a público lembrar que a «Rússia cumpre todas as suas obrigações para com o FMI» e que o aspecto económico entre as duas partes «está perfeitamente em ordem», pelo que as declarações do responsável do Fundo sobre «um assunto interno na Rússia» só «podem ser qualificadas de chantagem política».

Para ultrapassar a situação, Stepachine, que é candidato às eleições legislativas de 19 de Dezembro na lista da oposição reformadora Iabloko, propôs ao governo russo «tentar pela última vez resolver o conflito no plano político submetendo um ultimato aos terroristas exortando-os a renderem-se sem condições». Uma operação para FMI ver, claro está, já que o próprio Stepachine considera que «a resposta é previsível, mas as autoridades federais devem provar que têm vontade de resolver os problemas sem ser pela força».

Também Viktor Tchernomirdine, outro antigo primeiro-ministro russo, está perplexo com a posição do FMI, já que considera que aquela organização «não é uma organização política» mas tão só «uma instituição financeira», pelo que não percebe a ingerência nas questões russas. Segundo Tchernomirdine, «a política jamais prevaleceu nas relações entre a Rússia e o FMI».

O fundador do partido «Nossa Casa a Rússia» lembrou a propósito que durante a anterior guerra na Tchetchénia (1994-1996), quando ele chefiava o governo, «a cooperação entre o FMI e a Rússia nunca cessou e a Rússia continuou a receber créditos». «Agora que a Rússia combate o terrorismo internacional, precisa da ajuda internacional. Não se deve partir-lhe as pernas», afirmou.

Quem não percebe igualmente a mudança registada desde há três meses na posição do FMI é o responsável do comité orçamental da Duma (câmara baixa do parlamento russo), Alexandre Jukov, que em declarações à rádio Echo de Moscovo lamentou o facto de o FMI ter começado «a tomar em consideração os aspectos políticos».

A fazer fé na sinceridade destas declarações, dir-se-ia que os políticos russos acreditam, o que seria no mínimo surpreendente, que os interesses económicos do FMI nunca estiveram ligados a interesses políticos.

Vale a pena lembrar que Michel Camdessus já tinha declarado em Outubro que o FMI suspendia a sua ajuda a Moscovo se o Orçamento russo derrapasse «devido a um aumento insensato das despesas militares». Na ocasião, o actual chefe do governo, Vladimir Poutine, assegurou que «nem um só dólar, nem um único cêntimo» proveniente dos créditos internacionais acordados à Rússia serviria para financiar a operação militar na Tchetchénia. Obviamente menos inocente do que os políticos russos, o FMI não acredita.

Suíça Emigrantes na frente da luta sindical

Centenas de trabalhadores portugueses do ramo suíço da construção participaram, no dia 22 de Novembro, numa jornada nacional de informação sobre o desenvolvimento das negociações entre as delegações sindicais e patronais.

Os cerca de 17 mil portugueses que actualmente trabalham na Suíça no sector da construção não escondem, tal como os trabalhadores nacionais e emigrantes de outras nacionalidades, o seu descontentamento face a uma proposta de aumento salarial muito inferior à apresentada pelos sindicatos, e acompanham com muita inquietação a atitude da federação patronal que tem apenas como objectivo guardar para si os benefícios, pouco cedendo aos trabalhadores que nos últimos sete anos perderam mais de 10 por cento do valor do salário real. O patronato procura igualmente impor um sistema de 200 horas variáveis de trabalho por ano, medida rejeitada pelos trabalhadores, porquanto o seu horário de trabalho anual já está demasiado flexibilizado. As negociações tocam assim em dois pontos principais: um aumento geral de salário de 200 francos por mês, e a supressão da flexibilização das horas de trabalho.

Em duas paralisações, em Neuchâtel e Lausanne, com participação maioritária de portugueses, e mais tarde numa manifestação em Genebra com cerca de 2000 participantes, os trabalhadores demonstraram a sua grande insatisfação. Entre os portugueses afirmava-se ser melhor o regresso a Portugal do que permanecer na Suíça a ganhar salários que mal dão para viver. De sublinhar que os trabalhadores portugueses no sector da construção não só são muito prestigiados como se encontram entre os melhor qualificados.

A actual situação conflituosa, a manter-se, pode forçar ao regresso de muitos emigrantes e dificultar a contratação de novos trabalhadores para as próximas temporadas de trabalho na Suíça.

Arrogância alemã sem limites

A brutal decisão da empresa alemã Adtranz de encerrar as suas fábricas em vários países, entre os quais Portugal e a Suíça, e de mudar a produção

para Berlim está a provocar uma reacção pouco comum nos trabalhadores, na população e nos sindicatos helvéticos.

Mobilizadas contra o encerramento dos centros de produção em Pratteln, região de Basel, e em Oerlikon, região de Zurique, milhares de pessoas têm-se manifestado na defesa dos 710 postos de trabalho que se perdem com o fecho das duas unidades fabris. A imprensa nacional classifica a medida de «arrogante» e afirma que «a emoção suscitada pelo brutal anúncio do encerramento das fábricas Adtranz é, sem dúvida alguma, algo que, em relação a decisões similares, se pode classificar como uma das mais importantes dos últimos anos».

A reacção deve-se não só ao fecho das fábricas e aos despedimentos mas também ao sentimento de perda do valor «sentimental» que os suíços dedicam aos caminhos-de-ferro. É como a perda de uma referência nacional. Nunca qualquer outro encerramento de empresas gerou tanta emoção como este.

As pressões surgem de todos os lados, desde o campo económico ao político, passando pelo sector sindical. A companhia de caminhos-de-ferro nacional e a empresa de transportes da cidade de Zurique ameaçaram anular as suas encomendas de vagões como forma de protesto. Outros sectores pedem «a cabeça» do actual ministro da economia, Pascal Couchepin, acusado de nada ter feito para impedir o encerramento da empresa, considerada como muito rentável. Também o popular Franz Hohler, acompanhado pelo seu violoncelo, veio para a rua, solidário com os trabalhadores, para dedicar uma canção ao «Monsieur de Berlin» - isto é, ao grande patrão da Adtranz, Rolf Eckrot -, que tem por título: «Cheira mal a reestruturação».

A arrogância do homem de Berlim está a ser fortemente condenada, enquanto os trabalhadores da Adtranz se mantêm firmes na defesa dos postos de trabalho e esperam que a sua luta possa ser apoiada por pressões políticas. Há no entanto também quem afirme que, para o futuro, na onda da mundialização, «a Suíça só poderá viver dos seus bancos».

Texto
Domingos
Mealha

Trabalhadores acusam, exigem e propõem

Garantir no presente o futuro do Arsenal

Com um vasto leque de participantes, incluindo militares e responsáveis do estaleiro, teve lugar na semana passada um colóquio sobre o presente e o futuro do Arsenal do Alfeite. Apesar da solenidade do auditório do Fórum Romeu Correia, em Almada, a iniciativa foi um prolongamento natural da luta dos trabalhadores e dos esforços dos seus representantes, que assim ganharam novos apoios públicos para a exigência de consolidação do Arsenal.

Recentes afirmações de responsáveis do Ministério da Defesa, sobre uma futura transformação do Arsenal do Alfeite em sociedade anónima, a exemplo do que já sucedeu com a OGMA, constituíram o motivo principal que levou a CT e o Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas a realizarem o encontro-debate de 24 de Novembro.

As preocupações dos trabalhadores, face a uma política que deixa aos estabelecimentos fabris militares e à indústria de defesa entre a continuada estagnação, a caminho do encerramento, ou a entrega ao capital privado, foram já expressas noutras ocasiões, com destaque para um encontro realizado em Janeiro de 1998, e para greves e manifestações realizadas nestes quase dois anos.

O sindicato e demais estruturas representativas dos trabalhadores exigem uma inflexão da orientação que tem prevalecido para o sector. Defendem que, mesmo com as dificuldades actuais, geradas por falta de resposta dos governos às novas realidades económicas, sociais e estratégico-militares, nos anos a seguir ao fim da guerra colonial, o Arsenal do Alfeite – tal como os restantes estabelecimentos fabris e indústrias de defesa – não estão irremediavelmente condenados.

O encontro de Almada, na semana passada, proporcionou uma importante ocasião para analisar com mais detalhe este ponto de vista. Preparado como iniciativa aberta a um amplo leque de parti-

O Arsenal do Alfeite tem condições únicas para continuar a ser o estaleiro naval da Marinha

cipantes, mesmo com opiniões distintas sobre o assunto, o debate reuniu membros de comissões de trabalhadores e sindicalistas do Arsenal e de outros estabelecimentos, dirigentes do STEFFA e de outras estruturas da CGTP-IN (como a União dos Sindicatos de Setúbal e a Federação da Função Pública), quadros técnicos, directores e um administrador do Arsenal, um representante do Ministério da Defesa, um deputado do PCP (de cuja intervenção damos notícia nestas páginas), autarcas dos concelhos de Almada e do Seixal, e outros convidados (designadamente antigos trabalhadores do Arsenal, como o dirigente comunista Jaime Serra, de quem aqui publicamos um depoimento).

Público e da Marinha

Apesar da diversidade das presenças e dos oradores, a ideia de que o Arsenal se deve manter como estaleiro da Marinha, privilegiando o interesse nacional, marcou o ambiente nas quatro horas de debate no Fórum Romeu Correia. «Só um estaleiro naval integrado na organização da Marinha estará em condições de satisfazer as complexidades da reparação e manutenção dos equipamentos e dos sistemas interdependentes que constituem os navios modernos, bem como cumprir prazos de execução dos fabricos de acordo com os interesses e prioridades da Armada e em coordenação com todos os organismos da Marinha», salientou o representante da Comissão de Trabalhadores, ao abrir a discussão.

Vários intervenientes expuseram opiniões e propostas sobre a evolução do Arsenal, apontaram medidas e orientações para o maior aproveitamento das capacidades,

tanto técnicas, como de mão-de-obra, e para a diversificação do mercado.

Foi sublinhada a importância do Arsenal na região, especialmente nos concelhos de Almada e do Seixal, onde vive a esmagadora maioria dos seus dois mil trabalhadores. Foi também lembrada, logo na intervenção de abertura, a necessidade de clarificar o estatuto do pessoal, com respeito pela sua qualidade de trabalhadores da Administração Pública.

Carvalho da Silva, o último dos oradores convidados, realçou o valor da iniciativa, que mostra «uma visão estratégica, para um futuro seguro», por parte das organizações dos trabalhadores. O coordenador da CGTP reclamou, para o Arsenal, uma estratégia clara quanto ao futuro, a modernização para aproveitamento das suas potencialidades, e formação com respostas adequadas a tal orientação.

José Carlos Gomes, em nome do STEFFA, ao encerrar o encontro, informou que, embora sem extrair já quaisquer conclusões de uma iniciativa que, sobretudo, pretendia ser de debate, o sindicato vai tratar de divulgar «o que aqui se disse, para conhecimento dos trabalhadores, das chefias militares e das entidades governamentais».

Para defender o Arsenal do Alfeite Podem contar com o PCP

Vicente Merendas realçou a importância do debate e o peso da indústria naval e do Arsenal, e defendeu a continuação da unidade do Alfeite no âmbito público e ligada à Marinha. O deputado do PCP, que é trabalhador da indústria naval, reafirmou o empenhamento dos comunistas na defesa do Arsenal, numa intervenção feita no encontro de dia 24 e de que publicamos aqui largos excertos.

«Consideramos de grande oportunidade este encontro-debate, realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas e a Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite.

«As questões levantadas pela Comissão de Trabalhadores são, de facto, bastante pertinentes, dado que abordam o actual papel do Arsenal do Alfeite, no contexto das Forças Armadas e na eventual alteração que, legitimamente, levanta sérias preocupações aos trabalhadores, certamente à própria Marinha, à população do concelho de Almada e ao País.»

O sector e o Arsenal

«Com o desaparecimento da SRN, CPP e Parry & Son, e com a Lisnave de malas aviadas para o Estaleiro da Mitrena, em Setúbal, o Arsenal já no ano 2000 será o único estaleiro no concelho de Almada e uma das maiores unidades industriais.

«Isto é bem revelador da importância que o Arsenal do Alfeite tem a nível do concelho. Sendo o Arsenal do Alfeite um estaleiro de reparação e construção naval, queria aqui referir a importância que o sector ainda tem na economia nacional.

«A indústria naval tem importante interdependência com outros sectores, nomeadamente com os transportes e o comércio externo (mais de 80 por cento das trocas comerciais fazem-se por via marítima), cujos dados disponíveis importa referir.

«O Estado português paga mais de 200 milhões de contos/ano a navios estrangeiros, o que corresponde a 20 por cento do défice anual da nossa balança de pagamentos. O saldo negativo dos transportes marítimos tem um agravamento de cerca de 10 milhões de contos/ano, simplesmente à custa dos débitos, pois as suas receitas têm-se mantido praticamente estacionárias, na ordem dos 35 milhões de contos/ano, o que traduz um acentuar do recurso ao frete externo, pela diminuição e cada vez maior insuficiência da capacidade da nossa frota mercante.

«Apesar de diversas instâncias internacionais, nomeadamente o Conselho Europeu, afirmarem que os transportes marítimos deverão ser desenvolvidos, pois constituem uma alternativa ecológica ou um complemento para outros modos de transporte, a verdade é que a nossa frota está cada vez mais reduzida, mais envelhecida e não se verificam sinais de vontade política para a sua renovação.

Nenhuma medida foi tomada que conduza à consolidação e desenvolvimento do sector. Pelo contrário, tudo tem sido feito para a sua progressiva deterioração e consequente redução de capacidade. Isto num país como Portugal, ribeirinho, periférico em termos europeus, que deveria considerar vital e estratégica a sua relação com o mar.

«Urge criar condições para construir o navio português, com a incorporação da indústria portuguesa.»



A realização do encontro-debate insere-se nos objectivos da luta dos trabalhadores



A mão-de-obra é conhecida e reconhecida como altamente especializada

Jaime Serra ao «Avante!» Salvaguardar os direitos agora como antes

E na Rocha?

«A Lisnave teve a concessão do Estaleiro da Rocha durante dezenas de anos. Surpreendentemente, desinteressou-se do estaleiro, que foi encerrado e passou por uma fase de desmantelamento em que foram gastos largos milhares de contos. Surge, a posteriori, a constituição de uma sociedade, da qual o Arsenal faz parte integrante, para reactivar o estaleiro.

«Ora, nos termos da legislação vigente, nomeadamente da Lei Orgânica da Marinha, o Arsenal do Alfeite é um estabelecimento fabril da Marinha, na directa dependência do superintendente dos Serviços do Material. Não é, certamente, nesta qualidade e com o actual estatuto que o Arsenal participará na referida exploração daquele estaleiro.

«É necessário esclarecer em que qualidade e com que estatuto tenciona o Governo fazer participar o Arsenal do Alfeite na exploração do Estaleiro da Rocha do Conde Óbidos.»

A posição do PCP

«Estas são questões que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tenciona levantar brevemente ao Governo, através de um requerimento na Assembleia da República.

«O Arsenal do Alfeite é uma empresa de grandes tradições, que honra a Marinha e todos os arsenalistas. É impensável imaginar a Marinha sem o Arsenal e o Arsenal sem a Marinha.

«Para nós, Partido Comunista Português, é fundamental que o Arsenal se mantenha no âmbito público, ligado às Forças Armadas. O Arsenal tem capacidades para, através da investigação, procurar novos campos.

«O Arsenal pode potenciar a sua capacidade instalada, com uma articulação com outros estaleiros. O protocolo assinado com Viana é boa notícia; esperamos que não seja só notícia.

«A indústria de defesa nacional necessita de um suporte produtivo, adequado, para o abastecimento das suas Forças Armadas. Isto tem custos? Pois tem! Sem complexos, nós afirmamos que devem ser suportados pelo povo português.

«Chamamos a atenção para a política do Governo PS, que no fundamental não deu resposta a nenhum dos problemas concretos com que se tem vindo a debater a instituição militar, a falta de modernização efectiva da instituição, bem como elevou o grau de desmotivação dos militares.

«Para defender o Arsenal vai ser necessária motivação. Os trabalhadores já demonstraram, nas recentes acções desenvolvidas, que não pactuarão e estão determinados a lutar pelo Arsenal dos arsenalistas. Os trabalhadores sabem que as privatizações têm sérias consequências no plano económico e financeiro, que o emprego e os direitos são sempre seriamente atingidos e são sempre liquidados postos de trabalho.

«Neste quadro de grandes incertezas, uma certeza quero deixar: contem com o empenhamento do PCP na defesa do Arsenal do Alfeite, ao serviço dos trabalhadores, da Marinha e do País.»

O Encontro/Debate sobre o presente e o futuro do Arsenal do Alfeite constituiu um acontecimento de grande interesse e oportunidade. Quer a iniciativa, quer as intervenções realizadas no decorrer do debate, reflectem uma preocupação comum aos trabalhadores de outras áreas de Serviços Públicos tradicionalmente sob a administração do Estado, face à fúria privatizadora do actual Governo do PS, na continuação da política de recuperação capitalista de governos anteriores.

A hipótese da entrega do Arsenal de Marinha ao chamado sector privado, isto é, ao grande capital nacional e estrangeiro, tem particular gravidade, não só em termos da ameaça aos interesses dos trabalhadores, como também em termos de defesa da soberania nacional, dado o papel deste estabelecimento fabril no apetrechamento e manutenção em condições operacionais da nossa Marinha de Guerra, sabendo-se que somos um País com uma fronteira marítima de cerca de mil quilómetros, com uma grande área de «águas territoriais» a defender, mesmo no quadro das instituições europeias, quer da rapina na área das pescas, quer dos agentes poluidores que demandam as nossas águas.

Trabalhei no Arsenal do Alfeite na década de 40, no auge da ditadura fascista, período em que os trabalhadores do Arsenal, tal como os de outros estabelecimentos fabris militares, travaram duras lutas na defesa dos seus direitos, negados sistematicamente sob a exigência de que os trabalhadores de empresas da área militar, por falsas razões de Estado, se deviam sujeitar às limitações de toda a ordem impostas aos militares.

No fundo, tais restrições, mais do que defender hipóteses segredos de carácter militar, visavam impor aos trabalhadores um regime de exploração desenfreada, com baixos salários e jornadas de trabalho extraordinário não remunerado ou mal remunerado.

O que o Governo visa hoje, por caminhos diferentes, é um objectivo semelhante: retirar aos trabalhadores regalias e conquistas tão duramente alcançadas ao longo de gerações, sob o falso pretexto da necessidade de reformas da gestão ou de reconversões tecnológicas, umas e outras sempre possíveis com o actual estatuto.

Razão têm, pois, os trabalhadores do Arsenal para as suas preocupações e para a sua luta, que desejamos resultar vitoriosa.



JOSÉ CASANOVA
membro da Comissão
Política

Sem sombra de vergonha

O MUNDO capitalista, hoje, é o Mundo. Contestado e combatido por milhões de pessoas mas dominante. «É contudo ela move-se...».

Proclamando-se – após a derrota da primeira grande tentativa de criação de uma sociedade nova - vencedor definitivo, etapa última do progresso social e do desenvolvimento, fim da história... o capitalismo voltou a exhibir ostensiva e arrogantemente a sua essência opressora e exploradora.

Os múltiplos fenómenos que lhe são característicos, muitos dos quais durante décadas viveram camuflados por força das circunstâncias, passeiam-se agora à luz do dia, desnudam-no como factor de regressão civilizacional, como factor de regressão absoluta da humanidade e indiciam o enfraquecimento (lento sem dúvida, mas crescente) das bases sociais que sustentam o seu domínio político. Quer isto dizer que – como vários observadores já sublinharam – o capitalismo, quer como sistema económico e social quer como sistema político, é um sistema fracassado e em inevitável rota de derrota. Optimismo resultante de confundir sonhos com realidades? Não: falo numa perspectiva histórica, baseado na análise concreta da situação concreta que é o Mundo actual e na convicção de que valores humanos essenciais hoje submersos pela vaga de antivalores dominantes, acabarão por emergir e impor-se – e sempre tendo em conta, naturalmente, que muitos e grandes são os obstáculos que se opõem aos que persistem em lutar contra este sistema e lhe contrapõem uma alternativa de facto solidária, fraterna, justa, livre.

A insistência e a intensidade com que, através de poderosíssimos meios de difusão, são exaltadas as supremas qualidades do sistema capitalista, levam qualquer cidadão desprevenido ou distraído a concluir que vivemos no melhor dos mundos e que as injustiças e desigualdades existentes são como que fatalidades decididas superiormente e, por isso, inevitáveis. Isto se não o tiverem já levado a concluir que, de facto, vivemos rodeados de justiça, de liberdade, de respeito pelos direitos humanos, de democracia plena, enfim. Aliás, um dos grandes êxitos da ideologia dominante reside, precisamente, em ter conseguido – por efeito de uma permanente e monumental operação de lavagem de cérebros e através de uma vasta rede de chantagens económicas, sociais, políticas, culturais – moldar o pensamento de milhões de pessoas, transformando-as em inconscientes transmissoras das ideias que melhor servem os interesses da classe dominante. Um dos principais objectivos da poderosa ofensiva ideológica que hoje varre o Mundo é o de, convencendo o cidadão anónimo de que as ideologias acabaram, transformá-lo em divulgador activo da ideologia dominante. Assim, o ser humano é cada vez mais empurrado para a situação de espectador passivo da realidade, ao qual se exige apenas que trabalhe e veja o posto de trabalho (mesmo que obtido a título precário) como uma benesse; que não se deixe influenciar pelos que o incitam a lutar por melhores condições de trabalho e salariais; que, acabado o dia de trabalho, eventualmente cumprindo horas extraordinárias que não recebe, regressar-se a casa, não perca tempo com leituras perniciosas e se sente frente à televisão até adormecer; que não permita que o vizinho ou o colega tenham um carro melhor ou um aparelho de televisão mais moderno do que os seus; que utilize para além de todos os limites os muitos cartões de crédito que lhe são proporcionados e que, assim, se endivida cada vez mais; que exhiba perante os outros um estatuto social muito superior ao que realmente tem; que vote sempre e que vote bem, isto é dando a maioria aos partidos que lhe oferecem essa qualidade de vida – e só a eles; e

que, após as eleições, volte pacífica e civicamente ao trabalho, à televisão, ao carro, ao cartão de crédito... até às próximas eleições. Ao cidadão desempregado recomenda-se-lhe e injecta-se-lhe a paciência e o voto... o voto nos tais partidos que oferecem a tal qualidade de vida...

Tudo começa e tudo recomeça, assim, nas eleições, no sufrágio universal que, conjuntamente com o multipartidarismo, por si sós e independentemente das expressões que assumam, são a democracia.

Ora, um sistema que reduz o seu conceito de democracia a esses dois valores e deles faz as suas bandeiras únicas é, obviamente, um sistema com um paupérrimo conteúdo democrático ou pior do que isso. De facto, limitar a democracia à sua vertente política escamoteando-lhe as vertentes económica, social e cultural configura um conceito de democracia profundamente... antidemocrático. E se, para além disso, se transforma cada vez mais essas duas bandeiras em elementos decorativos, adulterando-as, moldando-as à medida dos seus interesses, então estamos perante uma farsa, entramos no reino da mascarada democrática. E é disso que se trata.

Tomando como referência o exemplo dos Estados Unidos da América – «berço da democracia» e expoente máximo deste sistema e de todas as suas bondades democráticas – verificamos, em primeiro lugar, que só uma total ausência de rigor (e de seriedade) pode levar seja quem for a denominar por multipartidarismo o sistema partidário ali existente. Na verdade, os dois únicos partidos que têm possibilidade de ser governo são partidos do sistema, sendo impossível detectar entre eles quaisquer diferenças essenciais

ais e de fundo, realidade que é camuflada por imensas e permanentes vagas de exibição de diferenças superficiais e anódinas. Quer isto dizer que estamos, de facto, perante uma iniludível mistificação e que, na melhor das hipóteses, o tão exaltado e incensado multipartidarismo dos EUA não passa, afinal, de um prosaico e contrabandeado unipartidarismo bicéfalo.

Continuando no rasto do exemplar modelo de democracia política estado-unidense, constatamos, em segundo lugar, que em matéria de sufrágio universal a situação não é melhor: assegurando previamente, e sem margem para qualquer devaneio democrático, a vitória de não importa que cabeça do partido do sistema, o modelo tende a ficar reduzido a nada no que toca à participação eleitoral dos cidadãos. E só um grande sentido de humor negro e de desrespeito pela inteligência das pessoas pode levar a que se glorifique o sufrágio universal num país onde a abstenção chega a atingir e, por vezes, ultrapassa, os 70% ... Eis um exemplo expressivo do estado de saúde dos pilares básicos da democracia política que nos é impingida como modelo.

Entretanto, e como se vê, a exportação do modelo norte-americano é hoje, e cada vez mais, uma realidade concreta que ameaça atingir dimensão planetária. Um dos tais fenómenos característicos do capitalismo que acima são referidos é, precisamente, o da construção artificial da alternância e da bipolarização, vistas como condição essencial para assegurar um poder político que dê ao sistema a tranquilidade de que o sistema precisa, que crie condições para que, seja qual for a sigla que estiver no Poder, nada de essencial seja posto em causa. E assim está a ser feito.

É nesse conceito de democracia política que se insere a tão proclamada «necessária reforma do sistema eleitoral» no nosso País. O pretexto invocado é o combate à abstenção – embora nenhum dos subscritores da exuberante tese tenha até agora explicado qual a relação entre sistema eleitoral e abstenção. Da mesma forma que ninguém se deu ao trabalho de interpretar o facto de a abstenção estar em processo de crescimento constante em países com sistemas eleitorais os mais variados, aliás atingindo em muitos deles níveis bastante superiores aos registados em Portugal. E porque tudo parece indicar que a abstenção pouco ou nada tem a ver com o sistema eleitoral e tem muito ou tudo a ver com o sistema político, económico, social e cultural dominante, é legítimo concluir que os fervorosos defensores da «reforma do sistema eleitoral» estão muito menos preocupados com a abstenção do que com o reforço desse sistema dominante. Daí a operação em curso visando obter, através de mecanismos de engenharia eleitoral e machadando a proporcionalidade, aquilo que o eleitorado português sempre tem lucidamente recusado: a garantia para toda a eternidade da bipolarização e da alternância.

«O mundo capitalista - de que a IS é o actual expoente - parece já não ter sombra de vergonha» – escreveu Victor Cunha Rego no «Diário de Notícias» de segunda-feira passada. De facto assim é.

A insistência e a intensidade com que são exaltadas as supremas qualidades do sistema capitalista levam qualquer cidadão desprevenido ou distraído a concluir que vivemos no melhor dos mundos e que as injustiças e desigualdades existentes são como que fatalidades decididas superiormente e, por isso, inevitáveis.



Diz-me quem (e como) lê...

■ Sérgio Ribeiro

Diz-me quem lê. Mas também, e talvez melhor, diz-me como leste quem leste ou estás a ler. Dir-te-ei como estás... Vamos para as leituras cheios de preconceitos, quanto aos autores, quanto aos temas, quanto à oportunidades destes tratados por aqueles. Por vezes, tão fortes são os preconceitos que impedem os leitores de retirar, do que lêem, aquilo que a leitura tinha para lhes dar. Que, em alguns casos, muito é ou poderia ser.

Estas observações valem para os dois sentidos. Os preconceitos podem ser do tipo do leitor tudo ir aceitar do que o autor possa ter escrito sobre o tema, ou do tipo de nada ir aceitar do que o autor tenha escrito, ainda que sejam verdades como punhos, mesmo que demonstrem, em toda a clareza, as mentiras que foram ditas e escritas por outros para levarem a água ao seu moinho ou ao moinho de quem tem moinhos.

Estou a escrever, como algum leitor mais atento que possa ter – se leitores tenho... e, se os tenho, tenho-os cheios de preconceitos – terá já adivinhado, a partir de reflexões que me suscita o livro de Álvaro Cunhal, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (a contra-revolução confessa-se)* (¹), que li, com os meus preconceitos, mas, consciente deles, com um grande esforço para que eles não me prejudicassem as lições que dele sabia ter para colher.

O facto é que estou convencido de que muito aprendi – aprender, aprender sempre, como dizia o outro que Lenine tinha por pseudónimo – e que valeu a pena o esforço de tornar a leitura difícil. Treino que, aliás, procuro praticar em todas as leituras que vou fazendo.

Não vou, como será óbvio, e por várias razões, comentar o livro. Entre outras razões porque leituras como esta exigem um tempo de sedimentação, um repegar neste ou naquele capítulo, uma segunda leitura, se não do todo, pelo menos de algumas partes.

No entanto, é precisamente uma dessas releituras, já feitas com o livro ainda a quente, que me empurra para vir à escrita.

O tema do poder, o que é e como se reparte numa sociedade dividida em classes sociais, como fazer uso do poder que se consegue, como lutar para o conquistar, parece-me tema prioritário e particularmente oportuno. Um poder multiforme, com nível autárquico, nível regional – ainda que só desconcentrado do poder cen-

tral –, nível nacional e também nível supranacional. O poder como exercício e como abuso.

Quase no final, depois de toda a enorme documentação e testemunhos que o ensaio sistematiza, escreve Álvaro Cunhal que é fácil o abuso e a absolutização do poder quando não existem, ou existindo não são assegurados, princípios e mecanismos de fiscalização do seu exercício.

As páginas que se seguem são uma ilustração (mais uma daquelas em que o livro é pródigo) de como a prática destes anos portugueses comprovam essa consideração nuclear sobre o poder e o seu exercício.

Ilustração de como a Constituição de 1976 definiu as competências dos órgãos de soberania, as suas independências no âmbito das competências próprias e as interdependências nesse quadro constitucional. No sentido de prevenir e de contrariar poderes absolutos e abusos de poder

Ilustração de como o processo contra-revolucionário foi pondo em causa, sucessiva e sistematicamente, todos esses princípios e as práticas correspondentes. Desde o Presidente da República – que chegou a ser considerado «força de bloqueio»!...- ao Tribunal Constitucional, da Assembleia da República e do próprio Governo ao Magistério Público, os mais variados órgãos de fiscalização democrática do exercício do poder (Alta Autoridade para a Comunicação Social, Comissão Nacional de Eleições) têm sido hostilizados e desautorizados quando fiscalizam de facto e incomodam um «certo» poder. De classe.

Para mais, como sublinha Álvaro Cunhal, «a progressiva liquidação de mecanismos de fiscalização do exercício do poder foi realizada em nome do aperfeiçoamento da democracia e em nome da “estabilidade”». Democracia que se tem degradado, estabilidade que se tem revelado muito instável, económica, social, culturalmente. Mas que, em contrapartida, tem polarizado o poder económico, agravado as desigualdades sociais, colonizado culturalmente.

Estará a ampliar-se o cisco no olho do vizinho para esconder o pedregulho que nos atingiu a vista?

Para responder a esta pertinente e tão oportuna questão seria aconselhável recuar uns anos (o tal Congresso Extraordinário, em Loures, em 1990) e umas páginas e ler o que, no princípio do livro – para que, aliás, o autor remete o leitor ao escrever esta parte do capítulo final –, se afirma, sem qualquer ambiguidade: «a história e a experiência universais e a história das sociedades do século xx mostram que, tanto nos países capitalistas como em países socialistas, o abuso do poder é fácil, frequente e com conse-

Catarina Pires

CINCO CONVERSAS COM ÁLVARO CUNHAL



CAMPO DAS LETRAS

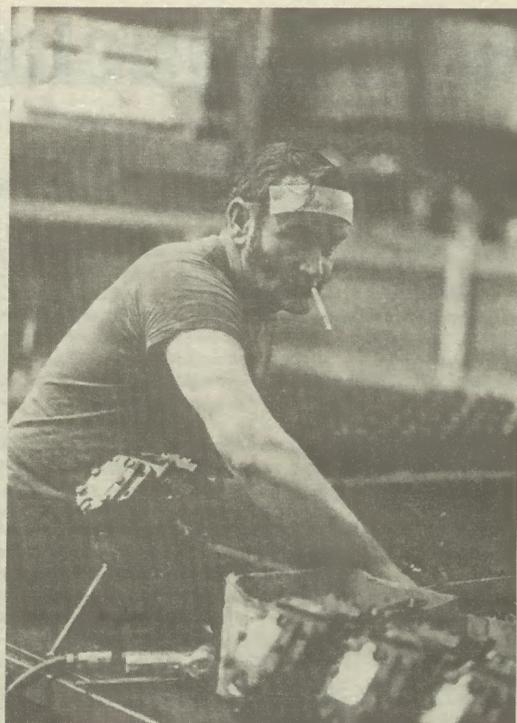
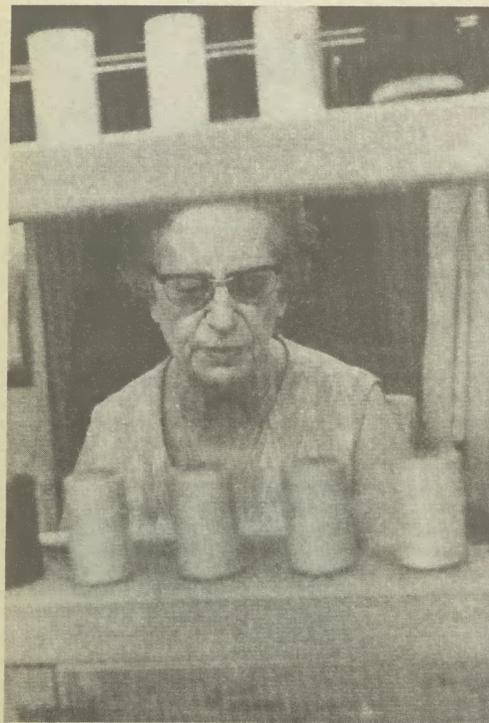
quências perversas». Porque, como logo adianta, «o abuso do poder é fácil e facilmente impune em todas as áreas da vida social, incluindo nos partidos políticos, se não há mecanismos de fiscalização democrática do seu exercício».

Haveria, agora, que discutir o que se entende por fiscalização democrática, por democracia. Se ela é aquilo que o poder económico decreta que seja, com uma aparente (e hipócrita) exigência no que respeita a liberdades e garantias individuais e excluindo dos princípios democráticos os direitos e garantias sociais, culturais, económicos (a democracia à porta das empresas?).

Mas fiquemo-nos, hoje, por esta anotação que leitores distraídos, ou que só lêem o que confirma preconceitos, têm ignorado. Porque a sua ideia de democracia tem inerente o permanente (e natural) abuso do poder. Sobre os trabalhadores.

(¹) Edições Avante!, Lisboa 1999





Direitos sindicais nos EUA, o que são?

Na «maior democracia do mundo», cujo modelo muitos dirigentes políticos do mundo, incluindo em Portugal, admiram e advogam, os trabalhadores não têm legislação adequada que lhes garanta representação sindical verdadeiramente livre. Quem o diz é a Confederação Internacional de Sindicatos Livres, num relatório que recentemente tornou público.

Nos EUA, em cada dez trabalhadores que participam em campanhas para a criação ou adesão a um sindicato um é despedido. Anualmente, em cada trinta trabalhadores dos que votaram em eleições sociais nas empresas pela criação ou acreditação de um sindicato um é despedido por esse motivo. O mesmo sucede em 25 por cento das campanhas de organização sindical.

Uma sondagem realizada em 1994 indicava que 79 por cento dos trabalhadores norte-americanos estão convictos de que serão despedidos se tentarem fundar ou aderir a um sindicato.

Os supervisores e chefias, proibidos por lei de se sindicalizarem, são frequentemente usados em campanhas patronais de intimidação anti-sindical.

Os trabalhadores que apoiam os sindicatos são, com frequência, fichados e isolados dos seus colegas. Os patrões chegam ao ponto de contratar consultores, detectives e sociedades de vigilância para participarem em campanhas contra os sindicatos. Os sindicalistas são espiados, as suas fichas médicas vasculhadas, os seus conteúdos jurídicos abertos e a sua vida pessoal devassada na tentativa de encontrar algo que possa ser usado para o seu descrédito.

A par destes métodos a maioria das empresas impede os sindicalistas de contactar os trabalhadores no seu local de trabalho, recorrendo à ameaça de prisão e à expulsão dos dirigentes sindicais da empresa, criando assim um ainda maior clima de medo e condições favoráveis ao fracasso das campanhas de sindicalização.

Justiça... para o patronato!

O National Labor Relations Board, organismo estatal dos EUA para a regulação de conflitos laborais, é lento a actuar, dando todo o tempo ao patronato para realizar os seus desígnios, beneficiando de quase todas as vantagens da lei, da

correlação de forças nas empresas e na sociedade.

Tanto assim é que, em 1998, um estudo demonstrou que de todos os trabalhadores despedidos por exercerem actividade sindical só 40 por cento recuperaram o seu posto de trabalho e, destes, só 20 por cento conseguem conservar o seu emprego por mais de dois anos após a rein-

tegração.

Estas situações ocorrem um pouco por todos os sectores de actividade, mas de acordo com o relatório da CISL, nestes últimos anos ainda incidiram mais na hotelaria, alimentação e bebidas, indústria gráfica, construção civil e telecomunicações. A Disney Corporation incluí-se nesta crua lista.

Encerramento de empresas - «business as usual»

O grande capital dos EUA reage frequentemente às tentativas de avanço da organização sindical nas suas empresas com o seu encerramento e posterior deslocalização.

Um inquérito publicado em 1996 demonstrou que na indústria, onde a ameaça de encerramento é ainda mais evidente, em 60 por cento das campanhas de sindicalização realizadas ocorreu o encerramento das respectivas empresas, e nos casos em que uma convenção colectiva foi negociada pela primeira vez, 18 por cento dos patrões ameaçaram fechar a fábrica e 12 por cento cumpriram a ameaça.

Apesar de neste particular a lei proibir os empregadores de executarem estas acções, o facto de não prever sanções faz com que os patrões façam tábua rasa das disposições legais. O mesmo já não podem dizer os sindicatos submetidos a um apertado «cinto de segurança» legal que, aqui sim, já prevê pesadas sanções para as organizações sindicais que cometam o crime de ultrapassar a lei, ousando lutar, representando condignamente os seus associados.

É também esclarecedora do conceito de democracia no local de trabalho a disposição legal que dá aos detentores do capital e dos meios de produção a liberdade de «...beneficiar livremente do jogo das forças económicas», proibindo ao mesmo tempo os trabalhadores de encetarem acções concertadas, como greves parciais, em carrossel, ou rotativas, boicotes secundários, como por exemplo a empresas que comercializam os produtos que produzem, e as greves ou outras acções de solidariedade no mesmo sector de actividade ou até na mesma empresa.



Nos Estados Unidos, os direitos sindicais são reprimidos, bem como as suas lutas

Fura-greves... de substitutos temporários ao quadro permanente

O lock out e até a provocação de greves pelo patronato - tácticas frequentemente utilizadas como forma de criar as condições para a expulsão dos sindicatos das empresas - normalmente acompanhadas pela contratação e formação profissional de trabalhadores desempregados para furarem a greve, que antecede as manobras para agudizar ou mesmo criar artificialmente conflitos que possam ter como resposta dos trabalhadores a greve.

■ Pina Gonçalves

Com as tradições de luta do nosso movimento sindical, a CGTP-IN, a sua natureza de classe e, não menos importante, a realidade política e partidária no nosso país, a resistência ao fascismo em duríssimas condições e o 25 de Abril que essa luta tornou possível, são razões para termos uma confiança diferente no futuro da nossa luta. Com organizações cuja natureza não se rende a reformismos e conformismos.

Mas é preciso não adormecermos, para não correremos o risco de ter um pesadelo ao acordar. É que os sintomas daquilo a que queremos submeter os trabalhadores portugueses e europeus são realmente preocupantes.

As próximas batalhas contra o pacote laboral e em defesa da segurança social são dois exemplos concretos de lutas que se avizinham.

Escravidão no limiar do século XXI

Mas o grande capital norte-americano, apoiado num sistema político de «alternância» entre dois partidos defensores do mesmo sistema, tem ainda outras formas de exploração extrema de que faz uso sem hesitar.

Nas Ilhas Marianas Setentrionais, um paraíso fiscal sob tutela dos EUA, foi desenvolvida desde os anos oitenta uma indústria de vestuário cujos lucros assentam numa mão-de-obra praticamente escrava e na exportação livre de taxas.

A coberto do seu estatuto, com leis próprias sobre emigração e um controlo local dos salários, introduziu-se aí um sistema de servidão imposto aos trabalhadores, «importados» por empresas privadas especializadas neste tráfico, na maior parte filiais das manufacturas de vestuário. Estes trabalhadores oriundos na sua maioria da Tailândia, China, Filipinas e Bangladesh são recrutados por estes intermediários que lhes exigem somas exorbitantes, impossíveis de pagar de imediato e, tirando partido da miséria que exploram, fazem-nos assinar contratos comprometendo-se a descontentar do futuro magro salário a quantia exigida, a nunca pedir aumentos salariais, a não mudar de emprego e a não aderir a um sindicato.

Também no território continental dos EUA a legislação laboral existente não abrange sequer os trabalhadores agrícolas e o trabalho doméstico.

No entanto, o conceito do «trabalhador independente» está definido juridicamente, sem o distinguir relativamente aos empregadores. São considerados partes iguais na contratação. Lá como cá os «recibos verdes» têm os direitos sindicais seriamente amputados.

Trabalhadores da função pública amordaçados nos EUA

Dos 14,9 milhões de funcionários da administração local e central dos EUA, sete milhões estão privados do direito à negociação colectiva. Mais de dois milhões de funcionários do governo federal estão submetidos ao «Federal Labor Relations Act», de 1978, lei que lhes interdita o direito à greve e à negociação colectiva.

Em contrapartida, esta lei alargou a liberdade de acção do governo, como entidade empregadora, na gestão dos seus funcionários, nomeadamente podendo seleccioná-los de acordo com as suas opiniões políticas ou rejeitá-los se não aceitarem o repúdio de ideais e organizações de esquerda como, por exemplo, o comunismo.

Em 13 estados só é autorizada a negociação colectiva a certas categorias de funcionários, e em 14 é proibida em absoluto.

É esclarecedor que, na era da informação, como se diz, se tenha tanta dificuldade em saber a realidade existente no mundo do trabalho para lá do muro das grandes cadeias de comunicação social.

vistas;

Hotel Bestwestern Grosvenor Resort, no lago Buena Vista, Florida: Ocorreu uma situação idêntica após a realização de uma greve com início em Setembro de 1996;

CF&I Steel, filial da Oregon Steel Mills Inc., em Boulder, Colorado: Após uma greve iniciada em Outubro de 1997 os grevistas foram todos substituídos. O sindicato propôs o regresso ao trabalho sem condições, mas cumprindo o seu plano, o dono da empresa continuou a produção com os substitutos contratados para o efeito, ignorando os grevistas e o sindicato;

Continental General Tire Inc., em Charlotte, Carolina do Norte: Após o início de uma greve em Setembro de 1998, 1500 trabalhadores foram substituídos. Nesta empresa, propriedade do fabricante de pneus alemão Continental AG, os preparativos para a negociação com o sindicato iniciaram-se com a fortificação da fábrica, contratando fura-greves e guardas armados.

Todos estes esquemas, praticamente mafiosos, seguem sempre a mesma linha. Os patrões começam por exigir dos trabalhadores sindicalizados reduções salariais e de direitos alcançados através da negociação colectiva, que sabem ser inaceitáveis. Quando o conflito se agudiza e a luta evolui para a forma de greve, substituem os trabalhadores sindicalizados por desempregados que contratam com menos salário, sem direitos, e sem sindicato. Estes esquemas são também usados como forma de obstruir ou mesmo inviabilizar a negociação colectiva.

■ P.G.



(Des)Ordem

O Presidente da República, Jorge Sampaio, promoveu em Coimbra um importante debate sobre a Saúde, convidando todas as entidades ligadas ao sector, desde as públicas às privadas e passando por todas as organizações sócio-profissionais directamente envolvidas. Apareceu toda a gente, incluindo várias personalidades que nem sequer já estão directamente ligadas às questões da Saúde (caso de ex-governantes), mas que fizeram questão de participar.

Todos? Não todos, porque nem a Ordem dos Médicos, enquanto tal, nem o seu bastonário, consideraram necessário, ou sequer útil, participar num debate qualificado sobre uma realidade que, afinal de contas, constitui a única razão para a sua própria existência de corporação profissional.

Será que o sr. bastonário e a Ordem que chefia consideraram que o debate para que foram convidados pelo Sr. Presidente da República carecia de «credibilidade científica» suficiente para merecer as suas douradas presenças?!...

PONTOS CARDEAIS

As publicidades...

A compra de espaço publicitário feita directamente aos meios de comunicação, por parte das agências de publicidade, ascendeu a cerca de 108 milhões de contos em 1998, segundo um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que acrescenta caber à televisão a maior fatia do «bolo», qualquer coisa como 60,6%, seguido da imprensa, com 23,7%.

Cento e oito milhões de contos é muito, muito dinheiro, e se for movimentado exclusivamente num sector – como é o caso vertente da publicidade – torna-se verdadeiramente astronómico. No meio de tal avalanche de dinheiro de anunciantes a entrar para as contas bancárias dos órgãos de comunicação social, quanto custará a famosa «isenção jornalística», tão dogmaticamente alardeada por qualquer direcção de informação?

...e a realidade

E já que estamos a falar do grande negócio da



publicidade, vem a propósito ilustrar essa promissora actividade com um dos seus mais recentes «produtos» - a «boa nova» encomendada pelos dois novos operadores privados de telecomunicações (a ONI e a NOVIS), anunciando que, nas suas redes que entrarão em funcionamento já a partir de 1 de Janeiro próximo, as chamadas locais e regionais baixarão substancialmente, quando comparadas com os preços praticados pela Portugal Telecom, até aqui a funcionar em regime de monopólio na rede fixa de telecomunicações. Em relação às chamadas locais (as realizadas num raio inferior a 50 quilómetros) as operadoras privadas avançaram, mesmo, com preços, uma anunciando 7\$50 por três minutos e outro

com 3\$50 por impulso. Só que o Instituto das Comunicações de Portugal (ICP) – a autoridade que rege esta coisa das telecomunicações – diz, taxativamente, que os novos operadores privados, se quiserem «disputar» o negócio das comunicações telefónicas locais na rede fixa, terão de instalar os seus próprios equipamentos para o efeito, não os autorizando a utilizar a rede usada pela Portugal Telecom. Aí, as grandes promessas da ONI e da NOVIS ficaram de pezinhos no ar a dar a dar, porque uma coisa é entrar no mercado logo a facturar, outra, bem diferente, é ter de investir para chegar à galinha dos ovos de ouro. Portanto, as retumbantes promessas de abaixamento de preços da ONI e da NOVIS valem zero – mas, entretanto, a publicidade fica feita...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Actualidade**A um poeta**

Sabes por que é que andas no balancé das mil estrelas sobre o poço?
Simplesmente porque é que sabes o que tens para o almoço.

Sabes por que é que lanças fogo sobre a distância do alto mar?
É simplesmente porque sabes logo onde vais jantar.

Sabes por que é que no deserto teu verso miragens linhagens derrama?
Simplesmente porque tens perto um quarto, uma mesa, uma cama.

Ignoro, não existo.
Tão simples quanto isto.

Então quem?

Este é o tempo do «chacun governa-se».

A burguesia tem a alma fria irremediavelmente condenada e triste.

Oíço dizer a certa gente que a burguesia já não existe.

Talvez já nem, já nem.
Mas então quem?

Depois de Abril

Agora já não é possível tirar a voz às pessoas porque depois de Abril as pessoas perceberam que eram pessoas que ainda são pessoas e agora não há argentário que às más ou às boas leve as pessoas a pensar o contrário.

Agora já não é possível passar por cima das pessoas género «eu decidi eu vou mandar eu quero fazer». Agora tem de ser: «Então vamos lá conversar para chegarmos a uma conclusão».

Prometo:
nem mais, nem mais uma palavra vai porque, mais uma, e o poema cai no panfleto.

O motor e o leme

Pronto. Admito.
Já nada é como foi.
A hora já sai à rua com outros vestidos com outras falas com outros modos mas com os seus sessenta minutos sempre intactos.

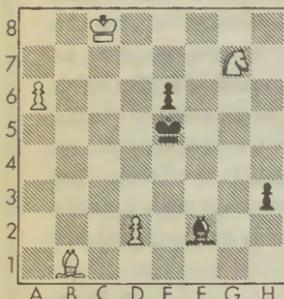
Pronto. Aceito outra ginástica de olhar andar jogar lutar mas com recusa de princípios vão com aquela certeza que não falha: o motor será sempre quem trabalha e há que pôr o leme em suas mãos.

XADREZ

DCCXXXII – 2 DE DEZEMBRO DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999X43

Por: Ladislav Prokeš
«Magyar Sakkvilág», 1939

Pr.: [4]: Ps. e6, h3 - Bf2 - Ré5
Br.: [5]: Ps. a6, d2 - Cg7 - Bb1 - Rç8



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1999X43 [L.P.]

1. Ch5, h2; 2. Cg3, B:g3; 3. d4+. R:d4;
4. B:e4, R:e4; 5. a7, h1 = D; 6. a8 = D + e.g.

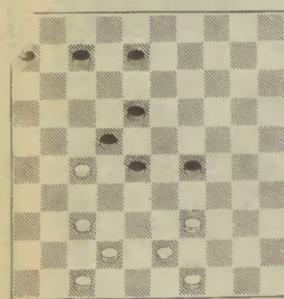
A. de M. M.

DAMAS

DCCXXXII – 2 DE DEZEMBRO DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999D43

Por: D. Soluiev
URSS, 1974

Pr.: [7]: 6-7-8-18-22-28-29
Br.: [7]: 27-37-39-42-43-47-49



Brancas jogam e ganham

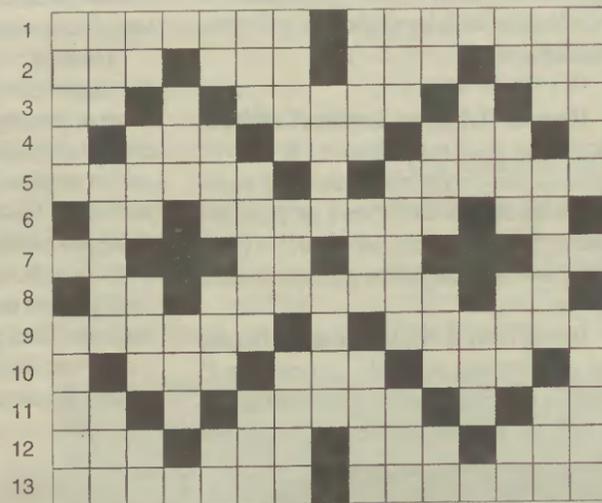
SOLUÇÃO DO Nº 1999D43 [D.S.]

1. 36-39, 34-36; 2. 49-44, (40x49 = D);
3. 42x33, (22x42); 4. 33x11, (11x33); 5. 47x38

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



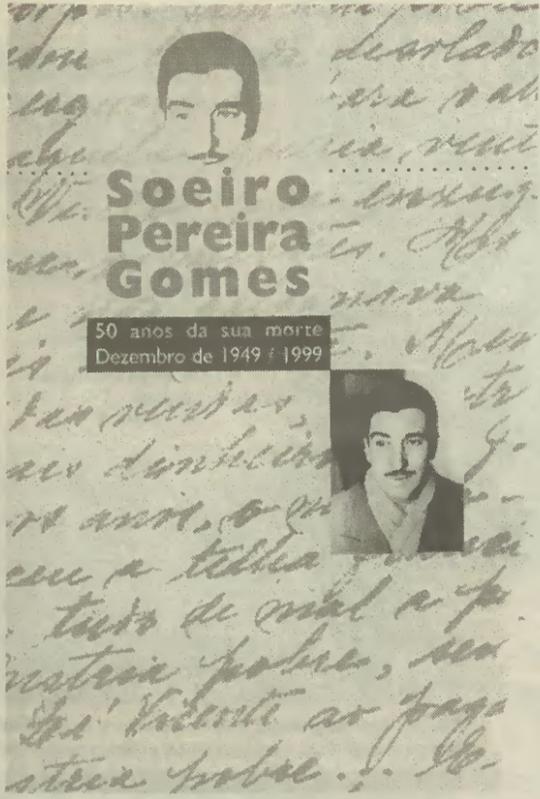
HORIZONTAIS: 1 – Cada uma das divisões de um templo com o respectivo altar (pl.); designação genérica dada a uma substância constituída por microrganismos mortos ou vivos que, introduzida no organismo, o imuniza de uma determinada doença (pl.). 2 – Ovírio de peixe; base aérea portuguesa; pron. pess. feminino; profundo. 3 – O seu valor é de 3,1416; aperfeiçoada; avenida (abrev.). 4 – Época; amarro; Organização das Nações Unidas (abrev.). 5 – Desaparecido; esconder. 6 – Acusada; sacrificara matando; atmosfera. 7 – Níquel (s.q.); comparecer; cento e um romanos; conj. que indica alternativa ou incerteza. 8 – Sódio (s.q.); assaltado; artigo antigo. 9 – Assento comprido com braços e costas, onde se podem sentar duas ou mais pessoas; que não se deixa atravessar pela luz (pl.). 10 – Remoinho de água (prov.); flanco; aniversário (fig.). 11 – Naquela; forma de escrever ou falar que não está sujeita a medida certa, a rima ou a acentuação determinada. Prata (s.q.). 12 – Ajustei (ant.); argola; rochedo (bras.); existia. 13 – História mal contada (pl.) (pop.); apoquentaram (fig.).

VERTICAIS: 1 – A parte superior do chapéu que cobre a cabeça (pl.); porção de água ou estreito que liga dois mares. 2 – Fiz concordar; líquido segregado pelos rins, de onde corre pelos ureteres para a bexiga; insignificância (fig.). 3 – Utensílio de cozinha; nome de letra; espaço de doze meses; Iridio (s.q.). 4 – Apelido de poeta português; a barlavento (naut.). 5 – Espécie de escumilha; juntei; bolo chato e circular de farinha de arroz e azeite de coco, usado na Ásia; Astatino (s.q.). 6 – Fruto da azeitona, não mencionada; aférese de para. 7 – Pá com que se ergue a terra escavada; discursa; caixilho de madeira para o vão das janelas (pl.). 8 – Quem tem préstimo; experiência (fig.). 9 – Verdadeiro; mau cheiro (bras.); empunhar. 10 – Fachada lateral de um edifício; estéril; cinge com nó. 11 – Cálcio (s.q.); carta ou documento escrito numa só folha; espécie de capa sem mangas usada por irmandades e confrarias, em actos solenes; o mais (ant.). 12 – Indivisível; nome de mulher. 13 – Níquel (s.q.); salto brusco; repetição de um som; Érbio (s.q.). 14 – Patroa; espécie de caranguejo grande; lavra. 15 – Bater a massa; chupam.

arrola: ara. 15 – Sovar; sugam.
10 – Mta; ártico; ara. 11 – Ca; oia; opa; al. 12 – Ni; nra; opa; Er. 14 – Ama.
Lo; adi; apa; ar. 6 – Ata; omit; pa. 7 – Sapa; ora; ar. 8 – Uti; calo. 9 – Ver. aca; asir.
VERTICAIS: 1 – Copas; cana; 2 – A; u; nra; avo. 3 – Pa; cma; ar. 4 – Ar; alo. 5 – p; opacs. 10 – Oia; ara; ano. 11 – Na; prosa; Ag. 12 – Av; ar; ita; era. 13 – Lorlas; ralaram.
HORIZONTAIS: 1 – Capelas; vacinas. 2 – Ovar; oia; eta; imo. 3 – Pr; apura; av. 4 – Era; ato.

SOLUÇÃO

AGENDA



No 50.º Aniversário da morte de Soeiro Pereira Gomes

Pernes

• Sábado, 4 de Dezembro, às 15h, na Biblioteca de Pernes

Abertura da Exposição evocativa da vida e obra de Soeiro Pereira Gomes (patente de 4 a 8 de Dezembro)

• Domingo, 5 de Dezembro

Descerramento de lápide evocativa às 14h30, no Moinho de Vento dos Rodeados (casa de apoio à luta clandestina na década de 40) com depoimentos de Óscar Vieira, Policarpo Gonçalves e Dias Lourenço

“Soeiro Pereira Gomes - O militante e o artista”, sessão evocativa com Álvaro Cunhal às 16h30, no Salão da Junta de Freguesia de Pernes

Alhandra

• Terça-feira, 7 de Dezembro, às 21h, na Sociedade Euterpe Alhandrense
Sessão-debate com a participação de Álvaro Cunhal sobre

“A vida e a obra de Soeiro Pereira Gomes”
No Centro de Trabalho de Alhandra: Exposição alusiva

No distrito de Lisboa

Estão agendados para os próximos dias, na cidade de Lisboa, as seguintes reuniões:

Sábado, 4 - 4.ª Assembleia da organização do sector de Serviços de Lisboa: no CT Vitória às 15h. - Plenário de militantes da freguesia dos Olivais sobre questões autárquicas e o plano de trabalho na freguesia: na Bedeteca dos Olivais, às 15h30. - Plenário da freguesia de S. João: na Junta de Freguesia local, às 15h. - Plenário de militantes da freguesia de Arroios: CT Vitória, 15h.

Terça-feira, 7 - Plenário de militantes das freguesias de Socorro, Sta. Justa, Madalena, S. Cristóvão, S. Nicolau: no CT Vitória às 19h30.

Quinta-feira, dia 9 - Reunião de Reformados Bancários: às 14h30 no CT Vitória.

Em Cascais - Assembleia da organização da célula da CMC/SMAS Cascais, antecedida de almoço-convívio: dia 8 a partir das 13h, no Centro de Trabalho de Alcabideche, com a participação de Francisco Pereira.

No concelho de Loures - Reunião do OD do Sector de Empresas de Loures: dia 7 às 18h. - Plenário de militantes dos trabalhadores das Juntas de Freguesia de Loures: quinta-feira, 9, às 18h, no CT de Sacavém.

Em Alhandra - Plenário de militantes do PCP, com a participação dos eleitos da CDU na freguesia, sobre problemas de gestão autárquica e das populações e a acção do Partido em Alhandra: sábado, 4, a partir das 15h, no Centro de Trabalho de Alhandra.

A organização da Zona Oriental de Lisboa organiza um convívio na Voz do Operário no próximo dia 8. Do programa faz parte uma Manhã Desportiva a partir das 10h e almoço-convívio às 12h30. À tarde, antes do magusto com animação musical previsto para as 17h, Angola e o conflito que ali subsiste serão tema de debate.

No distrito de Santarém

Reunião em Alcanena - A Coordenadora local da CDU apela à participação de todos os eleitos activistas na reunião que promove dia 3 (sexta-feira) às 21 horas, no Centro de Trabalho do PCP, sobre a actividade autárquica, o Plano e Orçamento para 2000 e as linhas de intervenção da CDU e dos seus eleitos.

Plenário em Salvaterra - Também em Salvaterra de Magos se realiza no mesmo dia um plenário de militantes do PCP - no Centro de Trabalho, a partir das 21h, com a participação de Jorge Cordeiro.

Luísa Mesquita visita Minde - A deputada do PCP, o vereador Valdemar Henriques e eleitos autárquicos participam sábado numa visita de trabalho à freguesia de Minde, deslocando-se designadamente às lixeiras a céu aberto que ali permanecem.

No distrito de Setúbal

Os militantes da freguesia de Alhos Vedros reúnem-se em plenário no próximo sábado, dia 4, às 15h, no Centro de Trabalho local. Participa o camarada Carlos Humberto

Por iniciativa da JCP/Seixal, haverá no próximo sábado a partir das 21h no Espaço Jovem em Arrentela (Praceta Cândido dos Reis, 8, perto da Junta de Freguesia) um convívio e conversa sobre toxicod dependência com a participação do camarada Francisco Lopes.

Passeio a Badajoz

A Organização da Feguesia da Ajuda do PCP está a organizar um passeio-convívio a Badajoz no dia 17 de Dezembro (sexta-feira). As inscrições devem ser feitas junto do camarada Bôto Fernandes, pelos telefones 213636552, 213901124 ou no CT da Ajuda (213645566)

Convívio no Algueirão

A Comissão de Freguesia de Algueirão-Mem Martins do PCP promove um convívio no próximo sábado, a partir das 16h, no Centro de Trabalho do Algueirão. Estará presente o camarada Aurélio Santos.

Grândola

Pavilhão da Feira - Sábado, 4, a partir das 10h

ENCONTRO REGIONAL DE QUADROS DO ALENTEJO

com a participação de Carlos Carvalhas

Almoço em Santiago do Cacém

O Secretário-Geral do PCP participa, também no sábado, num almoço-convívio que tem início às 13h na Sala de Convívio do Arealão (Abela)

Debate sobre a Organização Mundial do Comércio

Sexta-feira, 3, às 18h30, no Espaço Jean Monet (Largo Jean Monet, 1, à Rua do Salitre)

com a participação de Sérgio Ribeiro e Lino de Carvalho

Homenagem a Alberto Vilaça

Um jantar de confraternização vai reunir no próximo dia 7 os amigos de Alberto Vilaça, lutador incansável pela



Liberdade e a Democracia, militante do PCP há mais de 50 anos, um “notável” de Coimbra que agora completa 70 anos. O jantar-homenagem realiza-se no Restaurante “Arte e Gala”, no Alto de Santa Clara, por iniciativa da Direcção da Organização Regional de Coimbra, e as inscrições podem ser feitas até 3 de Dezembro nos seguintes endereços: Rua da Sofia, 73,

1.º - 3000-390 Coimbra, tel. 239.826186, fax 239.829852, e-mail pcp.coimbra@mail.telepac.pt

Reunião em Berna

Realiza-se no próximo domingo, dia 5, uma reunião de camaradas e amigos que participaram na Campanha da CDU na Suíça, para apreciação dos resultados das últimas eleições legislativas e discussão da política governamental para a Emigração: no Hotel Bern (Zeughausgasse 9), a partir das 9h30, com a presença do camarada João Armando

Café-concerto em Alhandra

No próximo sábado realiza-se no Centro de Trabalho do PCP de Alhandra, às 22h, um Café-concerto com actuação de José Barros e a Malta da Nau

Encontro Regional de Lisboa da JCP



Junta de Freguesia de S. João, sábado, 4, a partir das 10h

BANCA DE NATAL no CT VITÓRIA

De 2.ª a 6.ª das 11 às 21h, sábados das 11 às 19h (Até final de Dezembro)

ARTESANATO - MANTAS - VERGAS - DOCES - ROUPAS DIVERSAS

Venda de Natal em Cascais

(Até 30 de Dezembro, das 12 às 21h)
ARTESANATO - BRINQUEDOS - BEBIDAS

JORNADAS AUTÁRQUICAS Loures

Santa Iria da Azóia - Sábado, 4 de Dezembro
Encontro na Casa da Cultura - 9h30
Visita ao Clube de Futebol de Santa Iria - 11h
Visita ao Complexo Desportivo e ao Atlético de Via Rara - 12h
Almoço no Atlético de Via Rara - 13h
Visita ao Bairro de Estacal Novo e ao Bairro do Barreiro - 14h

Odivelas

Olival-Basto - Sábado, 4 de Dezembro
Encontro na sede da JF de Olival-Basto - 10h
com a participação de Francisco Pereira e Liberto Pais de Carvalho

TELEVISÃO

Quinta, 2

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.40 Consultório
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.15 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.10 Lições do Tonecas
22.40 Guiné-Bissau: As Eleições depois de Nino Vieira
00.15 Julgamento e Castigo
01.25 Operação 2000
01.45 24 Horas



«Julgamento e Castigo»: à quinta-feira na RTP1

02.30 Primeira Página
03.05 Robocop, o Polícia do Futuro
(de Paul Verhoeven, EUA/1987, com Peter Weller, Nancy Allen, Romm Cox. Ficção Científica/«Thriller»)

RTP 2

10.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Derrick
17.00 A Europa de Combóio
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.00 Nancy Drew
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.45 Testemunha
23.00 Acontece
23.15 Juízo Final
23.45 Mistérios de Ruth Rendel
01.30 1914/18 - A Grande Guerra e o Nosso Século
02.30 Assassinos
(de Mathieu Kassovitz, Fr./1996, com Michel Serrault, Mathieu Kassovitz, Medhi Benoufa. Drama)

SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zazá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Loja de Camilo
21.30 Terra Nostra
22.45 Esta Semana
23.40 As Bruxas de Salem
(de Nicholas Hytner, EUA/1996, com Daniel Day-Lewis, Winona Ryder, Joan Allen. Drama)
02.10 Último Jornal
02.45 Dra. Quinn
03.45 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
12.20 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Acção em Acapulco
19.30 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.10 Um por Todos
22.20 Especial TVI
23.55 A Bola É Nossa
02.00 A Cruz Partida
(de Tom Rickman, EUA/1994, com Tommy Lee Jones, Norman Bennett, Nancy Lea Owen. Aventuras)
04.00 Doido por Ti
04.30 Terra, Conflito Final
06.00 A Balada de Hill Street
07.00 Mulher Perigosa

Sexta, 3

RTP 1

10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.40 Consultório
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.15 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 Lenda da Garça
22.00 Companhia do Riso
22.40 Macau: Entre Dois Mundos
23.40 A Reliquia
(de Peter Hyams, EUA/1996, com Tom Sizemore, Penelope Ann Miller, Linda Hunt, James Whitmore. Terror)

01.50 24 Horas
02.40 Primeira Página
03.10 NBA

RTP 2

10.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Derrick
17.00 A Europa de Combóio
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
19.55 Hóquei em Patins: Portugal-Itália
21.45 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 «Journey Into the Cosmos»
00.35 Andamentos
01.05 Crime Violento
01.55 Amigos

SIC

08.00 Rally da Grã-Bretanha
08.30 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zazá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
20.50 Residencial Tejo
22.00 Terra Nostra
23.35 Jogo Limpo
02.10 Último Jornal
02.45 Ives, o Temerário
(de Jack Lee Thompson, EUA/1976, com Charles Bronson, John Houseman, Jacqueline Bisset. Policial)
04.45 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
12.20 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Acção em Acapulco
19.30 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.15 Os Reis da Música Nacional
00.15 Uma Mulher em Causa
(de Sandor Stern, EUA/1996, com Veronica Hamel, Pam Dawber, Cynthia Martell. Drama)
02.20 Doido por Ti
03.00 Terra, Conflito Final
04.00 A Balada de Hill Street
05.00 Mulher Perigosa

Sábado, 4

RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Allívo Planeta terra
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Top +
15.00 Parlamento
16.00 Máquinas
17.00 Academia de Polícia
17.55 Jet 7
18.45 Futebol: Belenenses-Benfica
20.00 Telejornal
22.00 Testemunha
22.30 Santa Casa
00.15 Esquadra de Polícia
01.25 Futebol: Guimarães-Sporting (Resumo)
02.45 24 Horas
03.25 Nash Bridges
04.20 O Funeral
(de Abel Ferrara, EUA/1996, com Christopher Walken, Chris Penn, Vincent Gallo, Annabella Sciorra. Ver Destaque)

RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.15 Quem Sai aos Seus
12.40 Juvenil
13.30 A Terra
14.30 Dinheiro Vivo
15.00 Desporto 2
19.00 2001
19.35 Onda Curta
(No Espelho do Céu, de Carlos Salces, Méx./1997; Santo Golpe, de Dominique Jonard, Méx./1997. Curtas Metragens)
20.05 Neste Século Aconteceu
21.00 Novos Heróis
22.00 Jornal 2
22.50 O Lugar da História - «A Cruz e a Suástica»
23.40 Allô, Allô!
00.10 A Grande Barraca
00.40 Smith and Jones
01.10 Estão Todos Bem
(de Giuseppe Tornatore, It./Fr./1990, com Marcello Mastroianni, Marino Cennat, Michèle Morgan. Ver Destaque)

SIC

08.00 Zip Zap
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Homem das Estrelas
(de John Carpenter, EUA/1984, com Jeff Bridges, Karen Allen, Charles Martin Smith, Richard Jaeckel. Fantasia)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Negócio Fechado
23.15 As Desventuras de Margarida
(de Brian Skeet, EUA/1997, com Parker Posey, Elizabeth McGovern, Brooke Shields. Comédia Romântica)
01.15 Afrodísia



02.15 Último Jornal
02.50 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
12.00 Programa Religioso
11.50 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Caras Lindas
15.50 Jet - O Cavalo Negro
(de David Hemmings, EUA/1992, com Ed Begley, Jr., Mimi Rogers, Samantha Eggar. Drama)
17.50 «Hard to Forget»
(de Vic Sarin, EUA, com Polly Shannon, Tim Dutton, Chad Everett, Lois Maxwell. Drama)
19.45 A Força da Natureza
(de Bruce Pittman, EUA/1998, com Richard Thomas, Kate Vernon. Drama)
21.40 Todo o Tempo do Mundo
23.00 «Little Girl in Pretty Boxes»
(de Chris Leitch, EUA, com Swozie Kurtz, Courtney Peldon, Philip Casnoff. Drama)
00.50 Directo XXI
01.40 Motos em Fúria
(de John Mills, EUA/1994, com Gerald McRaney, Jake Busey, Carla Gugino. Drama)
03.40 Casos de Arquivo
04.40 A Balada de Hill Street
05.40 Mulher Perigosa

Domingo, 5

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.10 Loja do Cidadão
16.15 Pânico em Florida Beach
(de Joe Dante, EUA/1993, com John Goodman, Cathy Moriarty, Simon Fenton. Ver Destaque)
17.55 Hóquei em Patins: Portugal-Espanha
19.35 Domingo Desportivo I
20.00 Telejornal
21.15 Os Principais
22.45 Domingo Desportivo II
24.00 24 Horas
00.40 Jogadas Eróticas
(de Alan Roberts, EUA/1993, com Harry Hamlin, Lisette Anthony, Michael Ironside. «Thriller»)
02.20 Liga dos Campeões

RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.20 Infantil / Juvenil
12.40 Quem Sai aos Seus
13.10 Fortunas Fabulosas
14.00 Jornal d' Africa
14.30 Rotações
15.00 Desporto 2
18.10 Novos Heróis
19.00 Bombordo
20.00 Artes e Letras - «Jorge Molder»
21.00 A Alameda do Rei
22.00 Jornal 2
22.50 Horizontes da Memória
23.20 ...Como as Cerejas
00.20 Body Art
01.20 Mona Lisa
(de Neil Jordan, Gr.Br./1986, com Bob Hoskins, Cathy Tyson, Michael Caine, Robbie Coltrane, Clarke Peters. Ver Destaque)

SIC

08.00 Zip Zap
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 A Jóia do Nilo
(de Lewis Teague, EUA/1985, com Michael Douglas, Kathleen Turner, Danny DeVito, Avner Eisingberg. Aventuras)
16.15 Rex, O Cão Polícia
17.30 Mulherzinhas
(de Gillian Armstrong, EUA/1994, com Winona Ryder, Susan Sarandon, Christian Bale, Eric Stoltz. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Tempo dos Dinossauros
21.30 Um Sarilho Chamado Marina
22.00 Casos de Polícia
24.00 48 Horas Mais
(de Walter Hill, EUA/1990, com Eddie Murphy, Nick Nolte, Brian James, Kevin Tighe. Acção / Comédia)



Depois de Patricia Highsmith, é agora a Ruth Rendell que uma nova série policial vai buscar inspiração. Na RTP2

«Doido por Ti» em nova repetição

01.30 Último Jornal
02.05 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.50 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Caras Lindas
16.00 Heróis para a História
(de Lamont Johnson, EUA/1992, com Charles Heston, Richard Thomas, James Coburn. Drama)
18.00 Segredo das Estrelas
19.30 Tornado
(de Noel Nosseck, EUA, com Bruce Campbell, Shannon Sturges, Ernie Hudson. Drama)
21.30 Directo XXI
21.40 Todo o Tempo do Mundo
23.00 Médicos
24.00 «Remember Me»
(de Michael Switzer, EUA, com Kelly McGillis, Michael T. Weiss, Shanna Reed. Drama)
02.00 Warlock: Conflito Final
(de Anthony Hickox, EUA/1995, com Julian Sands, Chris Young, Paula Marshall. Fantástico)
04.00 A Balada de Hill Street
05.00 Mulher Perigosa

Segunda, 6

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Testemunha
21.30 A Lenda da Garça
22.10 Crónica do Século (Progr. 4)
23.20 Jogo Falado
01.10 24 Horas
02.00 Primeira Página
02.30 Torturada
(de Jonathan Sanger, EUA/1995, com Raul Julia, Laura Dern, Vanessa Redgrave. Telefilme)

RTP 2

10.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Derrick
17.00 A Europa de Combóio
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.35 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Testemunha
23.00 Acontece
23.15 Juízo Final
23.45 O Século das Descobertas
01.15 Perigo Iminente
02.10 Retratos: «Alves Redol»

SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zazá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
20.50 Clube dos Campeões
21.20 Terra Nostra
22.30 Roda de Mlhões
00.40 Missão de Alto Risco
(de Peter Hunt, EUA/1986, com Charles Bronson, Jill Ireland, Stephen Elliott. Acção)
02.40 Último Jornal
03.15 O Anjo Exterminador
(de Luis Buñuel, Méx./1962, com Sílvia Pinal, Jacqueline Andere, Enrique Rambal. Ver Destaque)
05.10 Portugal Radical

TVI

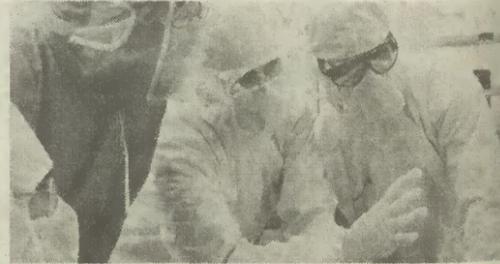
09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue

15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.20 Acção em Acapulco
19.20 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.10 Quero Justiça
23.00 O Vingador
24.00 Marcas de Bâton
(de Andy Wolk, EUA/1992, com James Belushi, Lorraine Bracco, Tony Goldwyn, William Russ. Drama)
02.05 Doido por Ti
02.35 Terra: Conflito Final
03.35 A Balada de Hill Street
04.35 Mulher Perigosa

Terça, 7

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.10 Não És Homem Não És Nada
22.40 Herman 99
00.40 Futebol: Bayern Munique-Dinamo Kiev (Diferido)



Numerosos programas e séries fazem o levantamento das extraordinárias conquistas da ciência neste século



«Médicos» «em estreia» na TVI: noutra hospital, os mesmos dramas... quase sempre amorosos!

02.40 24 Horas
03.30 Primeira Página
03.50 Evolver - Programado para Matar
(de Mark Rosman, EUA/1994, com Ethan Randall, Cindy Pickett, John De Lancie. «Thriller»)

RTP 2

10.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Derrick
17.00 A Europa de Combóio
18.00 Informação Religiosa
18.35 A Coroa e o País
19.00 Juvenil
20.00 Mowgli
20.30 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.45 Testemunha
23.00 Acontece
23.15 Juízo Final
23.45 O Século das Descobertas
00.45 Macau
01.40 Animais e Plantas da Europa
02.40 A Rainha Margot
(de Patrice Chéreau, Fr./Ale. It./1994, com Isabelle Adjani, Vincent Perez, Véra Lisi. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zazá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Terra Nostra
23.30 Prisioneira do Amor
(de Steve DiMarco, EUA/1999, com Naomi Campbell, Eric Thal, Beau Starr. «Thriller»)
01.45 Último Jornal
02.20 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
11.50 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.20 Acção em Acapulco
19.20 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.10 República & Bananas
21.45 Especial TVI
23.15 O Primeiro Cavaleiro
(de Jerry Zucker, EUA/1995, com Sean Connery, Richard Gere, Julia Ormond, Ben Cross. Romance / Aventuras)
01.20 Rei David
(de Bruce Beresford, Gr.Br./1985, com Richard Gere, Edward Woodward, Alice Krige, Dennis Quilley. Religioso)
03.25 Doido por Ti
03.55 Terra, Conflito Final
04.55 Desporto
05.35 A Balada de Hill Street
06.35 Mulher Perigosa

Quarta, 8

RTP 1

08.00 Infantil
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Longa-Metragem
15.25 Campeões de Magia
17.15 Paco Bandeira - 35 Anos de Carreira
18.30 Hugo
19.00 Regiões
19.30 Futebol: Porto-Hertha Berlin (Liga dos Campeões)
21.50 Telejornal
22.45 Testemunha
23.10 A Lenda da Garça
24.00 Nós, os Ricos
00.30 Liga dos Campeões (Resumos)
01.30 24 Horas

02.25 Primeira Página
02.55 Diário de Maria
03.55 O Duende Assassino
(de Mark Jones, EUA/1993, com Jennifer Aniston, Ken Olandt, Warwick Davies, Mark Holton. Terror)

RTP 2

10.00 Euronews
10.30 Missa
11.30 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Derrick
17.00 A Europa de Combóio
18.00 Informação Religiosa
18.35 A Coroa e o País
19.00 Juvenil
20.35 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.45 Testemunha
23.00 Acontece
23.15 Juízo Final
23.45 O Século das Descobertas
00.35 Teatro: «Eu Saio na Próxima, e Você?»

SIC

08.00 Buéréré
12.00 O Homem Que Falava aos Leões
13.00 Primeiro Jornal
14.00 La Bamba
(Longa-metragem)
16.00 Futebol: Alverca-Boavista
18.00 A Testemunha
(Longa-metragem)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.15 Terra Nostra
23.40 Hotel Exótica
(de Marcy Ronen, EUA/1998, com Landon Hall, Dutch Flaherty, Almo Hight. Comédia Dramática)
01.40 Último Jornal
02.15 Toda a Verdade
03.15 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
13.20 TVI Jornal
14.00 Dragon Ball Z
16.00 «The Favor, the Watch and the Very Big»
(de Ben Lewin, Fr./Gr.Br./1987, com Bob Hoskins, Jeff Goldblum, Natasha Richardson, Michel Blan. Comédia)
18.00 Bom Dia, Vietnam
(de Barry Levinson, EUA/1987, com Robin Williams, Forest Whitaker, J.T. Walsh. Ver Destaque)
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.15 Ri-te Ri-te
22.40 BlackJack - O Guardião
(de John Woo, EUA/1998, com Dolph Lundgren, Kate Vernon, Phillip Mackenzie. Drama)
01.00 Doido por Ti
01.30 O Corvo
02.30 Terra: Conflito Final
03.30 A Balada de Hill Street
04.30 Mulher Perigosa

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Estão Todos Bem

(Sábado, 01.10, RTP2)

Prestigiado fotógrafo, largamente premiado, Giuseppe Tornatore dedicou-se ao documentário televisivo e a sua fama de realizador de ficção chegou justamente com o seu segundo filme, o notável *Cinema Paraíso*. Em *Estão Todos Bem*, Tornatore continua a explorar, com inegável talento, a atmosfera nostálgica dos seus filmes, desta vez contando-nos a história de um velho reformado que percorre a Itália de visita aos filhos, aproveitando o realizador para fazer as suas incursões pelas memórias do cinema italiano. Com um excelente Marcello Mastroianni.



Um fotograma de «Mulherzinhas», versão de 94, de Gillian Armstrong



Bob Hoskins, Michael Caine e Cathy Tyson, em «Mona Lisa», de Neil Jordan

O Funeral

(Sábado, 04.20, RTP1)

Um filme extraordinariamente duro de um cineasta polémico, Abel Ferrara, cuja acção decorre na época da Depressão e é considerado, por alguns, como um dos mais fascinantes filmes de gangsters realizados nos anos 90, ao abordar as reacções de uma família de mafiosos ao assassinio do filho mais novo, abatido na rua. Segundo o texto de apresentação da própria RTP, trata-se de um filme pelo qual «passam as grandes questões

traliana Gillian Armstrong, o destaque vai, em geral, para as fabulosas interpretações, em particular de Winona Ryder e Susan Sarandon.

Mona Lisa

(Domingo, 01.20, RTP2)

Um malfetor de segunda é contratado como motorista de uma prostituta negra, de seu nome Simone. Esta vai tomar conta dele, transformando a sua personalidade mas, na realidade, arrasta-o para uma descida aos infernos, cujo desfecho é um sangrento ajuste de contas. Filme negro realizado por Neil Jordan (romancista irlandês que se tornou realizador cinematográfico), ele é dominado pela interpretação de Bob Hoskins e de Michael Caine e dá-nos um retrato implacável do mundo do crime londrino.

O Anjo Exterminador

(Segunda, 03.15, SIC)

«Uma metáfora, um reflexo inquietante e sincero da vida do homem contemporâneo, o testemunho das preocupações fundamentais no nosso tempo. As suas imagens, como as do sonho, não reflectem a realidade, criam-na.» Assim se referia o próprio Luis Buñuel ao seu filme, realizado no México em 62, no qual o grande cineasta espanhol encena uma história bizarra na qual, durante uma recepção em casa do Sr. Nobile e sua esposa, os convidados, vítimas de uma estranha doença relacionada com a vontade, se vêem incapazes de partir e ninguém do exterior lhes pode trazer auxílio, apesar de a porta do salão se encontrar aberta... Sátira corrosiva à grande burguesia que o realizador analisa assim: «A melhor explicação para O Anjo Exterminador é a de que, em boa verdade, não há nenhuma»...

A Rainha Margot

(Terça, 02.40, RTP2)

Com uma versão anterior protagonizada por Jeane Moreau e datada de 54, *A Rainha Margot* é a segunda adaptação cinematográfica do célebre romance de Alexandre Dumas. Brilhantemente interpretada por Isabelle Adjani e Daniel Auteuil, entre outros, diz-se que o filme é bem mais conseguido do que o primeiro, tanto do ponto de vista dos cenários (verdadeiramente sumptuosos) como da própria consistência da adaptação. A realização é de Patrice Chéreau (também encenador de ópera) e a produção do realizador Claude Bérry.

Bom Dia, Vietnam

(Quarta, 18.00, TVI)

Não deixa de ser curioso ter sido a visão de posteriores composições dramáticas (ou cómicas) de Robin Williams - um actor de enormes talentos mas frequentemente ofuscados por não menos afilidos sinais de cabotinismo - que vieram alertar alguns para o lado por vezes altamente desconforme em que acaba por resultar este seu desempenho que, numa primeira visão, até terá impressionado bastante pela positiva. Como se sabe, o filme debruça-se sobre uma figura real - um disc jockey da Rádio das Forças Armadas norte-americanas em Saigão, em meados dos anos 60 - cujos «solos» e «diálogos consigo próprio» ao microfone se afiguraram altamente incomodativos para o «sistema». Sem deixar de constituir uma visão tragicómica da Guerra do Vietnam, o filme, realizado por Barry Levinson sofre da sofrível concretização de um argumento irregular - precisamente no momento em que o tom passa a ser o do melodrama - e de notórios desequilíbrios em termos de ritmo narrativo.

CABO & SATÉLITE



Um tema da maior actualidade

Na sua noite temática de hoje, o canal Arte vai debruçar-se sobre um problema da maior actualidade na Europa de hoje e que também foi objecto de grande discussão entre nós, embora nenhum material audiovisual que se visse dela tenha ficado: o problema dos cidadãos imigrantes e refugiados indocumentados nos países da União Europeia. Entre os vários documentários que ilustrarão esta temática durante toda a noite (a partir das 19.40), o destaque vai para «A Cortina Electrónica» (de Walter Grotenhuis, Hol./1996) sobre os dispositivos de controlo reforçado das fronteiras criados em 1993 pelos ministros do interior da EU; «Planeta Alemanha» (da Dogfilm, Alem./1999) e a experiência de uma refugiada clandestina da América Latina em Berlim; ou «Mondialisation Oblige!» (de Florian Schneider e Jochen Kraus, Alem./1999) que se debruça sobre o aproveitamento (positivo e negativo) da mão-de-obra imigrada e as novas relações sociais daí decorrentes. No final da noite, haverá um debate aberto com a participação de «indocumentados» e «documentados»

de várias origens. (Arte, quinta, entre as 19.40 e as 00.40)

Obra-prima de Joseph Losey

Desta vez, também no cabo, um dos destaques da semana vai para o cinema, uma vez que o canal Hollywood transmite hoje e repetirá em sessões posteriores uma obra-prima do cineasta britânico Joseph Losey que, julgamos, os canais portugueses jamais projectaram. Fruto da colaboração entre o escritor Harold Pinter e o realizador, *Acidente* (Gr.Br./1966) - assim se chama o filme - é uma daquelas obras que não deixam o espectador em descanso, sempre exigindo dele o esforço intelectual correspondente aos vários níveis possíveis da sua leitura. À superfície, o filme é construído a partir da ocorrência de um facto aparentemente banal mas acaba por conduzir-nos às observações das transformações psicológicas operadas em dois dos seus protagonistas fundamentais: dois professores da Universidade de Oxford. Interpretações brilhantes de Dirk Bogarde ou Stanley Baker, mas também de Jacqueline Sassard ou Delphine Seyrig. (Hollywood, quinta, das 21 às 23 horas)



Delphine Seyrig e Dirk Bogarde, em «Acidente», de Joseph Losey



Robin Williams, intérprete principal de «Bom Dia, Vietnam», de Barry Levinson

da culpa e redenção, filmado com um rigor admirável, que se vai pouco a pouco deixando contaminar por uma dimensão de violência impressionante e quase grandiloquente». Com Christopher Walken e Isabella Rossellini, entre outros. A confirmar, pelos noctívagos, claro!

Pânico em Flórida Beach

(Domingo, 16.15, RTP1)

Em plena «crise dos mísseis» de Cuba, o dono de uma sala de cinema na Flórida projecta um filme de terror, *Mant*, que arrasta o interesse dos jovens apaixonados pelos filmes deste género. Trata-se de uma comédia de terror, deliciosa, na qual o artifício mais engenhoso do realizador Joe Dante é a criação do filme dentro do filme e, ainda, a montagem cruzada entre o pânico que faz estremecer os jovens que enchem o cinema e os fragmentos da perigosa escalada que vai ocorrendo, fora da sala, no mundo real.

As Mulherzinhas

(Domingo, 17.30, SIC)

Trata-se de mais uma adaptação do romance homónimo de Louisa May Alcott que nos transporta ao período da Guerra Civil americana e às desventuras de quatro jovens que têm de abandonar o seu lar na Nova Inglaterra. Realizado com apurado sentido de reconstituição de época pela cineasta aus-

Liquidação total

Quem, há algumas semanas, minimamente se deslocava em *zapping* pelas televisões nacionais e, também, pelos canais estrangeiros acessíveis pelo satélite ou pelo cabo, terá seguramente reparado na verdadeira avalanche de programas, documentários ou simples notícias-tipo-efeméride relacionadas com os dez anos passados sobre a chamada «queda do Muro de Berlim» e que, em verdadeiro tom de fanfarrá triunfante, enxameavam os telejornais de todo o mundo.

Não se pode estranhar, convenhamos, que os porta-vozes da classe dominante e os detentores dos correspondentes meios de difusão do «pensamento único» tenham aproveitado a efeméride para festejar o apressadamente chamado «fim da História» – embora não parecendo cuidar de se precaver em relação àquilo que, com o decorrer dos anos, foi surgindo perante a opinião pública, de forma mais ou menos transparente, como... «o repetir da velha história».

Claro que, em meio de uma escandalosa uniformização que nada abona em termos de pluralismo da informação, forçosamente um ou outro programa teriam de conseguir, apesar de tudo, transmitir uma ideia mais objectiva daquilo que, no plano das relações internacionais, toda a gente com um palmo de testa hoje reconhece ter sido mais do que uma «reunificação» entre dois países: a «anexação» de um pelo outro, à sombra das sempre exaltadas liberdades formais de uma democracia burguesa cuja prática real sucessivamente se tem afastado, ao longo da História, dos valores intrínsecos da verdadeira democracia política, mas também social, económica e cultural.

Um desses programas terá passado despercebido aquando da sua transmissão, em 3 e 4 de Novembro, pelo canal franco-alemão *Arte* sob a forma de um documentário de duas partes (de uma hora cada) intitulado significativamente, na sua versão alemã, «RDA: Liquidação Total – A História da Treuhand, 1990-1994», e realizado ainda este ano por Axel Grote e Michael Jürgs.

Daí, o necessário destaque que aqui parece oportuno ser-lhe dado.

Com o apoio de forte documentação audiovisual, na qual abundavam declarações (hoje em parte libérrimas de evasivas e disfarces) de muitos dos protagonistas e responsáveis de então, nele se abordava, de uma forma bem mais transparente do que é habitual, todo o processo de anexação levado a cabo pelas autoridades de Bona em relação ao antigo território da RDA, designadamente no que toca a vertente económica desse processo e suas dramáticas consequências no campo social – verdadeiras cicatrizes das profundas feridas hoje ainda longe de sarar.

E nele se escalpelizava, sobretudo, ponto por

ponto, a estratégia levada a cabo (desde a sua fundação em Julho de 90) por uma sociedade fiduciária – a **Treuhand** – criada pela administração **Kohl** para assegurar a transição monetária nos novos *Ländern* criados na parte Leste da Alemanha e, acima de tudo, a transição da «economia planificada» para a «economia de mercado».

Uma transição que, em menos de um ano e mesmo levando em conta a situação anterior de «emprego artificial», provocou um imediato exército de 2,7 milhões de desempregados – hoje elevado, só no campo da indústria, para 4 milhões – tudo agravado pelas tremendas desigualdades criadas no campo do direito à saúde ou da fiscalidade e na gritante disparidade na distribuição dos rendimentos, com o indistigável aprofundamento (até psicológico) das divisões

entre Leste e Oeste e, no fundo, a aviltante manutenção da divisão do povo alemão em cidadãos de primeira e de segunda.

Que os quatro anos de actividade da **Treuhand** (verdadeiro e impune Estado dentro do Estado) se revelaram paradigmáticos de uma actualização de sistemática destruição de estruturas produtivas de propriedade social e sua substituição por poderosas sucursais dos grandes grupos económicos capitalistas ocidentais ficou claro no decorrer do documentário. Mais grave, ainda: nele se denunciaram os erros de avaliação de um processo conduzido de cima para baixo, sem qualquer audição daqueles que se dizia serem os mais interessados, e sem qualquer discussão pública, mesmo no campo da RFA, acerca das grandes questões financeiras e económicas.

Daí, os grosseiros e reconhecidos erros de apreciação e estratégia na privatização a todo o custo das antigas empresas estatais da RDA, como é o caso da zona de forte implantação da indústria metalúrgica de Immelbron, na Turíngia, a perda da histórica identidade industrial de regiões inteiras ou o encerramento de empresas florescentes, como em Bischofferode; mas, também, a profusão de escândalos na intervenção desvergonhada e gananciosa de grandes empreendedores oeste-alemães, os inúmeros casos de gestão dolosa dos próprios fundos da **Treuhand** ou o enriquecimento fraudulento por parte de «presários» sem escrúpulos, como em Halle. Factos que a já clássica invocação dos chamados «segredos de Estado» impediram de ser exaustivamente analisados pela própria Comissão de Inquérito criada no Parlamento de Bona!

Como se vê, sem margem para dúvidas, bem no centro da Europa, mais um exemplo da «globalização» cujas consequências nefastas os teóricos de novas «terceiras vias» tentam nestes dias inverter, para tal lhe inventando um dito «rostro humano». Mas onde é que nós já ouvimos isto?

O pequeno discurso

Há grandes discursos e declarações retumbantes que, afinal de contas, pesadas as palavras e descontada a tara e a ganga do escândalo, se afiguram extremamente pobres. Palavras a dizerem o que toda a gente suspeitava que andava na alma de quem as disse – se as disse – e que acrescentam muito pouco ao que afinal interessa ao comum dos cidadãos que lêem e ouvem os órgãos de comunicação social.

Toda a gente sabe que, quando morre um caso interessante e se entra no marasmo do quotidiano – isto é, no tempo corrente das lutas de classes que a maior parte dos *media* fazem de conta que não existem – logo um jornal desenterra uma retumbância, quando ela lhe não é oferecida de bandeja por uma personalidade, um *lobby*, um partido desta direita abrangente que vai governando o País. Desta vez nem o inefável Portas teve de descer a esca-

da da sede do PP para que acontecesse notícia e os jornais se tivessem entretido a dar, em segunda e terceira orelha, uma ressoante nova; nem o presidente Clinton se deu ao trabalho de se encostar à tribuna a reafirmar a intestina vontade dos EUA em defender os direitos humanos, para que os telejornais, de joelho no chão, lhe bebesses o verbo. Outras novas, que numa pasmeira assim poderiam ter agitado as redacções do jornalame ao serviço do Governo ou, muito independentemente, ao serviço dos monopólios, quedaram-se, transidas e pequenas, face ao FACTO.

Nem um terceiro filho acrescentado à casa de Bragança comoveu as hostes. Nem os treinos de aquecimento dos corredores presidenciais, que «ponderam» as respectivas candidaturas, fizeram estremecer os chamados «aparelhos». Nem as rasteiras que o PS se passa a si próprio – passará? – tiveram o condão de se verem repescadas e repetidas nas páginas da generalidade da imprensa, nas ondas da rádio, nas imagens da TV. É certo que houve comoção quando o Benfica, inexplicavelmente, foi goleado pelos galegos. Mas nem isso convenceu

mais do que umas dezenas de irados «adep-tos» a insultar um plantel de profissionais da bola. Não. O FACTO foi um ex-ministro a dizer a um amigo, entre duas garfadas à mesa de um restaurante, o que já se suspeitava que ele diria ao bater com a porta e ao arremessar com a pasta.

Não deixando de aqui registar o escândalo que agitou o fim-de-semana, não será sobre ele que faremos crónica. Não iremos botar opinião sobre a deontologia que levou uma jornalista a sacar, de uma conversa íntima mas suficientemente pública, a escandaleira das frases apanhadas. E sobre as frases de Sousa Franco, há, afinal, muito pouco a dizer. A não ser que, neste século e tal de política à portuguesa, talvez tenha havido pior Governo do que este. O que não é des-

culpa para o engenheiro Guterres. Não temos nada a ver com a desilusão que «o António» terá provocado no espírito do ex-ministro das Finanças. E, embora concordemos com ele quanto à sua previsão de que «isto vai acabar mal», não nos parece muito interessante saber se, com ele, Franco, no Governo, iria acabar melhor.

A coisa em si – as amarguras de Sousa Franco e as serôdias críticas que produziu na intimidade pública de um restaurante – não acrescenta nada à política que por aí vai. E a política que por aí vai diz-nos certamente respeito. Cai sobre nós. Nem precisamos de presidentes viajantes para sabermos que males alastram no País.

Há discursos, porém, que importa reter. Não aqueles, solenes e pedantes, a tresandar a Vangelis e a promessas, não as declarações de reiterado

diálogo. Há palavras que pesam, como em outros casos os silêncios ou as tortuosas declarações valem. Sobretudo quando o descaramento dos membros do Governo de Guterres costuma ir mais no sentido de nos dar gato por lebre, uma palavrinha sincera vale mais do que um palavroso discurso.

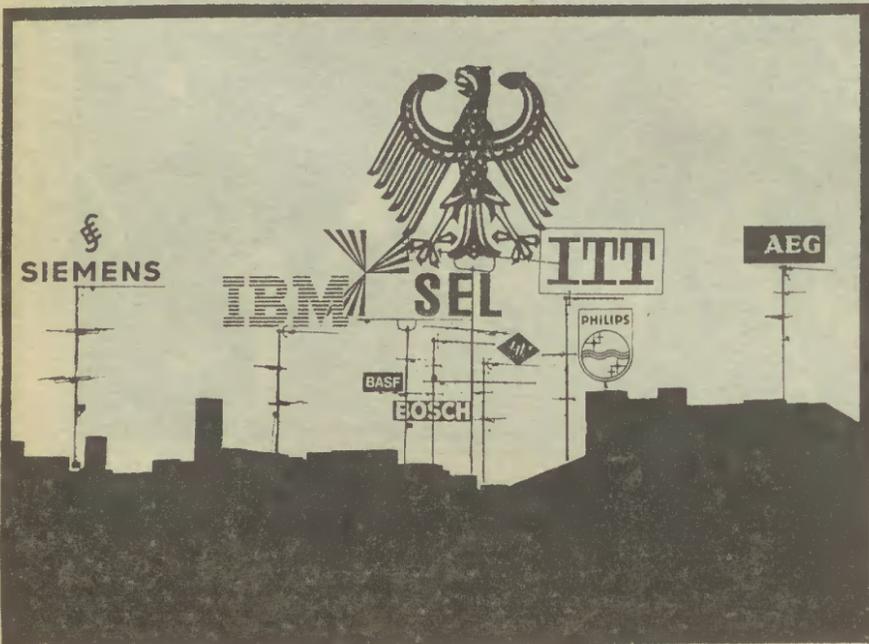
Disse-a a ministra da Saúde. Uma frase só, que vale mais do que todo o seu programa porque é mais verdadeira e mostra como tudo se conjuga para afinal dar razão a Sousa Franco,

TVISTO

Francisco Costa

CRÓNICA

Leandro Martins



ESCAPARATE

TEATRO

Almeida Garrett em Almada

Numa co-produção com o ACARTE, continua em cena no Teatro Municipal de Almada a peça «Viagens na Minha Terra», com texto de Almeida Garrett numa adaptação de Carlos Porto. A encenação é de Joaquim Benite, a direcção musical de Jacinto Santos, as luzes de José Carlos Nascimento, os figurinos de Filipe Faísca e a cenografia de José Manuel Castanheira. Quinta a sábado às 21.30 e domingos às 16 horas.



Encontro de Autores no Teatro Aberto

Intitulado «Palavras de Palco», decorrerá entre 2 e 4 do corrente às 21.30, no Teatro Aberto (Lisboa) um encontro que, segundo o texto de apresentação, servirá para «sentir o pulso do teatro escrito hoje, escutar as vozes da nova dramaturgia de língua portuguesa e alemã, incentivar a leitura, tradução e representação dos textos de teatro contemporâneo, partilhar experiências e discutir pontos de vista, estabelecer pontes entre os países e os autores, as palavras e o palco, o teatro e o público.» Organizado em conjunto pelo Goethe Institut de Lisboa e pelo Teatro



Aberto, este encontro que juntará autores portugueses e alemães culminará com a representação, no sábado, da peça **Top Dogs** (actualmente em cartaz no Teatro Aberto), da autoria do autor suíço Urs Widmer que também participará no encontro. Esta peça tem versão portuguesa de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos.

Ir ao teatro em Loures

Na perspectiva de estimular e oferecer aos munícipes o contacto com a actividade teatral e a possibilidade de assistir a peças de qualidade nas suas freguesias, a Câmara Municipal de Loures continua a desenvolver a iniciativa «Ver Teatro». Assim, nos próximos dias, terão lugar as seguintes representações: dia 3, «Amor de D. Prelimpimpim com Belisa no seu Jardim», de Federico Garcia Lorca, pela Companhia de Teatro de Almada, na Sociedade Recreativa e Musical 1.º de Agosto Santa Iriense, em S. Iria da Azóia; dia 10, «O Homem Dividido», de Jaime Salazar Sampaio, pelo Teatro Independente de Loures, na Casa da Cultura José Afonso, em Moscavide; e dia 11, «A Bela e o Monstro... Uma História Recontada», de Stephen Johnston, pelo Teatro ao Largo, na Academia Recreativa de Sacavém.

EXPOSIÇÕES

Coleção Berardo no CCB

Está actualmente patente ao público na Galeria das Caravelas (Centro Cultural de Belém) uma selecção de obras pertencentes à Coleção Berardo que em 97 foi apresentada no Museu de Arte Moderna em Sintra. Segundo o texto de apresentação desta exposição, «com esta escolha pretende-se mostrar a evolução das artes plásticas desde as primeiras correntes modernas até à actualidade».

Fotografia, também no CCB

É esta já a quinta vez que a Exposição World Press Photo estará presente no CCB. Desta vez, na Galeria das Naus, os visitantes poderão apreciar as fotos pertencentes a 60 fotógrafos, escolhidas



(como é habitual todos os anos) por um júri internacional composto por treze profissionais e relativas a nove diferentes categorias. O prémio deste ano foi atribuído à foto **Grieving Widow at a Funeral**, de Dayna Smith, do *Washington Post*, a imagem a preto e branco de uma viúva do Kosovo assistindo a um funeral.



Concertos e Recitais de Música Clássica

Entre os vários acontecimentos musicais que servem de destaque principal a este **Escaparate**, a **Temporada de Música e de Dança da FCG** vem hoje a propósito em virtude da realização de vários concertos nos próximos dias. Aliás, já hoje, às 21 horas, no **Grande Auditório**, com repetição amanhã pela 19 horas, o grande pianista português **Sequeira Costa** vai ser o solista principal de um concerto no qual a **Orquestra Gulbenkian**, sob a direcção de **Rudolf Barshai**, interpretará, para além do **Concerto para Piano n.º 3 em Dó menor op. 37 de Beethoven**, a **Sinfonia n.º 9 em Mi menor op. 95 (Do Novo Mundo)** de **Dvorák**.

Integrado na mesma temporada, na segunda-feira 6, às 19 horas, haverá um outro recital no **Auditório Dois** por um trio de solistas da orquestra – **Aníbal Lima**, violino e **Maria José Falcão**, violoncelo, com a colaboração do pianista **António Rosado** – que interpretará obras de **Richard Strauss** e **Frederic Chopin**.

Quanto ao ciclo de canto, a meio-soprano **Anne Sofie von Otter** e um quinteto de câmara constituído por **Bengt Forsberg** (piano), **Ulf Forsberg** (violino), **Kjell**

Lysell (violino), **Nils-Eric Sparf** (viola) e **Mats Lindström** (violoncelo) interpretarão na terça-feira 7, às 19 horas, no **Grande Auditório**, dois ciclos de canções de **Erik Koorngold**.

Se os bilhetes já estiverem esgotados para o concerto de hoje na **Gulbenkian** (o que é de reear), então a temporada de concertos da **Orquestra Sinfónica Juvenil**, sob a direcção de **Christopher Bochman**, é uma alternativa a considerar. No concerto que hoje a orquestra realiza no **Teatro Maria Matos** (Lisboa), às 21.30, vai tocar a **Abertura «Cosi Fan Tutte»**, de **Mozart**, a **Abertura «Leonora» n.º 3**, de **Beethoven**, e árias de óperas de vários compositores com a colaboração de **Ana Madalena Moreira** (soprano) e **Manuel Pedro Santos** (barítono).

Finalmente, na próxima terça-feira 7, às 21.30, prossegue no **Teatro Nacional São Carlos** (Lisboa) a temporada deste ano da **Orquestra Sinfónica Portuguesa**. Com a direcção musical de **José Ramón Encinar** e a solista **Anne Kaasa** (piano) serão interpretadas obras de **Carl Nielsen**, **Edvard Grieg**, **Magnus Lindberg** e **Jean Sibelius**.

DANÇA

Companhia de Israel em Lisboa

É já amanhã e no sábado que actuará em Lisboa, no **Grande Auditório da Culturgest**, às 21.30, a **Companhia Liat Dror & Nir Ben Gal** (Israel), a primeira vez que os amantes da dança poderão ver entre nós o bailado daquele país. Segundo o texto de apresentação, o bailado «**The Dance of Nothing**» que subirá à cena mostra-nos «a dança de uma terra fértil com os seus ritos cíclicos de vida. Dançada por uma Companhia que conjuga o lirismo das músicas orientais com a fisicalidade forte dos seus intérpretes, «**The Dance of Nothing**» é uma homenagem à vida face à qual nós, espectadores, somos capazes de reco-



nhecer o que em nós existe de vivência mediterrânica: as cores quentes e as tonalidades do sul presentes nos cenários e nos figurinos, a sensualidade e a languidez dos corpos em cena ou os costumes tão bem explicitados no fabrico e cozedura do pão, em pleno palco. Um espectáculo de contagiante alegria». Com coreografia de **Liat Dror e Nir Ben Gal**, música ao vivo e composição de **Gilles Andrieux**, **Yuval Micenmacher**, luz de **Carsten Wai** e figurinos de **Zimra Dror**.

LIVROS



Terras do Demo (Roteiro)

Anunciamos hoje duas iniciativas editoriais que não é costume encontrar no panorama dos livros. Não nos referimos aos temas tratados por ambas, mas ao facto de serem edições da iniciativa de um sindicato. Sim, o Sindicato dos Professores da Região Centro foi mais longe do que é usual ir e editou dois livros em que a temática não é estritamente sindical nem técnica, mas avança no campo da literatura.

O primeiro a recensar aqui é **Terras do Demo**, um Itinerário aquilino, como o autor deste interessante texto, **Henrique Almeida**, lhe chama. Uma verdadeira viagem às terras onde **Aquilino Ribeiro** foi encontrar matéria - paisagens, vestígios, homens, cultura - para numerosas obras suas. Um Roteiro sempre «acompanhado» pelo escritor e cheio de sugestões de leitura.



Na Barca com Mestre Gil e Arraia Miúda

O segundo livro a que fazemos referência é também uma excelente iniciativa, significativa além do mais de que este Sindicato está atento aos autores que vivem e constroem na região a sua arte feita de palavras. Neste volume estão reunidas duas peças de **Jaime Gralheiro** e chama-se a atenção do leitor para um dos significados históricos que encerram: a primeira peça foi a última a ser proibida pela censura fascista; a segunda, foi a primeira que o autor escreveu após o 25 de Abril.

Para os que conhecem já a escrita de **Jaime Gralheiro**, é a oportunidade de uma revisita. Para os que lhe conhecem a arte da dramaturgia, de a verem representada em palco, também aqui está a oportunidade de ler os textos nesta edição que o Sindicato dos Professores da Região Centro enquadrou nas comemorações do 25.º aniversário do 25 de Abril que este ano tiveram lugar.

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Ilusões

Um amigo contava outro dia, para ilustrar a pobreza do palmo de terra que lhe coubera em sorte, que no local o pasto era tanto ou tão pouco que as magras ovelhas que persistia em criar o perseguiram em cavalgada sempre que aparecia de calças verdes. A história veio-me à lembrança a propósito da conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC) que reúne em Seattle, nos EUA, representantes de 135 países.

A iniciativa é patrocinada pela Microsoft e pela Boeing. Não há nada de estranho nisto, é tão só um sinal dos tempos. E os tempos da globalização que se discute em Seattle é o das multinacionais que rivalizam com os Estados enquanto potências económicas. Ninguém poderá pois estranhar que uma General Motor (EUA), uma Mitsui (Japão) ou uma Exxon (EUA), cujo volume de negócios é superior, respectivamente e por ordem decrescente, ao Produto Interno Bruto (PIB) da Dinamarca, da África do Sul ou da Grécia, queiram ter uma palavra a dizer sobre o futuro da globalização. Também não se poderá estranhar que uma Ford Motor, por exemplo, que movimenta mais capital do que a Noruega, a Arábia Saudita, Portugal ou o Egipto, tenham mais peso do que aqueles e muitos outros Estados nas decisões que vierem a ser tomadas.

Se a lógica das multinacionais e dos Estados ricos é elementar, o mesmo não se poderá dizer da que preside ao pensamento de quem, fazendo parte dos mais pobres entre os ricos, se deixou inebriar pela ilusão de pertencer ao clube, como aqueles porteiros de farda à general que por abrirem a porta aos sócios acreditam ser da elite. Escreve José Manuel Fernandes no editorial de anteontem do «Público» que os esforços da OMC «são do nosso interesse - daqueles que fazem parte do mundo mais ricos -, assim como são do interesse dos pobres e desvalidos do planeta». Porquê? Porque «a livre circulação de mercadorias (...) permitirá - idealmente - que essas mercadorias sejam produzidas onde é mais barato e mais eficaz produzi-las, e vendidas onde delas há necessidade». Um breve olhar para os resultados já produzidos pela globalização basta para revelar que «onde é mais barato» produzir é nos paupérrimos países onde grassa o trabalho infantil, o trabalho escravo, o trabalho sem direitos, o trabalho pago a preços de miséria. E que onde as mercadorias são vendidas, a baixo preço, encerram as empresas onde antes essas mesmas mercadorias eram produzidas, lançando no mercado sucessivas vagas de desempregados. O mesmo olhar breve revela ainda que crescimento económico não é sinónimo de desenvolvimento económico e muito menos de justiça social. Nada disto parece incomodar JMF, para quem «a OMC é a mais democrática das instituições jamais criadas» no domínio da economia e dos mercados porque, diz, «pela primeira vez, começa a haver um direito internacional que não é apenas o direito do mais forte a impor a sua vontade».

Desconhece-se em que mundo vive JMF, embora seja de admitir que, a exemplo das esfomeadas ovelhas da história, tenha uma especial predilecção por fardas e galões de latão, cujo dourado deve tomar por ouro puro. Pela nossa parte - catalogados por JMF como aquêles de que «não rezará a história», os que «estão do lado conservador, intolerante e passadista das nossas sociedades» - acreditamos não só que o mundo não é uma mercadoria, mas também que os lucros devem ser para as pessoas. Para as pessoas todas, o que obviamente dará menos a cada um, mas dará sem dúvida muito mais justiça social.

É a velha questão de quem faz o bolo e de quem o come. Velha e tão actual, imagine-se, que ainda há quem não a tenha percebido.

■ Anabela Fino

Pessoal da ADP protesta amanhã em Lisboa

Lucros para a nova CUF

sacrifícios para quem trabalha

Os projectos do Grupo José de Mello, que procura na privatizada Quimigal recuperar o nome da velha CUF, chocam com os interesses dos trabalhadores. A curto prazo, há já cerca de três dezenas de pessoas que, na Adubos de Portugal, têm o emprego em risco.

Entre a especulação imobiliária, em terrenos hoje ocupados com fábricas, e o abandono progressivo da produção de adubos a favor da simples comercialização, os trabalha-

a anunciar, em Setembro, o encerramento da fábrica do Barreiro e a concentração na Mitrena, em Setúbal. Ainda admitem, alguns, que se possa apenas tratar de mais uma

aos motivos reais, têm algumas certezas: a saída da ADP do Barreiro vai alterar a vida a 130 trabalhadores e suas famílias. Destes, cinco ou seis dezenas deparam-se com condições de transferência para Setúbal que não acautelam os direitos alcançados nem compensam os transtornos da deslocação; uns vinte ficarão ainda nas instalações do Barreiro, mas confrontados com uma incerteza muito grande quanto ao futuro; menos de

contrato; e há três dezenas de trabalhadores que a ADP não pretende manter e a quem, nas insistentes «conversas» para que são chamados, vai ameaçando com o despedimento colectivo, caso não aceitem as condições propostas para rescisão.

Para o pessoal da produção de adubos, tal como para toda a ADP, o Acordo de Empresa em vigor é o melhor instrumento de defesa dos direitos. É no AE, salientaram ao «Avante!» membros dos ORTs da empresa e dirigentes sindicais do sector químico, que estão consagradas as normas mais favoráveis para os trabalhadores, designadamente em áreas tão importantes como as indemnizações em caso de despedimento, as deslocações, os horários de trabalho, as formas de remuneração. É no AE que o Grupo José de Mello tem um forte obstáculo a que, recuperado já o nome da velha CUF, as condições de trabalho voltem a ser como nos tempos do fascismo.



Trabalhadores da Adubos de Portugal depois do plenário de dia 26, em que foi decidida a acção de amanhã

dores da ADP vão tentando descortinar os motivos que levaram o Grupo José de Mello

manobra para conseguir uma nova redução de pessoal.

A par de interrogações quanto

uma dezena poderão mudar para a unidade de Alverca; alguns já decidiram aceitar a rescisão do

Frutos da privatização

A presente ofensiva é vista como mais uma consequência grave da reprivatização da Quimigal, antecedida do seu desmantelamento em 24 empresas, de que resultou a diminuição de 11 mil trabalhadores para os actuais cerca de 3 mil (contabilizados pelas estruturas da CGTP em todo o universo de empresas, de onde sobressaem três ou quatro grandes unidades e onde são incluídas actividades que nada têm a ver com a produção industrial). Também por estes resultados, as preocupações quanto ao futuro alargam-se a outros trabalhadores, para além dos que mais directamente são atingidos pela concentração da produção de adubos em Setúbal.

Os trabalhadores da ADP, salientaram-nos os seus representantes, já efectuaram uma greve de duas horas por turno, a 8 de Outubro, dia em que se concentraram frente à Câmara Municipal do Barreiro; a 10 de Novembro, uma greve de 24 horas parou totalmente as instalações do Barreiro e Lavradio, obtendo até a adesão pouco usual de alguns quadros técnicos. Num plenário realizado sexta-feira, decidiram deslocar-se amanhã à sede da empresa, no Poço do Bispo. Sabem, por experiência própria, que só a luta em unidade poderá pôr um travão aos que, na mira de maiores e mais rápidos lucros, pretendem sobretudo intensificar a exploração do trabalho.

Durante a concentração de amanhã vão ser analisadas formas concretas de prosseguimento do combate.

Função Pública

Regime Jurídico em livro

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública vai promover amanhã o lançamento do livro «Função Pública - Regime Jurídico», em cerimónia que decorre na Sala Veneza do Hotel Roma, em Lisboa.

A obra, com mais de 1200 páginas, contém a legislação mais importante e com maior actualidade que constitui o

Regime Jurídico da Função Pública.

Inclui ainda múltiplas e variadas anotações de carácter técnico-jurídico e jurisprudência sobre os diplomas legais publicados.

O lançamento deste livro é de grande oportunidade pois surge após a aprovação e publicação de um conjunto muito vasto de diplomas legais que alteraram

alguns dos mais importantes regimes jurídicos da Função Pública.

Entre o ano passado e este ano foram aprovados, nomeadamente, os regimes de horários e duração de trabalho, férias, faltas e licenças, carreiras, concursos, actividade sindical e negociação colectiva da Função Pública.

Trabalhadores da Moda Real em greve contra ilegalidades

Os trabalhadores da Moda Real reuniram-se sexta-feira passada com o Governador Civil de Vila Real, para o informar das violações à lei que a Administração da empresa pratica.

Desde o dia 6 de Outubro em greve, que se traduz numa redução do horário de trabalho imposto (trabalham menos 40 minutos por dia), os trabalhadores da Moda Real querem ver a sua situação laboral resolvida.

A empresa tem vindo a praticar uma série de ilegalidades, nomeadamente a flexibilidade do horário de trabalho praticado durante todo o ano e que não se enquadra na lei 21/96, o direito a férias que ano após ano tem sido violado, o horário de trabalho de 40 horas semanais que não é respeitado, pois os empregados trabalham mais 40 minu-

tos por dia de graça para a entidade patronal. Não estão ainda a ser respeitadas as normas de higiene e segurança no local de trabalho.

Cerca de 99 por cento da mão-de-obra da empresa é feminina, e existem muitas mães a trabalhar, às quais foi agora exigida a apresentação mensal de um documento comprovativo da amamentação, enquanto a lei apenas pede um documento aquando do nascimento da criança.

Reunidos em plenário no fim da tarde de sexta-feira, os trabalhadores da Moda Real decidiram esperar pela visita do Secretário de Estado da Indústria, que se desloca hoje a Vila Real, para tentarem encontrar uma solução, mas garantem que, se nada ficar resolvido, dia 6 vão-se manifestar parar as ruas da cidade.

Cozinheiros em greve

Cozinheiros dos refeitórios municipais da Câmara Municipal de Lisboa (CML) vão estar em greve no próximo dia 7 de Dezembro.

Os cozinheiros exigem a abertura do concurso para a categoria de cozinheiro principal - categoria criada com a revisão do regime de carreiras, e que consta já no quadro de pessoal da Câmara para 1999.

Esta iniciativa dos cozinheiros, que contam com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, vem na sequência do silêncio dos responsáveis da CML às questões colocadas por esta classe profissional.

